

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

ADRIANA SENETRA

**DILEMAS SÓCIOTERRITORIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM
PRUDENTOPOLIS – PR**

PONTA GROSSA
2014

ADRIANA SENETRA

**DILEMAS SÓCIOTERRITORIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM
PRUDENTÓPOLIS – PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia, Curso de Mestrado em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientação: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

PONTA GROSSA
2014

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Senetra, Adriana
S474 Dilemas sócioterritoriais da
 agricultura familiar em Prudentópolis -
PR/ Adriana Senetra. Ponta Grossa, 2014.
 114f.

 Dissertação (Mestrado em Gestão do
Território - Área de Concentração: Gestão
do Território: Sociedade e Natureza),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

 Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre
Gonçalves Cunha.

 1.Agricultura familiar. 2.Políticas
Públicas. 3.PRONAF. I.Cunha, Luiz
Alexandre Gonçalves. II. Universidade
Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em
Gestão do Território. III. T.

CDD: 630.274.5

TERMO DE APROVAÇÃO

ADRIANA SENETRA

“DILEMAS SÓCIOTERRITORIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM PRUDENTOPOLIS – PR”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
UEPG


Prof. Dr. Sergio Gonçalves
UFU


Prof. Dr. Celso Antonio Ramos da Fonseca Rosas
UEPG

Ponta Grossa, 30 de setembro de 2014.

Dedico este trabalho aos agricultores familiares de Prudentópolis,
que ainda resistem e persistem.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço pela vida. Muitas vezes os caminhos que tomamos são difíceis, porém, é nessa dificuldade que crescemos e passamos a ter noção da quão valiosa é a vida. Poder viver, poder existir, poder crescer, poder aprender sempre e sempre é uma dádiva.

Ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa pela oportunidade de inserção ao curso de Mestrado em Gestão do Território e por todo apoio dado. Agradeço ainda aos colegas da turma de 2012, pelas experiências vividas e compartilhadas. Em especial a Silvana, Dulcina e Carla que além da convivência das aulas, das pesquisas, me acolheram com muito carinho no seu lar, na sua família sempre que precisei de uma hospedagem, serei eternamente grata, com o mesmo aconchego estão em meu coração.

Aos colegas do grupo de estudos, GeoDes, pela troca de saberes promovidos nos encontros através dos debates teóricos e também vividos e pelo espírito universitário, presente na diversidade do grupo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, obrigada, por sua dedicação, você foi mais que um orientador, aprendi muito com seus bons exemplos, não somente profissionais, mas também exemplos de vida, aos quais vou levar comigo para a vida toda, embora eu nunca tenha te agradecido pessoalmente, você me fez crescer muito neste pouco tempo que convivemos, lhe admiro muito.

Ao prof. Dr. Celso Antonio da Fonseca Rosas, pela participação na banca de qualificação, pelas valiosas observações feitas ao meu trabalho, pela experiência compartilhada durante meu estágio de docência, na disciplina de Geografia Agrária.

Aos servidores da EMATER de Prudentópolis, em especial ao Divonzir que prontamente atendia, sanava minhas dúvidas, pelo material disponibilizado, e o profundo conhecimento da realidade da agricultura de Prudentópolis, por ter compartilhada comigo, também pelas visitas a campo, e a mediação nas conversas com os agricultores.

Agradeço a minha família, pelo apoio, ao Thiago, Ivanéria e Miguel, que sempre acreditaram em meus sonhos e sonharam juntos, mesmo nos momentos de angústia, ausência, dúvidas, nunca desistiram de mim, a Franciele pelo apoio e risadas.

Minha mãe pelo orgulho estampado nos olhos me dando força para seguir sempre. Minha maior heroína, o maior exemplo que pude ter em minha vida, de persistência, luta, por enfrentar as dificuldades com muita criatividade e sempre encontrando jeito para tudo.

Meu irmão querido, por estar ao meu lado nas confidências, nas dificuldades, me incentivando sempre a acreditar em mim. Pelo auxílio com as ferramentas digitais, pelo computador, sem ele este trabalho não se materializava.

Agradeço aos meus amigos, que em diversas vezes me confortaram com palavras carinhosas impulsionando minha caminhada, que passaram comigo por todos os obstáculos e seguiram ao meu lado. Principalmente à Eliane, minha amiga mais fofa, que compartilhou comigo a mesma caminhada me ajudou com materiais e com a história do município. Aos amigos Andressa e Gabriel, apesar da vida nos levar por caminhos diferentes, também fazem parte desta construção, por entenderem a minha ausência, e apesar da distância sempre torcendo por mim. À amiga Vanessa Freire, pela compreensão de minha ausência, pelo apoio e pelas conversas longas com muito otimismo.

Agradeço aos membros da banca de defesa, que prontamente aceitaram meu convite, e pela imensurável colaboração, Prof. Dr. Celso, Prof. Dr. Sérgio e Prof. Dr. Luiz Cunha.

E Por fim, agradeço imensamente a todos que cruzaram meu caminho, direta ou indiretamente contribuiu na minha formação intelectual e humana.

Lamentos de um camponês: homem do campo

É lamentável nossa situação
mesmo os poucos que aqui resta
ainda continua a produção.
sabem porque...?
porque, sou homem do campo...
Às vezes fico triste
por coisa que acontece...
vivendo no esquecimento
quase ninguém nos reconhece...
mas mesmo assim
a luta é constante
sabem porque...?
Porque sou homem do campo...!
Sou homem do campo
sou roceiro mesmo...
somente uma coisa
não consigo esconder
da minha felicidade
de no campo viver
Portanto eu imploro
deixe-me em paz
deixe-me aqui viver...
Porque, aqui eu nasci...
Aqui...
Eu quero morrer?

(Pedro Milla)

RESUMO

A agricultura familiar é responsável por grande parte do fornecimento de alimentos para o brasileiro. Entretanto, apesar de sua importância no cenário agrícola nacional, a agricultura familiar passa por processos de transformações e adaptações para se reproduzir, gerar renda e cumprir com seu papel social. Em um país com fortes raízes agrárias centradas no latifúndio, com políticas públicas voltadas, em grande medida, para o agronegócio, a agricultura familiar não é atendida de forma eficiente e funcional pelos programas e políticas direcionados ao setor. Neste trabalho nos propusemos a analisar as políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, tendo como estudo de caso o município de Prudentópolis - PR, no contexto do território rural Centro-Sul, com ênfase ao crédito agrícola do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Porém, o que se observou em relação aos contratos de aquisição do PRONAF – em todas as modalidades – um número ínfimo se compararmos à quantidade de estabelecimento da agricultura familiar nesta região. É possível perceber que, mesmo buscando formas alternativas e atividades não agrícolas, muitas famílias não resistem às dificuldades que enfrentam e deixam o campo. Quais são essas estratégias de resistência que possibilitam às famílias de agricultores permanecerem no meio rural? Almeja-se investigar as formas de resistências, objetivando compreender a agricultura familiar em seu processo de resistência e transformação, forjado por seus sujeitos, na área pesquisada. Buscou-se entender a inter-relação dos processos envolvidos historicamente, com o objetivo de compreender a realidade atual dos agricultores familiares. Constatou-se que as formas de resistências encontradas por essas famílias são fundamentais para sua reprodução socioeconômica, entretanto, o papel do Estado enquanto agente fomentador das políticas públicas ainda não é eficaz para que a agricultura familiar alcance autonomia em sua reprodução e seja reconhecida em seu papel socioeconômico.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Políticas Públicas, PRONAF.

ABSTRACT

Family farming is responsible for much of the food supply of the Brazilian. However, despite its importance in the national agricultural scene, the family farm goes through processes of transformations and adaptations to breed, generate income and fulfill their social role. In a country with strong agrarian roots centered on large estates, with public policies, largely for agribusiness, family farming is not answered in an efficient and functional way by the programs and policies targeted to the sector. This study aimed to analyze focused on strengthening family agriculture policies, as a case study presents the City of Prudentópolis - PR, in the context of rural South Central territory, with emphasis on agricultural credit of the National Program for the Strengthening of Agriculture family (PRONAF). However, what was observed in relation to contracts for the acquisition of PRONAF - in all forms - a tiny number if we compare the amount of establishment of family farming in this region. You can see that even seeking alternative ways and non-agricultural activities, many families can not resist the difficulties they face and leave the field. What are these resistance strategies that enable farm families to remain in the rural areas? We aimed to investigate the forms of resistance in order to understand the family farm in the process of resistance and transformation, wrought by their subjects, in the studied area. We sought to understand the interrelationship of the processes involved historically in order to understand the current reality of family farmers. It was found that the forms of resistance encountered by these families are fundamental to its socioeconomic reproduction, however, the state's role as developers of public policy agent is not effective for that family farming reach autonomy in its reproduction and be recognized in your socioeconomic role.

Key words: Family farming, Public Policy, PRONAF.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Trecho da BR 373 – Prudentópolis - PR	50
FIGURA 2 - Localização do Município de Prudentópolis - PR - Brasil	57
FIGURA 3 - Áreas no contexto do Território Centro-Sul do Paraná de acordo com o tipo de solo e forma de ocupação.	59
FIGURA 4 - Uso de áreas com elevado grau de declividade – Prudentópolis - PR.....	61
FIGURA 5 - Formas de uso do solo em Prudentópolis – safra agrícola 2011/2012.....	70
FIGURA 6 - Estabelecimentos com renda total elevada.	72
FIGURA 7 - Estabelecimentos com renda total baixa.	73
FIGURA 8 - Organograma de tipificação das rendas	75
FIGURA 9 - Modelos de instalações para secagem do tabaco em Prudentópolis.....	77
FIGURA 10 - Plantação e modo de secagem do tabaco em Prudentópolis.....	79
FIGURA 11 - Localização dos Territórios Rurais no estado do Paraná	88
FIGURA 12 - Território Centro Sul.....	91
GRÁFICO 1 - Percentual do valor bruto da produção nos estabelecimentos familiares1996.....	31
GRÁFICO 2 - PIB por tipo de produtor no Brasil - 2006.	32
GRÁFICO 3 - Percentual da produção agropecuária de Prudentópolis.....	67
GRÁFICO 4 - Relação de contratos do PRONAF e estabelecimentos familiares	95
GRÁFICO 5 - Contratos aprovados para aquisição do PRONAF - Paraná	98
IMAGEM 1 - Planta das linhas em 1896 - 100 lotes.....	45
IMAGEM 2 - Planta da Colônia Prudentópolis em 1897.....	46
IMAGEM 3 - Casas improvisadas por imigrantes em 1896	47
IMAGEM 4 - Mulheres atuando na abertura de estradas em 1896	50
IMAGEM 5 - Mutirão de mulheres na roça em 1920	51
IMAGEM 6 - Igreja de São Josafat em Prudentópolis - PR.....	55
IMAGEM 7 - Construções típicas de imigrantes em Prudentópolis - PR.....	56

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Núcleos coloniais estabelecidos no Paraná (1892-1911)	43
QUADRO 2 - Ocupação do solo na área rural de Prudentópolis	58
QUADRO 3 - Evolução do contingente populacional por tipo de domicílio, 2000 – 2010.	62
QUADRO 4 - Grau de urbanização e taxa anual de crescimento geométrico populacional	62
QUADRO 5 - Censo populacional	63
QUADRO 6 - Índice de Desenvolvimento Humano, Brasil, Paraná, Território e Município 1991-2000.	65
QUADRO 7 - Valor adicionado por setores econômicos – 2009	66
QUADRO 8 - Produção agrícola de Prudentópolis.....	68
QUADRO 9 - Composição municipal do Território Centro Sul - PR	92
QUADRO 10 - Crédito Rural adquirido pelos municípios do Território Centro Sul.....	93
QUADRO 11 - Financiamento Rural - Programação e aplicação de recursos – Brasil	94

LISTA DE SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
CF	Constituição Federal
CEDRS	Conselho Estaduais de Desenvolvimento Sustentável
CMDR	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Fundo das Nações Unidas para a agricultura e alimentação
IICC	Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de desenvolvimento humano
IDHM	Índice de desenvolvimento humano municipal
IDHM-R	Índice de desenvolvimento humano municipal - renda
IDHM-L	Índice de desenvolvimento humano municipal - longevidade
IDHM-E	Índice de desenvolvimento humano municipal - educação
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de desenvolvimento econômico e social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
PIB	Produto Interno Bruto
PLANAF	Plano Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento
PMDR	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
PDSTR	Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PTDRS	Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável
PDHC	Projeto Dom Helder Câmara
PROVAP	Programa de Valorição da Pequena Produção rural
PRONAT	Programa Nacional de desenvolvimento de Territórios Rurais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROINF	Infraestrutura de Serviços em Territórios Rurais
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar

SEAB	Secretaria de Agricultura e Abastecimento
SEBRAE	Serviço Brasileiro de apoio a micro e pequena empresa
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação de Dados
SDT	Secretaria do desenvolvimento territorial
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
VBP	Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO E AGRICULTURA FAMILIAR	16
1.1 Discutindo o conceito de território	16
1.2 A relação do território com as políticas públicas desenvolvimentistas	19
1.3 Agricultura familiar: definições e controvérsias.....	22
1.4 Agricultura familiar no Brasil.....	28
2 FORMAÇÃO TERRITORIAL E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS	36
2.1 Os imigrantes.....	36
2.2 Aspectos atuais da organização social e econômica de Prudentópolis.....	57
2.3 Produção agrícola de Prudentópolis junto ao Território Rural Centro-Sul.....	64
2.4 Os desafios no meio rural: a pobreza e a falta de alternativas de renda	68
2.5 Diversificação da produção agrícola: o cultivo do tabaco.....	74
3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O PRONAF	80
3.1 O processo de construção das políticas públicas rurais no brasil.....	80
3.2 Pronaf - Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: contexto histórico	83
3.3 O Pronaf e os territórios rurais: o caso do Território Centro-Sul	86
3.4 A espacialização dos recursos financeiros do Pronaf pelas grandes regiões do Brasil.....	97
3.5 Atual estrutura do Pronaf.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	104
ANEXOS.....	114

INTRODUÇÃO

O capitalismo é um sistema que se destaca por envolver a totalidade da sociedade. Portanto, o meio rural também está marcado por sua influência. Além disso, o espaço rural é marcado pela heterogeneidade, não obstante a força homogeneizadora do sistema capitalista, que transformou o agronegócio no padrão que domina o campo. No contexto dessa pesquisa, o objeto de análise é a agricultura familiar e suas possibilidades diante do quadro atual de hegemonia do agronegócio no campo.

A análise busca abordar uma das políticas públicas mais importantes de valorização da agricultura familiar que é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que se destina ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho da família produtora rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar.

Os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento deste trabalho, buscando a interpretação e compreensão da realidade incluíram as orientações iniciais e contínuas da pesquisa, a análise de material bibliográfico, cartográfico e documental para a construção do referencial teórico. A pesquisa bibliográfica e o referencial teórico tiveram por objetivo fornecer uma estrutura de ideias, teorias e conceitos relevantes que nortearam e forneceram fundamentação teórica para a discussão sobre o tema em questão.

Para isso, fez parte dessa etapa à realização de seleção, fichamento e leitura sobre a questão agrária no Brasil e os processos históricos referentes a ela, assim como a agricultura familiar e seus processos de transformações territoriais e perspectivas. Além das atividades agropecuárias desenvolvidas no município de Prudentópolis e também no contexto do Território rural Centro-Sul no qual o município está inserido, onde o mesmo recebe recursos do PRONAF, o chamado PROINF, exclusivamente para territórios rurais. Apresentou-se importante relacionar estas realidades já que fazem parte do mesmo contexto.

O referencial teórico da pesquisa subsidiou a discussão dos conceitos e no auxílio da compreensão da realidade, consistindo na primeira etapa de elaboração da pesquisa. Foram consultados nessa etapa, livros, teses e dissertações sobre o tema tratado, assim como sobre a área específica de estudo.

A segunda etapa foi desenvolvida a partir da coleta de dados de fontes secundárias. As instituições públicas como INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Prefeitura

Municipal de Prudentópolis, Secretaria de Agricultura, EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Prudentópolis. O objetivo foi levantar dados que subsidiassem a compreensão da estrutura fundiária do município pesquisado, sua produção agrícola, uso e ocupação do solo, população rural e dinâmica territorial. Além disso, as conversas informais com moradores estiveram presentes durante todo o decorrer da pesquisa visando captar suas visões, impressões e organização socioeconômica.

Deste modo, os capítulos da dissertação foram expostos com informações gerais sobre cada um deles, do que tratam e as ideias que estão no cerne da pesquisa. No primeiro capítulo, intitulado *Reflexões teóricas sobre o conceito de território e agricultura familiar*, são apresentados conceitos e discussões teóricas, juntamente com os respectivos autores. O conceito de território, a relação do território com as políticas públicas. As definições de agricultura familiar, nas diversas abordagens, e a visão e importância da agricultura familiar no cenário brasileiro. Aqui o território e a territorialidade assumida pela agricultura familiar foram analisados enquanto instrumento teórico-metodológico que fundamenta a implantação de políticas públicas.

No segundo capítulo, intitulado *Formação territorial e cultural do município de Prudentópolis*, é caracterizado o objeto de estudo. O município de Prudentópolis apresenta os aspectos culturais na formação territorial do município, aspectos atuais da organização social e econômica, os desafios da produção agrícola, diversificação da produção nos estabelecimentos rurais.

As políticas públicas de desenvolvimento rural, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com destaque ao contexto histórico dessas políticas, criação de territórios rurais com o objetivo de sanar as desigualdades, através das políticas públicas, espacialização dos recursos pelas regiões do país, e o debate da atual estrutura do PRONAF, são alíneas que compõe o terceiro capítulo.

As principais ideias e uma síntese de toda a pesquisa apresentam-se nas Considerações Finais para que a mesma se faça entender de forma clara e sucinta. Nas Ciências Humanas, respostas e conclusões fechadas podem limitar o horizonte de possibilidades e possíveis desdobramentos, portanto, contribuimos com considerações a cerca da realidade social pesquisada, certos de que as transformações socioespaciais são dinâmicas, complexas e passíveis de diversas interpretações.

1 REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO E AGRICULTURA FAMILIAR

1.1 DISCUTINDO O CONCEITO DE TERRITÓRIO

O conceito de território vem sendo amplamente debatido nas últimas décadas e tem uma importância muito grande nas abordagens relacionadas a agricultura familiar. No final da década de 1990, a concepção de desenvolvimento territorial passa dominar as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Nesta concepção, o conceito de território é central.

Etimologicamente, a palavra território, “*territorium*” em latim, é derivada do vocábulo terra e que nos tratados de agrimensura é compreendido como o pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma jurisdição político-administrativa. Portanto, este conceito, durante muito tempo, ficou restrito a uma porção de terra limitada por fronteiras sob uma jurisdição. Nas últimas décadas, o conceito de território foi influenciado pela teoria foucaultiniana de poder.

Nesses termos, o território tem sido pensado, definido e delimitado a partir das relações de poder. O que tem de essencial nessa análise é a necessária compreensão de que o território é composto por ação e poder que se manifestam por pessoas ou grupos. Dessa forma, poder e território são enfocados conjuntamente, pois estão intrínsecos em todas as relações sociais. Trata-se de uma abordagem que foi bem sistematizada por Raffestin (1993), no Brasil foi Souza (1995) que popularizou a abordagem. As relações de poder estabelecidas no território buscam entender como ocorre a apropriação e dominação territorial em diferentes escalas de poder, como produto da organização social.

Santos (1996) contribuiu com a discussão definindo o território a partir do uso. Para ele, o território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Deve ser compreendido como uma totalidade que vai do global ao local. Em sua análise argumenta que o território em si não é um conceito, ele só se torna um conceito quando o consideramos na perspectiva do seu uso. Neste conceito, destaca-se como preocupação principal a ação e a utilização desempenhada pelos seres humanos na produção do espaço. Para Santos, “a linguagem cotidiana frequentemente confunde território e espaço [...] entende-se geralmente a extensão apropriada e usada”. (SANTOS, 2008, p.19). Entender que o território usado é utilizado por uma dada população,

mas “espaço e território nunca poderão ser separados, já que sem espaço não há território”. (HAESBAERT, 2010, p. 166).

Assim, percebe-se que não é possível estudar território sem compreender o espaço e seu processo de fragmentação, que criam os territórios. Raffestin (1993) aponta que o território é objetivado por relações sociais concretas e abstratas, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, mas o espaço é anterior ao território, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço, sendo o resultado de uma ação intencional.

Saquet (2004) destaca que a compreensão mais apurada do conceito de território requer relacioná-lo com o processo TDR ¹ (territorialização, desterritorialização e reterritorialização), relacionado às ações econômicas e culturais. Nesses termos, o TDR é um “processo de relações sociais, de perda e reconstrução de relações” (SAQUET, 2004, p. 126). Mas Saquet não descuida do caráter político do território ao afirmar que:

Um território é produzido, ao mesmo tempo, por relações políticas, culturais e econômicas, nas quais as relações de poder inerentes às relações sociais estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle do espaço geográfico. O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização, do enraizamento; é resultado do processo de apropriação e domínio de um espaço, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais (SAQUET, 2004, p. 128).

Heidrich (2004) também destaca a abordagem política do território, com características essencialmente voltadas ao campo do poder, mas, para ele, o território completo que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação, é somente o desenvolvimento de territorialidades, onde apenas partes destas características estão presentes. Deste modo, “encaremos o território como algo dinâmico, não fixado para sempre nem sequer por muito tempo” (REIS, 2005, p.60), um território em movimento. Consideramos que o território envolve, ao mesmo tempo, a dimensão espacial, material das relações sociais e o conjunto das representações sobre o espaço. A propósito, “a concepção de território sempre esteve mais próxima das ideias de controle, domínio e apropriação (políticos e /ou simbólicos) do que da idéia de uso ou função econômica” (HAESBAERT, 2002, p.119).

Haesbaert (2004) propõe, então, uma nova noção, onde o conceito de território se define a partir da multiterritorialidade. Para o autor, somente partindo da visão integradora,

¹ Haesbaert (2004-2007-2010) também trata em suas obras deste processo TDR, marcados principalmente no livro *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade* (2004), entre outros.

que enfatize os aspectos político, econômico e simbólico, é possível compreender o que hoje vem a ser a complexidade do território.

Mas antes de chegar a esta proposta, Haesbaert (2004) propõe uma síntese das diversas abordagens que tem dominado a discussão em torno do conceito no Brasil. Ele ressalta que as variações conceituais de análise do território podem ser agrupadas em três grandes vertentes básicas:

- Política (referida as relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política, (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
- Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- Econômico (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (p.40).

O território passa a ser estruturado a partir de uma nova organização, articulado globalmente. Depara-se, dessa maneira, com a formação de novas territorialidades. Diante às novas dinâmicas da sociedade, de competições entre regiões e a tendência de desregulação do território como identidade. Segundo Queiroz (2011),

O território pode assim ser descrito como interação de um espaço (socialmente produzido) com a ação humana (raramente isolada), expressos nas formas e nas alterações que a ação dos indivíduos produz sobre a base física e natural em que se encontram (p.122).

Para Santos (1996), o território tem um sentido peculiar e por isso é acrescido de novas interpretações, nas suas argumentações o território não é apenas forma, mas produto histórico do trabalho humano, que resulta na construção de um domínio ou de uma delimitação do vivido territorial, assumindo múltiplas formas e determinações. Conforme o autor,

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é à base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. (SANTOS, 2008, p.96).

Percebe-se, dessa forma, que o processo do qual se optou chamar de mundialização (globalização), permitiu no campo da Geografia o avanço das discussões acerca das categorias, dentre elas, a redefinição do território. Podemos apreender, conforme as análises

de Haesbaert (2004), Saquet (2004), Santos (1996), que o conceito tornou-se mais complexo e abrangente, estando relacionado ao uso, a apropriação do espaço, as relações sociais, políticas, econômicas, culturais, de poder e de controle.

O conceito de território ganhou novas perspectivas em virtude das possibilidades de abordagem estabelecidas sobre o tema por importantes estudiosos. Esse conceito, que até então, era feito a partir de uma leitura fundamentalmente política, passa a ser tratado a partir da complexidade em diversas escalas das relações sociais.

O avanço sobre o entendimento de território vem contribuindo para a produção de pesquisas críticas e preocupadas com as relações estabelecidas a partir do uso e apropriação. O que evidencia o caráter dinâmico do conceito e da própria Geografia como ciência.

1.2 A RELAÇÃO DO TERRITÓRIO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIMENTISTAS

A noção de política pública aqui empregada segue a definição de Di Giovanni, que pensa,

A política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia. Penso, também, que é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal. (DI GIOVANNI, 2009, p. 3)

Isso implica considerar que uma política pública não se restringe meramente a intervenção do Estado numa situação problemática. De acordo com Pereira (2008), “implica, simultaneamente, intervenção do Estado, envolvendo diferentes atores (governamentais e não-governamentais), seja por meio de demandas, suportes ou apoios, seja mediante o controle democrático já referido” (p. 96). A política pública corresponde, portanto, a uma forma de interação entre o Estado e a sociedade, nesse sentido, compete às organizações governamentais e não governamentais em conjunto com os atores sociais constituírem os planos de intervenção.

Não se limitando ao descrito anteriormente, ainda há outros olhares a respeito, destacando que se definem políticas públicas como sendo as normas ou princípios orientadores de ação do poder público; regras e métodos nas relações entre poder público e sociedade, intermédio entre atores da sociedade e do Estado. (SILVA, *et al*, 2012). Consideram-se as políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos, que

direcionam ações que envolvem aplicações de recursos públicos. Portanto, “formar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem” (SILVA, *et al*, 2012, p. 3).

Também, cabe distinguir políticas públicas de políticas governamentais. Nem sempre políticas governamentais são públicas, apesar de serem estatais. Para serem públicas, é preciso analisar para quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de preparação é submetido ao debate público. Daí a necessidade de interação entre sociedade e governos, já que são eles os representantes eleitos, para tomar as decisões em nome de todos (SILVA, *et al*, 2012)

Contudo, o histórico político brasileiro não demonstra um bom exemplo, em relação à participação da sociedade com o poder. E um exemplo da administração é que o Estado tem participação significativa na economia, mas a qualidade dos serviços que provê é, em muitos casos, precária. Isto afeta muito os serviços que estão associados à garantia de nível aceitável de qualidade de vida.

A participação popular na formulação das políticas públicas e no controle das ações do Estado é garantida na Constituição Federal do Brasil, de 1988. (SILVA, *et al*, 2012). Porém, o que vemos é exatamente o contrário, a falta de capital social brasileiro leva muitas vezes há falsas políticas públicas e mal distribuídas. Portanto, a necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e não nos gabinete dos governantes.

As políticas públicas tratam de recursos públicos diretamente, ou regulam relações que envolvem interesses públicos. Conforme o autor,

Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para programar as decisões tomadas. [...] Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública que contemple a sociedade. (SILVA, *et al*, 2012, p. 4).

No momento que se destacam as políticas públicas, de maneira geral podemos ressaltar que estas, vêm atreladas ao desenvolvimento, quando empregadas corretamente, pois o desenvolvimento pode abranger o econômico, social e cultural. Lipietz (1991) defende que são três elementos que constituem um modelo de desenvolvimento: modelo de organização do trabalho; um regime de acumulação; um modo de regulação. A acumulação como resultado da regulação, tendo como base a organização, ou seja, é o conjunto que constitui um modelo de desenvolvimento, e não propriamente o desenvolvimento. E, “quanto maior a identidade, a

institucionalidade ou o capital humano, mais possibilidades de desenvolvimento” (GOMEZ, 2007, p. 51). Além desses fatores, há outros que, conforme Pires (2007), relacionam-se aos valores sociais, os quais “também desempenham papéis preponderantes nos processos nacionais de desenvolvimento” (p. 62).

Apoiando esta linha, Silva (*et al*, 2012) ressalta que, “para que haja desenvolvimento é necessário que haja alterações do capital humano e do capital social, que garantam uma convergência dinâmica com o meio, uma capacidade continua de adaptação e conversação” (p. 8).

Quando se reconhece, em primeiro lugar que todo desenvolvimento é social, quando aplicado à sociedade, alteram suas condições de existência. Então, desenvolvimento é mudança social. Sobre esses argumentos Lipietz (1991) afirma: “um modelo de desenvolvimento só consegue vingar se suas promessas coincidem com certa concepção possível de felicidade (p. 29)”.

Compreende-se que o território deve ser apreendido como um espaço no qual se projetou um trabalho, e que, por consequência, revelam uma complexa teia de relações sociais marcadas por conflituosas relações de poder. Dessa forma, ele só pode ser compreendido com amparo em todas as dimensões que o constituem (política, social, econômica e cultural).

O padrão de desenvolvimento utilizado por tais políticas continua a ser padronizado, marcado pelo consumo e acumulação de riqueza. Santos (2008) vêm chamar de “território do dinheiro”, por exemplo, o que se retira do território, e o que ele é capitalizado – um bem de consumo.

Por esta e outras razões, afirma-se que no fundo a persistência das desigualdades no meio rural está na concentração da riqueza social historicamente produzida, que tem origem nas dificuldades criadas (pelo sistema capitalista) ao acesso e distribuição de bens e serviços de qualidade, à satisfação das necessidades e capacidades humanas.

Para a SDT/MDA (Secretaria de Desenvolvimento Territorial – Ministério do Desenvolvimento Agrário), as políticas territoriais se comportam como importantes políticas de ordenamento territorial, e servem de complemento às políticas de descentralização. Assim, o território é definido como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meios de processos específicos, onde se pode distinguir um ou

mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (SDT/MDA, 2003, p. 34).

O desenvolvimento rural, limitado a um quadro territorial descarta a análise setorial (e regional), no desafio de integrar o agricultor à indústria e de criar condições para que a população valorize certo território num conjunto muito variado de atividades e de mercado (SDT/MDA, 2003).

Nesta perspectiva, os órgãos governamentais, juntamente com criações de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial, têm carregado consigo a intenção de promover a inclusão daqueles atores rurais que, durante muito tempo estavam excluídos, porém, praticavam sua agricultura, se reproduziam, social e economicamente, com seu modo de vida, usos e costumes. Entretanto, só estavam à margem do sistema capitalista, das relações de poder (econômica), mas constituíam seu território.

A partir dessas premissas, buscamos a compreensão da agricultura familiar com base na leitura do território, apropriado e construído a partir das relações de poder, envolvendo identidade, domínio, pertencimento e produção de bens patrimoniais. Assim, para construir uma discussão coerente sobre a agricultura familiar e sobre o processo de territorialização no município em estudo, é necessário analisar as várias discussões acerca de tal conceito para, então, orientar nossa discussão.

1.3 AGRICULTURA FAMILIAR: DEFINIÇÕES E CONTROVÉRSIAS

Vários são os estudos no campo da Sociologia, da Economia, da Antropologia e também da Geografia que têm ressaltado a importância econômica, cultural e política da agricultura familiar no Brasil e no mundo. Estudos como os de Mendras (1978), Abramovay (1992), Lamarche (1993), Wanderley (2000), Saquet (2002) e Mendes (2005) ressaltam a importância da agricultura familiar na produção de gêneros alimentícios básicos, que garantem a subsistência e a reprodução da própria família e, também, abastecem a mesa do povo brasileiro, além de contribuir na geração de emprego e renda no meio rural. Além dessa especificidade econômica, os agricultores familiares guardam aspectos culturais que lhes são próprios, repassados de pai para filho, atravessando gerações, fazendo com que essas unidades produtivas sejam territórios de vida e de reprodução da família.

As terminologias utilizadas para caracterização da produção rural familiar são inúmeras: agricultura familiar, agricultura camponesa, agricultura de baixa renda e agricultura de subsistência, dentre outras, conforme colocou Hespanhol (2000). Esses termos

trazem consigo vários significados de ordem política e ideológica. Estudiosos como Oliveira (1990), Abramovay (1992), Lamarche (1993), Fernandes (2001), Mendonça (2004), Mendes (2005) e o relatório elaborado por estudiosos da FAO/INCRA (1996) dedicaram partes de seus estudos a um rico debate para conceituar as explorações rurais de base familiar no Brasil. Além dessas terminologias encontramos, na literatura pesquisada, os termos “caipira” (CANDIDO, 1998), “sitiente” e “colono” (WOORTMANN, 1995). No entanto, apesar dos esforços, não se chegou a uma denominação precisa que conseguisse explicar as heterogeneidades desse segmento de produtores no Brasil.

Ao buscarmos na literatura pesquisada o que há em comum entre as terminologias que tentam explicar a produção rural familiar no Brasil, vimos a predominância do trabalho e gestão da família na produção agrícola, podendo também utilizar mão de obra de trabalhadores permanentes ou temporários conforme colocou Wanderley (2000). No entanto, ao buscarmos as diferenças, verificamos que a conceituação depende de como a produção familiar reage aos estímulos econômicos de um dado momento histórico, ou, muito mais do que isso: depende também das posturas políticas e ideológicas de cada pesquisador.

Nesse contexto, Mendonça (2004), por exemplo, ao analisar a entrada do capital nas áreas de Cerrado e os impactos sobre o trabalho e os camponeses, argumenta que, ao se utilizar o termo agricultura familiar, desconsidera-se a luta histórica dos camponeses, expropriados pelo capital, para voltar a terra e tentar (re) existir. Esse autor tece críticas à pluriatividade e ao *part-time* (ou agricultura em tempo parcial), pois, para ele, essas formas de produção,

Passaram a ser apresentadas como alternativa para os conflitos fundiários no país [...]. A “solução” passou a ser a implementação de atividades não agrícolas inseridas a partir de um projeto de urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e outros serviços), consorciadas com atividades de preservação do meio ambiente e pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais etc.), que buscam “nichos de mercado” muito específicos para a sua inserção econômica. Essa tese não considera a existência de uma agricultura camponesa, tampouco de um *ethos de campesinidade*. (MENDONÇA, 2004, p. 29-30, grifos do autor).

Frente a essa problemática, a tese central de Mendonça (2004) é que, ao invés de políticas compensatórias que, para ele, acabam por reforçar o assistencialismo, deve-se implementar no Brasil uma ampla reforma agrária que atenda as necessidades mais urgentes dos camponeses e as heterogeneidades das realidades geográficas brasileiras. Mesmo não se aprofundando na tese dos autores que têm discutido e debatido a agricultura familiar,

esse autor declara que, na utilização do termo agricultura familiar por muitos, abandona-se a perspectiva histórica da luta pela terra.

Noutra direção, Abramovay (1992) aponta que a produção rural de base familiar não é sinônimo de pequena produção e muito menos de campesinato, pois pela adoção de técnicas cada vez mais modernas no processo produtivo, a mão-de-obra torna-se cada vez menos utilizada. A partir disso, o autor defende que a transformação da agricultura no modo de produção capitalista não significa a superioridade da agricultura patronal ou da propriedade capitalista, mas sim o fortalecimento da agricultura familiar. Abramovay (1992) afirma que essa realidade é observável no espaço rural europeu e norte-americano, onde a agricultura familiar se apresenta como uma forma social reconhecida e legitimada, sendo reflexo do processo de modernização capitalista. Nas economias europeias e norte-americana, no decorrer do século XX e início do XXI, tem ocorrido o crescimento das explorações, de modo que o trabalho da família assume uma importância decisiva no processo de modernização do campo.

Em outra linha de reflexão, Fernandes (2001) critica duramente a tese de Abramovay (1992), considerando o termo “agricultura familiar” supérfluo, apesar de sua reconhecida aceitação por muitos pesquisadores nas Ciências Humanas. Nesse pensamento, Fernandes (2001) destaca,

O que está em questão nesses estudos é a defesa da tese de que a agricultura familiar está inserida na lógica do desenvolvimento do capitalismo; que sua existência deve-se muito mais às políticas criadas pelo Estado para garantir a produção de alimentos do que aos interesses políticos e à luta dos pequenos agricultores. (FERNANDES, 2001, p. 30).

O maior problema que esse autor coloca é de que essa tese está presente no conjunto de políticas do Banco Mundial, criadas, sobretudo, a partir da década de 1990, tendo em vista o desenvolvimento de áreas rurais de países pobres para a territorialização do capital. Dessa forma, para Fernandes (2001), essa visão de agricultura familiar descarta os conflitos por terra e as possíveis soluções para a questão da terra, como por exemplo, a reforma agrária. Defende, ainda, esse autor, que a existência de um campesinato é consequência da luta heróica contra a expropriação e proletarização geradas pelo capitalismo, no movimento de criação e recriação do campesinato no processo de diferenciação. Assim, a formação de um campesinato acontece simultaneamente pela exclusão/inclusão das realizações do trabalho familiar, criação/destruição/recriação das relações sociais como a propriedade camponesa, a posse, o arrendamento, a meação e a parceria.

Já Wanderley (2000) valoriza o estudo do campesinato tradicional, pois para ela, a terminologia “agricultura familiar” é uma categoria necessariamente genérica, sendo que a combinação entre trabalho e propriedade assume no tempo e no espaço uma grande forma de diversidades sociais. Para essa autora, a agricultura camponesa tradicional é uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que agricultura camponesa se funda no tripé propriedade, trabalho e família. Assim, ressalta que as particularidades que especificam o camponês dentro da agricultura familiar dizem respeito “aos objetivos da atividade econômica, as experiências de sociabilidade e a forma de sua inserção na sociedade global.” (WANDERLEY, 2000, p. 23).

Conforme esse raciocínio, Mendes (2005) analisa que a incorporação e a utilização de terminologias como, agricultura familiar, explorações familiares, pequena produção rural familiar no Brasil têm por objetivo explicar os processos sociais e agrários. Essas terminologias surgem no final dos anos de 1980 e são fortalecidas na década de 1990, sendo que uma das justificativas, no campo teórico, é a busca de novos referenciais teóricos e analíticos que contribuam para a formação de um corpo de conceitos que extrapole os temas recorrentes, como a integração entre agricultura e indústria e a ampliação do trabalho assalariado como sinônimo de desenvolvimento capitalista no meio rural.

Nesse sentido, Saquet (2002), analisando as explorações familiares em Nova Palma, no Rio Grande do Sul, define uma unidade de produção familiar como uma unidade agrícola e/ou artesanal. Ressalta que os agricultores familiares são donos da terra e dos meios de produção; têm baixo nível técnico e tecnológico; não produzem intensivamente para o mercado e não contratam, conforme a exigência capitalista, trabalhadores para efetivar a produção.

Em Lamarche (1993), a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares (a família participa da produção) e, em cada lugar, apresenta diversidades, de acordo com o modo de produção e o modelo agrícola adotado. Em alguns lugares, a agricultura familiar é a ponta de lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado. Em outros lugares, ainda permanece arraigada na economia de subsistência. Pode ser reconhecida como a única forma de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade ou, ao contrário, ser excluída de todo o desenvolvimento, sendo totalmente desacreditada e a custo tolerado, quando não chega, fatalmente, a ser eliminada.

A partir dessas premissas, Lamarche (1993, p. 15) define a agricultura familiar como “uma unidade de produção agrícola onde trabalho e propriedade estão intimamente ligados à

família”. Para esse autor, jamais se pode confundir exploração camponesa com exploração familiar, pois a cada uma se encontram vinculados histórias e contextos socioeconômicos e políticos diferentes.

Chayanov (1974), analisando a organização das unidades econômicas campesinas no século XIX, entende-as como formas sociais em que a produção centra-se no trabalho familiar, não existindo o fenômeno social dos salários. Por isso, o lucro é ausente. Assim, define camponês a partir de alguns princípios básicos:

- a) Há uma íntima relação entre a organização, a produção e as necessidades de consumo do grupo familiar na unidade produtiva;
- b) A mão-de-obra é familiar e não pode ser avaliada em termos de lucro, uma vez que a produção e o trabalho familiar não são quantificáveis;
- c) O objetivo fundamental da produção nas unidades camponesas é produzir valor de uso e não de troca.

Para Chayanov (1974), o objetivo principal da produção camponesa é a subsistência da família, não sendo objetivo a maximização de lucro. Já Mendras (1978), analisando a diferença entre selvagem, camponês e agricultor, diz que o tipo ideal da sociedade camponesa, que vai contrastar com os outros dois tipos de sociedade, define-se pelos seguintes traços:

1. A autonomia das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas tolera as suas originalidades;
2. A importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade;
3. Um sistema econômico de autarquia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente;
4. Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas;
5. A função decisiva do papel de medição dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente. (MENDRAS, 1978, p. 14-15).

Nesta direção, Mendras (1978) mostra que essa autonomia das coletividades camponesas desaparece frente à sociedade urbanizada e industrializada que não pode tolerar que em sua estrutura social seja mantida numa situação marginal uma população tão importante no contexto da produção de alimentos. Dessa forma, o camponês transforma-se em agricultor, produtor agrícola, que é ao mesmo tempo empreiteiro e trabalhador, proprietário dos meios de produção.

A partir dessa diversidade e heterogeneidade das formas sociais de agricultura familiar, Lamarche (1993) afirma que as explorações familiares não podem ser apreendidas

como um único modelo, uma vez que existem diferentes tipos de exploradores. Há, de acordo com o autor, aqueles cuja finalidade essencial não seria a reprodução enquanto uma unidade produtiva para um mercado capitalista, mas a reprodução familiar (modelo familiar) ou, simplesmente, a sobrevivência da família (modelo de subsistência). Já outros exploradores familiares mantêm sua unidade produtiva com o objetivo de uma formação agrícola organizada sobre a base do trabalho assalariado para obtenção de um ganho máximo (agricultura patronal ou empreendimento agrícola).

Corroboramos com o autor que explorações rurais familiares se reproduzem de formas extremamente variadas e diferentes, sendo uma formação social heterogênea. Pode, em um mesmo lugar, em um mesmo modelo econômico de funcionamento, dividir-se em classes sociais, segundo condições objetivas de produção (superfície, grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira). Assim, Lamarche (1993) afirma que a exploração familiar não é, portanto, elemento da diversidade, mas contém nela toda esta diversidade.

Acreditando na diversidade e na heterogeneidade das explorações rurais familiares, adotamos, aqui, a terminologia *agricultura familiar*, conforme proposta por Lamarche (1993), que se refere a uma *unidade produtiva onde a família ao mesmo tempo em que trabalha, é proprietária dos meios de produção, incluindo aí vários segmentos de agricultores familiares*². A esse pensamento, alia-se Wanderley (2000), que considera essa terminologia como a que melhor se aproxima e explica as heterogeneidades da produção familiar presentes no espaço agrário brasileiro.

Acreditamos que, para manter o homem no campo, são necessárias políticas agrícolas e agrárias que garantam a inserção do agricultor familiar nos mercados locais e regionais. Essas medidas têm dado certo em alguns lugares do Brasil, como em propriedades no Rio Grande do Sul, por exemplo. Para isso, é urgente uma ampla reforma agrária que quebre a estrutura atrasada na qual se assentou o espaço rural brasileiro; estrutura esta que tem deixado de lado a agricultura familiar, desconsiderando suas potencialidades econômicas, culturais e políticas.

² Como argumenta Lamarche (1993), explicando a heterogeneidade da agricultura: “todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês”.

1.4 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

As pesquisas acerca da questão agrária no Brasil têm aumentado nas últimas décadas, principalmente a partir da década de 1990, gerando um rico e intenso debate em eventos científicos e publicações especializadas. O crescimento significativo de estudos em torno dessa temática se justifica pela importância que a agricultura familiar assumiu na produção de alimentos para o abastecimento da população urbana, pelo aumento dos conflitos sociais por terra e também pelas desvantagens da agricultura familiar frente à agricultura patronal moderna que vem crescendo nos últimos anos. Hespanhol (2000) e Mendes (2005) ressaltam que as discussões acerca da produção rural familiar são motivadas pela grande expectativa criada em torno desse segmento, dado o seu potencial na produção de gêneros alimentícios com baixo preço para atender ao mercado interno, além da capacidade de geração de emprego e renda no meio rural.

As teorias marxistas, como a de Kautsky (1980) e a de Lênin (1988), a partir da teoria da diferenciação social, previam o trágico fim da pequena produção rural familiar à medida que o capitalismo se expandisse para o campo, sendo os camponeses expropriados e, conseqüentemente, tornando-se assalariados³. Kautsky (1980), por exemplo, analisando o campesinato na Rússia, mostrou a separação entre o patronato russo e os trabalhadores, como também enfatizou a inferioridade da pequena exploração frente à grande exploração. O autor mostrou as condições de extrema precariedade das pequenas explorações russas, tanto no que diz respeito à produtividade quanto à qualidade de vida. Destacou a superioridade da grande exploração capitalista e a inutilidade de se procurar frear o movimento invencível de expropriação das pequenas unidades de produção rural que o capitalismo promove. Nessa perspectiva, as grandes explorações, capazes de absorver os recursos tecnológicos e demais insumos agrícolas e fundamentados no trabalho assalariado, seriam o modelo de propriedade adequado para atender ao crescimento da atividade industrial e da população urbana, conjugando uma oferta regular e em larga escala de matérias-primas e alimentos.

Kautsky (1980) ainda salienta que o lugar onde os camponeses sobreviviam não era sinônimo de eficiência, mas de superexploração, pois vendiam seus produtos a preços que não cobriam a própria subsistência. Esses fatores, de acordo com o citado autor, ocasionariam um crescente assalariamento na agricultura e, conseqüentemente, o fim da exploração de base familiar. Mas, a experiência atual mostra o contrário: não houve a predominância do

³ Para maiores detalhes sobre essa problemática, consulte kautsky (1980) e Lênin (1988).

assalariamento, nem tampouco o fim da exploração rural familiar. Esta ainda resiste, assumindo um papel dentro do próprio modo de produção capitalista, conforme salientou Abramovay (1992), Guanziroli, *et al.* (2001) e Mendes (2005).

No Brasil, apesar de a agricultura familiar ter assumido tamanha importância dentro do modo de produção capitalista (produção de alimentos para abastecer a população na cidade, geração de emprego e renda, manutenção das pessoas ocupadas no campo), ainda padece com uma série de fatores: falta de políticas agrárias e agrícolas, baixo valor agregado aos seus produtos, à expropriação e envelhecimento da família rural, perda de lavouras face às oscilações climáticas, dificuldades de comercializar devido à concorrência desleal, a entrada de produtos industrializados no mercado e a consequente mudança dos hábitos alimentares da população brasileira e acúmulo de dívidas que levou muitos produtores à ruína. Mesmo diante de tais dificuldades, esse grupo ainda resiste, criando novas alternativas de produção (diversificação da produção), enquanto outros ingressam na luta por melhores condições de sobrevivência e de produção.

O problema acerca da agricultura familiar hoje no país, diante da constante precarização das condições de vida, está vinculado à forma como se deu seu desenvolvimento às margens da sociedade, ao longo da história da formação econômica do Brasil. Desde o início da colonização lusitana do território brasileiro, à agricultura altamente moderna⁴, as políticas agrícolas e agrárias sempre estiveram voltadas para os interesses das oligarquias fundiárias e do mercado externo e, conseqüentemente, ao fortalecimento do capitalismo no campo, deixando de lado a agricultura familiar, fragilizando-a e tornando-a dependente econômica e socialmente das políticas compensatórias do Estado (MENDES, 2005).

Estudos como os de Prado Júnior (1962), Martins (1976), Guimarães (1982), Mendonça (2004) e Mendes (2005) trazem várias contribuições para compreender os elementos que influenciaram na atual estrutura do espaço agrário brasileiro. De posse desses significativos estudos sobre questão, abordaremos o Desenvolvimento de Comunidades Rurais no Brasil a partir da década de 1950, que foi uma política trazida de fora para dentro, sob orientação dos Estados Unidos da América, como forma de fortalecer o capitalismo nos países periféricos devido ao temor da expansão do socialismo.

Assim, o descaso histórico com a agricultura familiar, dada a opção fundiária que o Estado brasileiro assumiu ao longo de seu desenvolvimento econômico, contribuiu não só

⁴ A agricultura moderna se caracteriza pela implantação de tecnologias e uso de produtos químicos, que possibilitaram o aumento da produção e da produtividade. (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

para a concentração de terras nas mãos de uma minoria, mas também, para a efetivação da luta pela sobrevivência e pelo direito de reconquistar a terra. Exemplo disso é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se estende por todo o território brasileiro na luta pela terra.

Diferentemente do Brasil, nos Estados Unidos, na Europa e também no Japão a forte presença da agricultura familiar e a efetivação da reforma agrária constituíram fatores decisivos na estruturação de suas economias. Abramovay (1992), Lamarche (1993) e Guanzioli, *et al.* (2001) ressaltam a forte influência que a agricultura familiar teve nas economias norte-americana, europeia e japonesa. A organização do espaço agrário nessas economias baseou-se no acesso à terra que no caso do oeste dos Estados Unidos, promoveu a abertura das fronteiras aos *farmers*. O dinamismo da agricultura, nessas sociedades, garantiu uma estrutura mais organizada e equilibrada do espaço social rural.

A estruturação do espaço agrário nos Estados Unidos foi baseada no modelo dinamarquês. As unidades familiares de produção eram abertas às incorporações de inovações tecnológicas com o objetivo de baixar o preço dos alimentos e liberar recursos para aquisição de produtos industriais, visto que havia um grande número de consumidores no campo. Dessa forma, criaram-se nesses países unidades de pequeno porte com elevada produção e produtividade (ABRAMOVAY, 1992). No Brasil, Mendes (2005) salienta que,

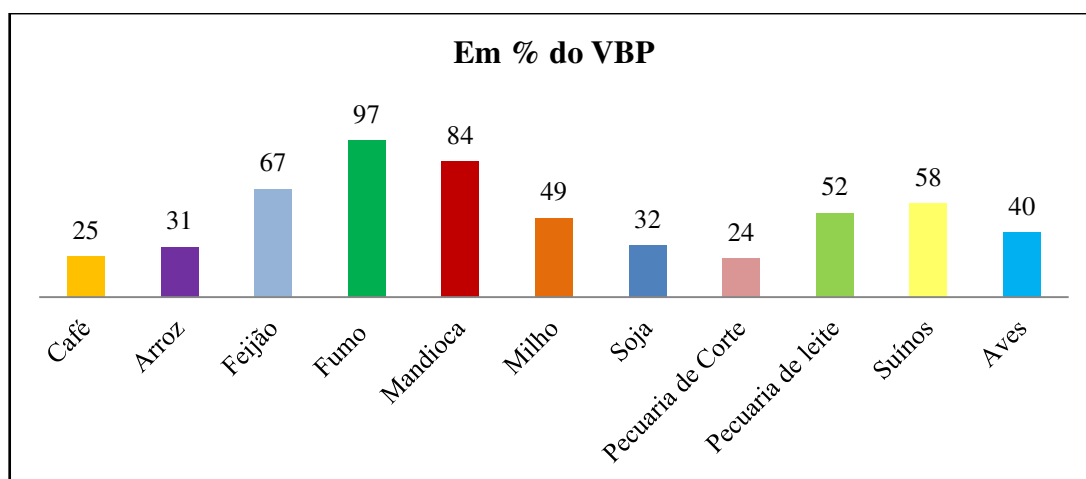
A situação é inversa. Tanto a política de colonização de fronteiras e a atual política de assentamentos não foram capazes de promover mudanças significativas na estrutura agrária brasileira. A produção familiar foi significativamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira, assentada na grande propriedade, nas monoculturas de exportação e no trabalho cativo. (MENDES, 2005, p. 35).

Nesse pensamento, Abramovay (1992) afirma que o Brasil é marcado por uma bimodalidade tecnológica. De um lado, as explorações modernas batem recorde na produção das supersafras e na tecnificação acelerada dos setores integrados ao complexo agroindustrial. De outro, destacam-se, a extrema pobreza da população rural, o atraso econômico, social e político nas regiões onde predomina o latifúndio, o coronelismo e a “lei do mais forte”.

Com o intuito de reafirmarmos a importância que a agricultura familiar assume no Brasil, ressaltamos os dados apresentados em 1996 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e pelo Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Os dados revelaram que aproximadamente, 85% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares. São 13,8 milhões de pessoas que têm na atividade agrícola sua única alternativa de sobrevivência. Cerca de 4,1 milhões de

estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada, concentra-se na agricultura. Cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira é oriundo da agricultura familiar, como mostra o gráfico 1.

GRÁFICO 1 – Percentual do Valor Bruto da Produção nos estabelecimentos familiares - 1996.



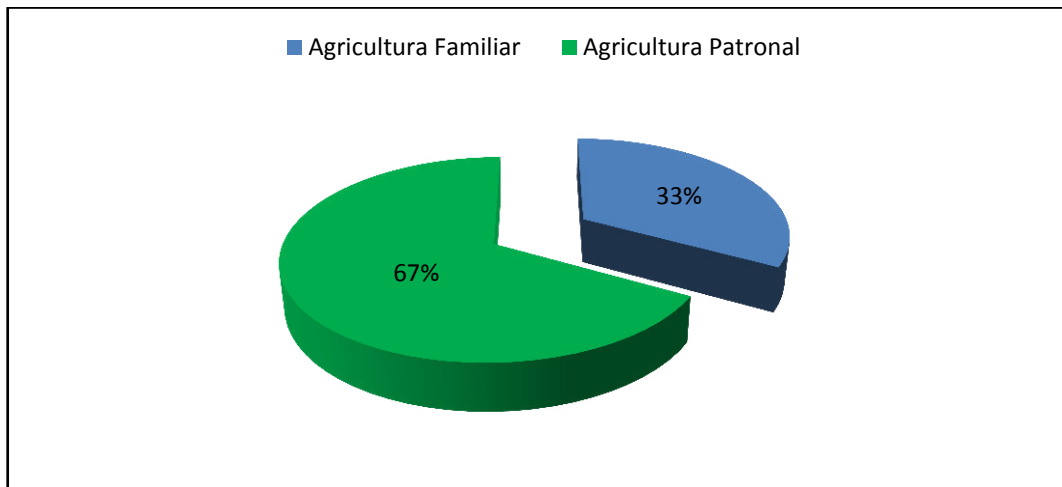
Fonte: FAO/INCRA, 1996.

Org.: SENETRA, A.

De acordo com o estudo do FAO/INCRA (1996), quase 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) é produzido por agricultores familiares. O estudo mostra que 24% do VBP total da pecuária de corte, 52% da pecuária de leite, 58% dos suínos e 40% das aves e ovos advêm da agricultura familiar. Esse grupo de produtores ainda é responsável por 33% do algodão, 31% do arroz, 72% da cebola, 67% do feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja, 46% do trigo, 58% da banana, 27% da laranja, 47% da uva, 25% do café e ainda 10% do VBP da cana-de-açúcar, como mostra o gráfico 1. Esses dados comprovam a importância da agricultura familiar para a sociedade e para a diminuição das desigualdades sociais no campo brasileiro.

Por meio de um estudo do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), outro fator curioso que nos chama atenção em relação à agricultura familiar, é a responsabilidade desta por 33% do Produto Interno Bruto (PIB) Nacional, como mostra o gráfico 2.

GRÁFICO 2 - PIB por tipo de produtor no Brasil - 2006.



Fonte: NEAD/MDA, 2006.

Org.: SENETRA, A.

A partir desses dados, é mister ressaltarmos as reflexões de Soares (2000) e Maluf (2003). Para esses autores, a agricultura familiar assume grande importância na segurança alimentar da família e da sociedade. Além disso, contribui também para a preservação dos recursos naturais e para a reprodução socioeconômica e cultural das famílias rurais. Os autores ressaltam ainda que parte da insegurança alimentar do Brasil provém da inviabilização da agricultura familiar. Desta forma, Soares (2000) salienta que,

O descaso histórico com esse setor da agricultura, seja através da falta de financiamento, ou da falta de infra-estrutura de produção e comercialização, ou da ausência de políticas públicas de saúde e educação, leva à saída acelerada de agricultores do campo para a cidade. (SOARES, 2000, p. 44).

Esse autor aborda questões fundamentais no que se refere aos principais problemas agrários no Brasil, como a falta de políticas públicas que dê condições para que o agricultor familiar produza e coloque seus produtos no mercado e a falta de acesso à saúde e à educação. Esses fatores têm contribuído para a expulsão permanente dos camponeses para a cidade, em busca de trabalho e renda, principalmente da classe jovem, como percebemos na comunidade em estudo. Reforçando tal idéia, Cândido (1998) e Wanderley (2000) salientam o movimento de camponeses fugindo de situações instáveis de miséria e exploração. Ainda, nessa mesma linha de raciocínio, Soares (2000) mostra que,

É estratégico o papel desempenhado pela agricultura familiar para a segurança alimentar. Tanto pelo lado da produção de alimentos quanto pelo efeito distribuidor de renda deste setor da agricultura, criando condições para o acesso ao alimento. Ao se elaborar e executar políticas públicas, inclusive a política comercial, deve-se levar em conta esta função [...] o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura familiar pode significar que seu tratamento não pode ser unicamente comercial ou de mercado. A agricultura familiar provê um conjunto de serviços e bens públicos, tangíveis e intangíveis de elevado valor para a sociedade em geral. Os meros instrumentos de mercado não são suficientes para dar conta da complexidade do desenvolvimento da agricultura familiar em seus diversos aspectos. (SOARES, 2000, p. 44-47).

Nesse sentido, Mendes (2005), analisando as comunidades rurais em Catalão (GO), ressalta a importância da produção rural familiar, no tocante à diminuição dos problemas sociais e econômicos, bem como a redução das desigualdades sociais no campo face às inovações tecnológicas, geração de empregos, melhoria da renda no meio rural, diminuição dos conflitos sociais e do êxodo rural. A autora comenta, sobretudo, que os pequenos produtores dispõem de condições desvantajosas, quando comparadas com os meios da agricultura moderna.

Com essa idéia, Graziano da Silva (1998) enfatiza que a agricultura familiar conheceu na década de 1980, entre os governos Figueiredo e Collor, a maior perversidade da história econômica brasileira. Nesse período, a ação do Estado objetivava diminuir o consumo interno, dando ênfase maior para a exportação, gerando saldos comerciais crescentes e fazendo frente aos serviços da dívida externa, que já ultrapassava a casa dos US\$80 bilhões. Esses fatores refletiram na agricultura, privilegiando os interesses da elite fundiária, que possuía terra e dinheiro para produzir. A partir dessa premissa, o autor denomina a década de 1980 como “década perversa”, dados os baixos investimentos na agricultura familiar e o consequente aumento dos movimentos sociais (camponeses, operários, estudantes).

Corbucci (1995) contempla as vantagens da agricultura familiar brasileira no que diz respeito à absorção de mão-de-obra e aos resultados econômicos, mas salienta que sua reprodução se dá em condições desvantajosas, pois continua sendo tratada através de políticas compensatórias, desqualificando sua contribuição socioeconômica e ambiental. O Estado, nas suas diferentes esferas (federal, estadual e municipal), “tende a direcionar seus esforços e recursos (quando o fazem) para a agricultura familiar dentro do enfoque social, mais precisamente do assistencialismo” (CORBUCCI, 1995, p. 41, parêntese da autora). Nesse sentido, essa autora coloca que minimizar a importância da agricultura familiar é desconsiderar as particularidades desse segmento no desenvolvimento econômico do país e em sua estabilidade social e econômica.

Salientam Guanziroli, *et al* (2001) que é necessário apoiar a agricultura familiar e o

processo de Reforma Agrária, pois, como aconteceu em economias desenvolvidas, tais medidas possibilitam a construção de uma nova sociedade mais justa e igualitária. Com base em experiências de vários países desenvolvidos como Japão, Estados Unidos e os países da Europa, os autores ressaltam a viabilidade desse segmento e sua importância no plano econômico e social. Assim, Mendes (2005) defende que,

As cidades precisam da produção de alimentos fornecidos pelas pequenas propriedades rurais e esse estrato de produtores carece de políticas agrícolas que viabilizem sua produção – e suas condições de sobrevivência. Todas as decisões inerentes a esse setor são elaboradas por segmentos – órgãos institucionais – que nem sempre possuem autoridade/conhecimento, competência, dignidade e interesses para tais cargos e decisões. As necessidades mais emergenciais desses produtores têm sido ignoradas em nível de todas as instâncias governamentais, comprometendo diretamente a qualidade de vida - a dignidade dos trabalhadores rurais. (MENDES, 2005, p. 48).

Pensando nessa questão, na década de 1990 foram criadas algumas políticas públicas, dentre elas, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cujo objetivo era o fortalecimento da agricultura familiar. Foram dois os fatores principais que motivaram o surgimento dessas políticas públicas: a crescente necessidade de intervenção estatal frente ao quadro crescente de exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais. O crescimento da miséria, da violência e da insegurança nas grandes cidades fez com que também ampliasse o apoio da sociedade urbana às políticas de valorização do meio rural.

Nessa conjuntura, alguns pesquisadores da questão agrária têm estudado a influência da industrialização na desarticulação das formas tradicionais de produção no campo. Schneider (1999) diz que as atividades dos colonos no Rio Grande do Sul sofreram grandes alterações ao mesmo tempo em que avançou o processo de industrialização. O autor acredita que a desarticulação do modo de vida tradicional e a emergência das relações capitalistas de produção são decorrentes não só das transformações engendradas pelos processos sociais de industrialização difusa do setor coureiro-calçadista como também, das mudanças nas estratégias de produção da agricultura familiar.

Assim, as formas pluriativas de produzir vêm sendo constantemente debatidas no meio acadêmico. Autores como Schneider (1999), Carneiro (2001), Wanderley (2000), Graziano da Silva (2002), Rua (2002/2005), e Pessoa (2003) acreditam que essas “novas” atividades no meio rural são alternativas de complementar a renda familiar no campo. Esse debate tornou-se intenso a partir da década de 1980, frente à crise da superprodução européia. Pessoa (2003) acredita que essa “nova” forma de produção no campo tornou-se importante,

quando ressaltado o significado que essas atividades ocupam no conjunto da economia familiar como estratégias de sobrevivência.

Essa diversificação de atividades no espaço agrário, na grande maioria das vezes, está relacionada à queda dos rendimentos médios dos agricultores face às dificuldades econômicas que a agricultura tem passado por uma ausência de política agrícola no país nas últimas três décadas, e a liberação de mão-de-obra agrícola, como resultado do uso cada vez mais acentuado de máquinas nos cultivos modernos (café, soja, cana-de-açúcar). (PESSÔA, 2003, p. 118).

Dentre essas “novas” atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas no campo, Graziano da Silva (2002) destaca a criação de animais silvestres, o turismo rural e hotéis-fazendas, a horticultura diversificada, a agricultura orgânica, a floricultura, a piscicultura, leilões, exposições e outras.

As ocupações não-agrícolas no campo têm gerado várias controvérsias entre os autores citados. Alguns autores como Graziano da Silva (2002), têm mostrado o projeto urbano, no qual já não existe mais diferença entre o urbano e o rural. Considera, porém que há ainda no rural muito sinônimo de atraso, vestígio do tipo de colonização implantado no país. Opondo-se a essa ideia, Carneiro (2001) ressalta que a nova relação de produção no campo não significa a homogeneização do rural e do urbano, mas uma valorização das características do rural.

Diante dessas considerações, acreditamos na importância da agricultura familiar para o desenvolvimento econômico brasileiro através da diminuição da pobreza e dos conflitos no campo. Apesar de tal relevância no contexto da economia brasileira, a agricultura familiar se desenvolve sob condições desvantajosas. As políticas implementadas pelo Estado têm sido de caráter assistencialista, não resolvendo, dessa forma, os problemas mais urgentes dos produtores.

2 FORMAÇÃO TERRITORIAL E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS

2.1 OS IMIGRANTES

A imigração marcou a história do Brasil e do Paraná por suas contribuições à formação de uma sociedade multicultural. A chegada dos ucranianos, poloneses, russos, italianos, alemães, holandeses entre outros ocorreu dentro de um processo que se inicia desde período imperial intensificando-se no início da república.

Esse fenômeno se associa a diferentes conjunturas políticas e econômicas dos países que recebiam imigrantes e daqueles que os repeliam. Durante a segunda metade do século XIX, a escravidão no Brasil caminhou lentamente para sua extinção. Sucessivas leis ao lado da resistência escrava alertavam fazendeiros, donos de latifúndios de produção cafeeira e autoridades da Província do Paraná sobre a necessidade de diversificar a população e a produção agrícola, além de povoar áreas *vazias* e pouco habitadas, cobertas por florestas. Ao mesmo tempo, o capitalismo industrial se expandia e se consolidava. Ao comércio internacional, aos industriais e empresas de navegação, as imigrações transoceânicas foram importantes aos seus negócios (COSTENARO, 2013).

Ligados a essa questão havia argumentos de que a mão de obra europeia era apropriada, de que as regiões denominadas de “vazios demográficos” deveriam ser povoadas, enfim, as portas do Brasil deveriam ser escancaradas aos imigrantes. Nesse contexto foram se formando várias colônias,⁵ dentre elas a de Prudentópolis. O território foi sendo fatiado por linhas demarcadas que passariam a comportar os lotes destinados aos imigrantes.

A imigração ucraniana não deve ser estudada como um fenômeno isolado, pois é fruto de um processo histórico complexo, no qual diversos grupos imigraram para o Brasil e outros países, especialmente na América. Esse processo se articulou no Brasil às questões políticas e econômicas, relacionadas, mormente à abolição da escravidão, a transição desse regime de trabalho ao livre.

No âmbito do Paraná e das regiões do sul do Brasil, a imigração esteve mais bem articulada ao fator de povoamento de regiões *vazias*, que na realidade não eram e ao estabelecimento de pequenas propriedades geradoras de gêneros alimentícios pelos imigrantes

⁵ Nas plantas que demonstram a divisão dos lotes em Prudentópolis de 1896 e 1897 o termo colônia aparece para designar o município que constituía na época os núcleos coloniais.

colonos⁶ que deveriam produzir para si e o excedente destinar ao abastecimento. No caso do Paraná que envolvia um projeto de colonização voltado à pequena propriedade era enfatizada a instalação de famílias nas terras.⁷

A noção de vazio demográfico foi construída e por muitas vezes reproduzida, como uma forma de ocultar as áreas habitadas por grupos indígenas, muitas em conflitos por essas populações no Paraná. Essa noção foi construída inclusive, ancorada nas teorias de migrações populacionais e reproduzida nos livros didáticos entre os anos de 1950 e 1990, como bem explicitou Mota.

Os territórios habitados pelos índios já desde muito tempo eram denominados de *sertão*, *vazio demográfico* ou *terras devolutas*. E junto com essa construção do espaço, o imigrante aparecia como *morigerado e laborioso*. “Cria-se um vazio demográfico a ser ocupado pela colonização pioneira. Vazio criado pela expulsão ou eliminação das populações indígenas que, desse modo, são colocadas à margem da história” (MOTA, 1994, p. 15).

Entre os anos de 1808 a 1850, as políticas de colonização visavam, sobretudo, ocupar esses *vazios populacionais*. Para atender esse objetivo, a vinda de imigrantes europeus de origem camponesa que praticassem um trabalho familiar livre era promissora. Desse objetivo resultou em 1824 o estabelecimento de alemães no sul, como a colônia de São Leopoldo (RS). Em 1829, São Pedro de Alcântara e Itajaí (SC) e Rio Negro (PR). Essas colônias se inserem no planejamento de amplo projeto de colonização desenvolvido pelo Governo Imperial naquela conjuntura. Mas nem todos os núcleos de imigrantes da primeira metade do século XIX prosperaram. Muitos desses núcleos coloniais fundados não tiveram condições de prosperarem, devido a vários fatores, como o desconhecimento de técnicas para manejo de terras específicas. “Por isso ocorreram reimmigrações, como foi o caso dos alemães de Santa Catarina que se dirigiram aos arredores de Curitiba localizando-se em pequenas chácaras” (BALHANA, 1996, p.42).

A partir da segunda metade do século XIX, a promulgação da Lei Euzébio de Queiróz, em 1850 que proibia o tráfico de escravos para o Brasil representou uma ameaça à economia nacional, baseada principalmente no plantio do café. Conveniu-se atrair imigrantes

⁶ É importante ressaltar que na História do Brasil, logo após a independência americana, o termo *colono* foi utilizado para se referir aos trabalhadores livres importados para atuarem na lavoura, seja em formas de parcerias ou de salariado. Mas há outro sentido a esse termo que também foi usado para caracterizar a imigração destinada à formação de núcleos de povoamento e agrícolas, como foi o caso dos três Estados do sul do Brasil, onde *colono* significa pequeno proprietário, lavrador independente e, a *colônia* constitui o agrupamento dessas propriedades agrícolas. (BALHANA, 1996, p. 40)

⁷ Nesse contexto, “a expressão *colono morigerado e laborioso* usada largamente pelas autoridades paranaenses estaria, na prática, significando *famílias morigeradas e laboriosas*” (Grifos da autora). (ANDREAZZA, 1999, p.60).

nesse contexto com o propósito de substituir o trabalho escravo nas lavouras de café e por outro lado, incrementar essa imigração, para que esses estrangeiros se instalassem em núcleos, sob o regime de pequenas propriedades, com vistas à agricultura de abastecimento. Segundo Nadalin (2001), “a proposta traduzia-se numa receita para o “progresso”, via introdução do imigrante branco, livre, pacífico e trabalhador, capaz de [...] branquear tanto a “raça” brasileira como o trabalho” (p. 74).

O incentivo à colonização por imigrantes europeus era facilitado por leis promulgadas. Envolvia as terras devolutas do sul do Brasil, desde que fossem compradas pelo imigrante:

Em 1850, o Governo imperial retorna a colonização, definindo o significado de terras devolutas; especificando que os lotes deveriam ser comprados pelo imigrante e não gratuitos, os brasileiros também tinham que pagar pela terra; criando uma Repartição Geral das Terras Públicas para delimitação, divisão, proteção das terras devolutas e promoção da colonização; dando ao estrangeiro imigrante o direito de naturalização e dispensando-o do serviço militar (HORBATIUK, 1989, p. 27).

O governo queria a permanência dos colonos na terra para que a cultivassem, “[...] pela lei de terras de 1850 o camponês só poderia tornar-se proprietário após três anos de trabalho no lote” (SANTOS, 2001, p. 75). Essa lei favorecia a imigração ao passo que estimulava a posse de terra em prol da colonização. Deste modo é que “o número dos imigrantes desde 1820 até 1924 foi nada menos que 4.120.000 almas, sem levar em conta seus descendentes e os estrangeiros que se naturalizaram” (HORBATIUK, 1983, 9. 45).

No decorrer do processo imigratório ocorreram argumentos políticos e ideológicos favoráveis à imigração europeia vinculada a interesses não só de substituição da mão de obra, mas também de *branqueamento* da população para diversificá-la (COSTENARO, 2013). Muitos autores mencionam o incentivo à imigração europeia ao branqueamento, à morigeração que os europeus ensinariam aos nacionais. Esse argumento atenderia interesses voltados à instituição de pequenas propriedades rurais e aos desejos de *aprimoramento da raça*. Na realidade, todos que projetaram a criação de núcleos de pequena propriedade para povoar o país, excluíram o escravo por dois motivos: o branqueamento da população e a desvalorização do trabalho manual que a presença do escravo exerceria. “Havia o argumento favorável de que a imigração deveria ser feita simultaneamente com a gradual abolição da escravidão. Assim, além do povoamento aumentar a população também seria ‘melhorada’” (PETRONE, 1982, p. 39).

Adicionado ao argumento de diversificar a população, houve outro fator de ordem econômica de incentivo à imigração que se colocava quanto à necessidade de diversificar a

economia paranaense para que houvesse abastecimento de alimentos. Documentos particulares e públicos de 1858 marcam essa preocupação, como o de Charles Perret Gentil, diretor da colônia de Superaguy ao presidente da Província da época. O presidente Zacarias de Goés e Vasconcellos lhe respondeu: “lamentando que a Província cujas terras produzam com abundância mandioca, arroz, cana, fumo, milho, centeio, cevada, trigo, receba da marinha e por preços altos parte desses gêneros” (BALHANA, 1996, p. 46). Diante dessa situação o Governo Provincial dinamiza a colonização baseada no estabelecimento de colônias agrícolas nos arredores dos centros urbanos e posteriormente em regiões mais isoladas.

Embora a importância da formação de núcleos de abastecimento alimentício, houve o interesse por um novo ordenamento populacional e territorial, o governo esperava mudanças na estrutura agrária e melhoria das técnicas agrícolas estabelecendo uma oposição entre o imigrante inovador e o caboclo nacional atrasado, conforme Chang (1985)

As autoridades alimentavam a esperança de que a estrutura da agricultura paranaense fosse modificada pelos imigrantes europeus, portadores de tradições e técnicas mais evoluídas. Os colonos europeus teriam a missão de compensar o atraso e as técnicas elementares utilizadas pelo elemento local, ou seja, o caboclo (p. 34).

Para os governantes paranaenses da época esse era um discurso aceito, até mesmo oficial, fruto das conjunturas do momento. Os processos migratórios se inserem na emergência e consolidação do capitalismo. Se de um lado o imigrante contribuía com seu capital de trabalho, de outro portava bens culturais que enriqueciam a sociedade de adoção (BORUSZENKO, 1995).

Os colonos imigrantes diversificaram as atividades agrícolas e também contribuíram para equilibrar as estruturas econômicas do país, principalmente nas regiões onde se localizaram os núcleos coloniais. É certo que os imigrantes não transformaram a cultura local fazendo desaparecer a estrutura local já existente, como a cabocla, por exemplo. Eles aprenderam e se adaptaram a ela num processo de trocas, de usos e costumes. Além disso, os mercados de exportação, como os de erva-mate e madeira, também integraram o colono. Também houve uma articulação entre a agricultura de exportação e a de subsistência (SANTOS, 2001).

A partir de 1880, conforme Costenaro (2013) com a construção de estradas de ferro e de linhas telegráficas, as perspectivas para imigração foram estimuladas. Os locais em torno de ferrovias já concretizadas ou projetadas tornaram-se alvos de povoamento por imigrantes. Mas concomitantemente as autoridades passam a responsabilidade pela colonização à

iniciativa privada em consequência da alta oneração do programa colonizador empreendido até o momento.

Nos anos de 1885 e 1886 foram criadas sociedades de imigração em onze localidades da Província. As condições reais das terras que seriam destinadas aos imigrantes no Brasil não eram muito enfatizadas e sim suas possíveis qualidades e facilidades para atrair mais imigrantes. Segundo Costenaro (2013), “elas eram apresentadas pela propaganda das companhias de colonização como férteis e próprias ao cultivo” (p.56). Esse estímulo era empreendido em consonância com a política imigratória republicana do final do século XIX, na transição do Império à República. Política que motivou o estabelecimento de colônias de imigrantes e que imperou no início do período republicano. Deste modo,

Um decreto do governo provisório, baixado em junho de 1890, que vigorou por quatro anos, regulava a entrada dos imigrantes, concedendo-lhes passagem gratuita com subvenções conseqüentes às companhias marítimas para o seu transporte e distribuindo aos recém-chegados lotes de terras nas colônias estabelecidas pelo Governo Federal, de acordo com as Administrações estaduais. Esse serviço era desempenhado pelo Inspetorado Geral de Terras e Colonização, em colaboração com delegacias dos respectivos Estados (BALHANA, 1996, p. 50).

Durante o início da primeira República, 1890 e o início da Primeira Guerra Mundial foi o de maior imigração ao Brasil, o governo ofertava transporte gratuito através de contratos com as companhias de navegação. Durante esse período, Horbatiuk (1989) acrescenta, “essa imigração se intensificou porque além da expansão das lavouras o país expandia suas ferrovias e iniciava sua industrialização” (p. 19).

Mediante as providências tomadas pelos governantes para ocupação de terras por imigrantes europeus, tanto no império quanto na república e as condições europeias ligadas à conjuntura de industrialização, atraíram imigrantes ao Brasil. “A política imigratória do governo provincial, entre 1860 a 1880 garantiu a implantação de 27 núcleos coloniais com imigrantes europeus e até o final do século XIX, 34 colônias de italianos, alemães, poloneses, ucranianos” (NADALIM, 2001, p. 83).

Existiram fatores de atração e repulsão que contribuíam para o deslocamento de imigrantes ao Brasil, segundo Andreazza (1999)

Durante a segunda metade do século XIX, os contingentes humanos correspondem, simultaneamente, um impulso de atração, desenvolvido nos locais de adoção dos emigrados, e outro de repulsão, gerado pelas nuances conjunturais dos países de onde se deslocaram os imigrantes (p. 44).

Dentre os fatores de atração ao Brasil estão ligados a situações históricas já mencionadas, à decadência do sistema escravista e sua abolição, a criação de pequenas propriedades agrícolas e à abertura de um mercado de trabalho assalariado nas lavouras exportadoras e nas maiores cidades brasileiras.

Nos países europeus havia fatores de repulsão marcados pelo pauperismo, pela falta de trabalho e pelo difícil acesso à propriedade fundiária. A imigração em si era um grande negócio que enriqueceu setores privados em várias partes do mundo. Na Europa do século XIX, em função da industrialização, crescimento populacional, crise no campo e maior liberdade para migrar, inclusive com o incentivo de vários governos europeus, milhões de indivíduos deixaram seus países em busca de melhores condições de vida no além-mar (PETRONE, 1982).

Os imigrantes esperavam conseguir no Brasil terras cultiváveis, prontas para o plantio, mas a realidade encontrada foi bem diferente. Já na viagem para a América enfrentaram dificuldades. “Nos navios os acompanhavam a fome e as doenças de maneira que muitos foram sepultados com suas esperanças no mar” (COSTENARO, p. 59, 2013). Ao desembarcarem nos portos de Rio de Janeiro e Santos. Eram encaminhados pelas Companhias Colonizadoras às colônias. Os que se destinavam ao Paraná seguiam para o porto de Paranaguá, de onde atingiam Curitiba de trem. A partir de Curitiba muitos imigrantes continuavam sua viagem pela ferrovia até chegarem às colônias no interior do estado. Assim, ucranianos, poloneses, alemães e italianos chegavam a Ponta Grossa e municípios como Teixeira Soares, Irati, Rebouças, Rio Azul, Mallet e Prudentópolis.

Alguns desses municípios ainda não estavam constituídos quando da chegada dos primeiros imigrantes. Segundo Costenaro (2013), para atingir as localidades distantes da ferrovia os imigrantes percorriam precárias estradas de terra em carroças e carroções. As terras destinadas aos ucranianos eram de imediato, impróprias ao cultivo por estarem em grande parte cobertas pela floresta ombrófila mista nativa, mais conhecida como floresta de araucárias, na qual ocorrem várias outras espécies, além da araucária angustifolia ou pinheiro do Paraná como imbuia, cedro, sassafrás, canela, louro, erva-mate, entre outras.

O governo do Paraná auxiliava os imigrantes no transporte marítimo da Europa ao Brasil e no deslocamento terrestre do porto ao destino definitivo. O auxílio às famílias também compreendia uma pequena ajuda financeira nos primeiros tempos de estabelecimento e nos lotes que eles deveriam pagar ao governo com o seu trabalho na agricultura. “O subsídio recebido para a viagem, alimentação e instalação, correspondia à chamada Dívida Colonial.

Desta, a maior quantia referia-se à compra do lote propriamente dito” (ANDREAZZA,1999, p.55). Muitas vezes, os imigrantes saldavam essa dívida mediante prestação de serviços em obras públicas da colônia, como abertura de picada, estradas e pontilhões, já que a posse da moeda corrente era de difícil acesso.

No final do século XIX as terras em várias regiões do Paraná foram divididas e classificadas pelas companhias colonizadoras com apoio oficial: “no Brasil, os governos federal e estadual autorizavam empresas particulares a realizarem o transporte de imigrantes que, chegados ao Rio de Janeiro, tomariam seus destinos” (ANDREAZZA,1999, p.44). Os discursos dos presidentes de província e dos governadores do Paraná expressavam suas expectativas em conseguir força de trabalho para povoar e desenvolver economicamente o território.

Entre 1829 e 1911 o Paraná recebeu 83.012 mil colonos estrangeiros. A entrada desse grande contingente, especialmente nas últimas décadas do século XIX e iniciais do século XX, constituiu mais de cem núcleos coloniais distribuídos em diferentes regiões dentro do estado. Em Prudentópolis os imigrantes ucranianos chegaram num número significativo, sobretudo, em 1896 e 1897 sendo que a maioria dos cerca de 20 mil que chegaram seguiu para os arredores de Curitiba, Prudentópolis e Mallet. Atualmente, boa parte da população prudentopolitana é descendente de ucranianos, conforme dados levantados pela Fundação Cultural de Curitiba em 1995. “Comunidades ucranianas são encontradas em cidades como Prudentópolis (75% da população), Curitiba, Apucarana, Guarapuava, Dorizon, Ivaí, Irati, Pato Branco (BOLETIM ROMÁRIO MARTINS, 1995, p. 12).

QUADRO 1 - Núcleos coloniais estabelecidos no Paraná (1892-1911)

ANO	MUNICÍPIO	COLÔNIA	NÚCLEOS COLONIAIS	DISTÂNCIA SEDE	ÁREA/ Ha	Nº LOTES	Nº IMIGRANTE	GRUPOS ÉTNICOS
1892	São Mateus	Eufrosina		13 km	5.000	200	1.475	Poloneses
1892	União da Vitória	General Carneiro		33 km			668	Ucranianos
1892	União da Vitória	Antonio Candido					545	Poloneses
1892	União da Vitória	Alberto Abreu					800	Poloneses
1892	Guarapuava	Apucarana			15.000	400	1.342	Ucranianos e poloneses
1892	Palmeira	Canta-Gallo		30 km	493	30	140	Poloneses
1892	Palmeira	Cecília						Italianos
1895	Lapa	Antônio Olynto	Água Amarela	72 km	12.000	500	2.150	Ucranianos
1896	Prudentópolis	Ptópolis	30 núcleos s/ denominar		41.480	1.574	16.637	Ucranianos, poloneses, alemães e outros
1896	Mallet	Mallet			8.500	150	3.600	Ucranianos e poloneses
1907	Guarapuava	Senador Correia		42 km	17.000	700	3.182	Ucranianos
1907	Prudentópolis	Jesuino Marcondes			1.520	61	307	Ucranianos
1907	Ipiranga	Ivay	Calmon e S.Roque	60 km	16.274	691	4.840	Ucranianos, alemães, poloneses, holandeses
1908	Irati	Irati	Gonçalves Junior	12 km	6.240	285	1.379	Alemães, poloneses, ucranianos, holandeses
1908	Prudentópolis	Itapará	Xavier da Silva		7.017	300	1.393	Ucranianos, poloneses e outros
1908	Ipiranga	Tayó		6 km	1.554	75	361	Poloneses e alemães
1908	Curitiba	Afonso Pena		20 km	2.240	112	486	Poloneses e alemães
1909	Paulo Frontin	Vera Guarany	Cândido de Abreu	6 km	17.946	803	4.208	Poloneses, ucranianos, alemães, outros
1910	Guarapuava	Cruz Machado			73.000	2.200	4.471	Poloneses, ucranianos e alemães
1911	Castro	Carambeí		25 km	7.500	100	450	Holandeses

Organizado com dados dos Relatórios de Presidentes da Província, Secretários de obras Públicas e Colonização e Inspetores de Imigração e Colonização.
 Fonte: Adaptado de BALHANA, A. P; MACHADO B. P; WESTPHALEN, C., 1969, p.167.

O quadro 1 indica que em Prudentópolis, no ano de 1896 houve 30 núcleos sem denominação, numa área de 41.480 hectares possuindo 1.574 lotes e recebeu 16.637 imigrantes, dentre eles, ucranianos, poloneses, alemães e outros. Posteriormente, em 1907, aparece a colônia ou núcleo colonial de Jesuíno Marcondes com uma área de 1520 hectares possuindo 61 lotes que receberam 307 imigrantes. Em 1908, aparece também a Colônia Itapará, com o núcleo denominado Xavier da Silva, possuindo uma área de 7.017 hectares e recebeu 300 lotes. Nessa conjuntura, “milhares de ucranianos, sobretudo lavradores da Galícia e Bukovina⁸ transferiram-se para outros países, entre eles o Brasil, onde se fixaram especialmente no Estado do Paraná” (BORUSZENKO, 1995, p. 10).

Sob desígnios federais, Prudentópolis passou a constituir esses núcleos coloniais federais juntamente com outros ligados ao Serviço de Povoamento do governo federal. Sobre a colônia ou núcleo Jesuíno Marcondes, seu nome foi atribuído em homenagem ao Ministro da Agricultura da época, Jesuíno Marcondes de Oliveira Sá, que no momento da colonização esteve envolvido com o processo de instalação dos imigrantes no território paranaense. A concentração de pessoas contribuiu para que o lugar adquirisse a denominação frequente de vila de Jesuíno Marcondes e, ainda no contexto do seu povoamento, houve a possibilidade da mesma ser transformada em sede do município, mas não o foi por decisões políticas (LUPEPSA, 2010). Além disso, segundo Teleginski (2012), “O núcleo Jesuíno Marcondes foi fundado oficialmente em 15/07/1908 no atual município de Prudentópolis e esteve sob tutela federal por 4 anos e 9 meses”(p. 96).

Há indícios da primeira leva de imigrantes chegando à região no dia 16 de abril de 1896. “Chegaram às duas horas da tarde n’aquella localidade, as carroças de Henrique Kremmer, conduzindo as primeiras levas de imigrantes Ruthenos⁹ e Poloneses” (CAMARGO, 1929, p.14). O lugar passou a ser chamado de São João de Capanema, nome atribuído em homenagem ao padroeiro da primeira capela erguida, São João e ao Barão de Capanema, responsável pela instalação da linha telegráfica e fiscalização das estradas de rodagem daquela região. Após emancipar-se do município vizinho de Guarapuava em 1906, o diretor

⁸ Bukovina e Galícia regiões próximas eram províncias do Império austro-húngaro. Durante o século XIX a Galícia era a maior província desse Império. “Desde 1772 integrava o Império dos Habsburgos [...] Os dois milhões e meio de ucranianos concentravam-se na Galícia Oriental e sobretudo ocupavam a zona rural na qualidade de camponeses” (ANDREAZZA, 1999, p. 17).

⁹ Guérios (2007) define “rutenos como um grupo que partilhava traços culturais distintos, mas que não tinham um Estado independente quando imigraram, no século XIX. Situação diferente do início do século XX quando a Ucrânia passou a ter domínio independente de seu território” (p. 190). Complementando o exposto, Andreazza (1999) aponta que, “essa designação rutenos deu-se em virtude de como os imigrantes se autodenominavam. Esta designação étnica nas primeiras décadas do século XX foi recorrente para designar os ucranianos, não apenas nas comunidades, mas em todo o Paraná. A designação *ucranianos* passou a ocorrer a partir de 1920” (p. 12).

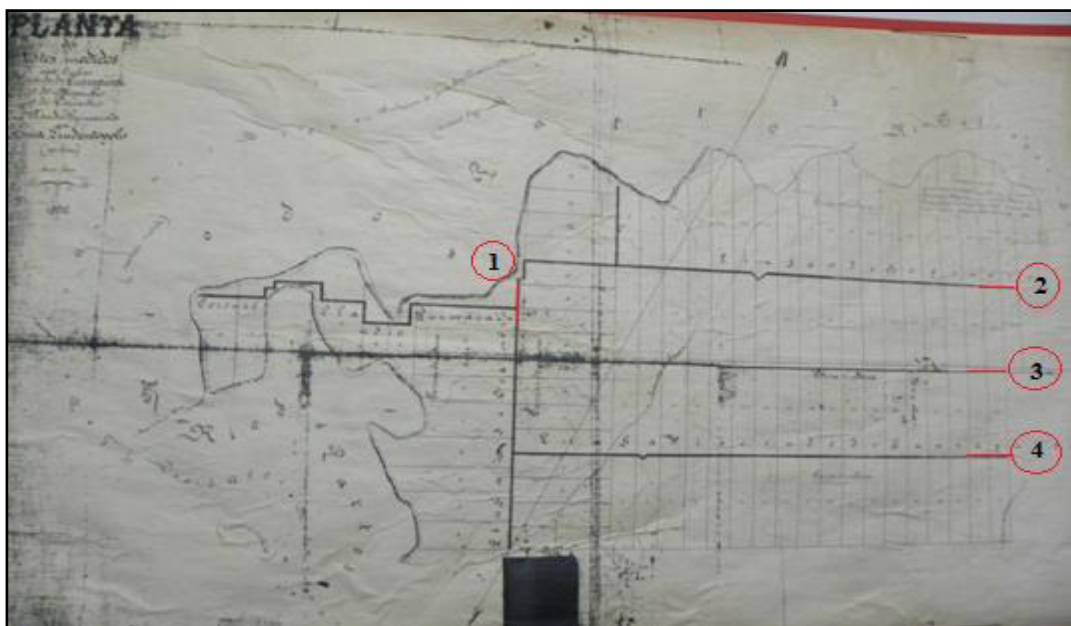
da colônia, Cândido Ferreira de Abreu, atribuiu ao município um novo nome, então passou a ser denominado Prudentópolis, em homenagem ao primeiro presidente civil da época, Prudente de Moraes.

Nesse contexto as terras de Prudentópolis foram divididas em linhas. Assim, esse termo é utilizado para se referir a povoado, vila ou vilarejo. Essas linhas foram traçadas pelas companhias colonizadoras e comportavam lotes retangulares medindo de 10 a 15 alqueires cada um. Ao todo foram traçadas 40 linhas sendo que todas foram nominadas e comportavam números de lotes distintos. Algumas homenageavam próceres brasileiros, datas cívicas, meses do ano e até mesmo sentimentos que acompanhavam os imigrantes em sua nova pátria, conforme Zaroski (2001)

A demarcação dos lotes de terras foi dirigida pelos representantes do governo, à margem esquerda do rio dos Patos em direção ao norte e ao sul da vila de Prudentópolis. Traçavam-se longas linhas de vários quilômetros que recebiam nomes de personagens brasileiras, como, por exemplo, Visconde de Guarapuava, Visconde de Nácar, Eduardo Chaves, ou nomes de meses do ano: Linha Sete de Setembro, Linha Dezembro, Linha XV de Novembro, Linha Outubro, Linha Abril ou ainda outros nomes, como Linha Esperança. Ao longo dessas linhas mediam-se chácaras de 10 a 12 alqueires as quais eram entregues aos imigrantes para o desbravamento e o plantio (p. 11).

Destacamos uma planta de terras correspondente à divisão dos lotes em 1896. A imagem 1 se refere aos lotes medidos nas seguintes linhas: Linha Visconde de Guarapuava (1), Linha 15 de Novembro (2), Linha 15 de Dezembro (3) e Coronel Claudio Guimarães (4).

IMAGEM 1 - Planta das linhas em 1896 - 100 lotes

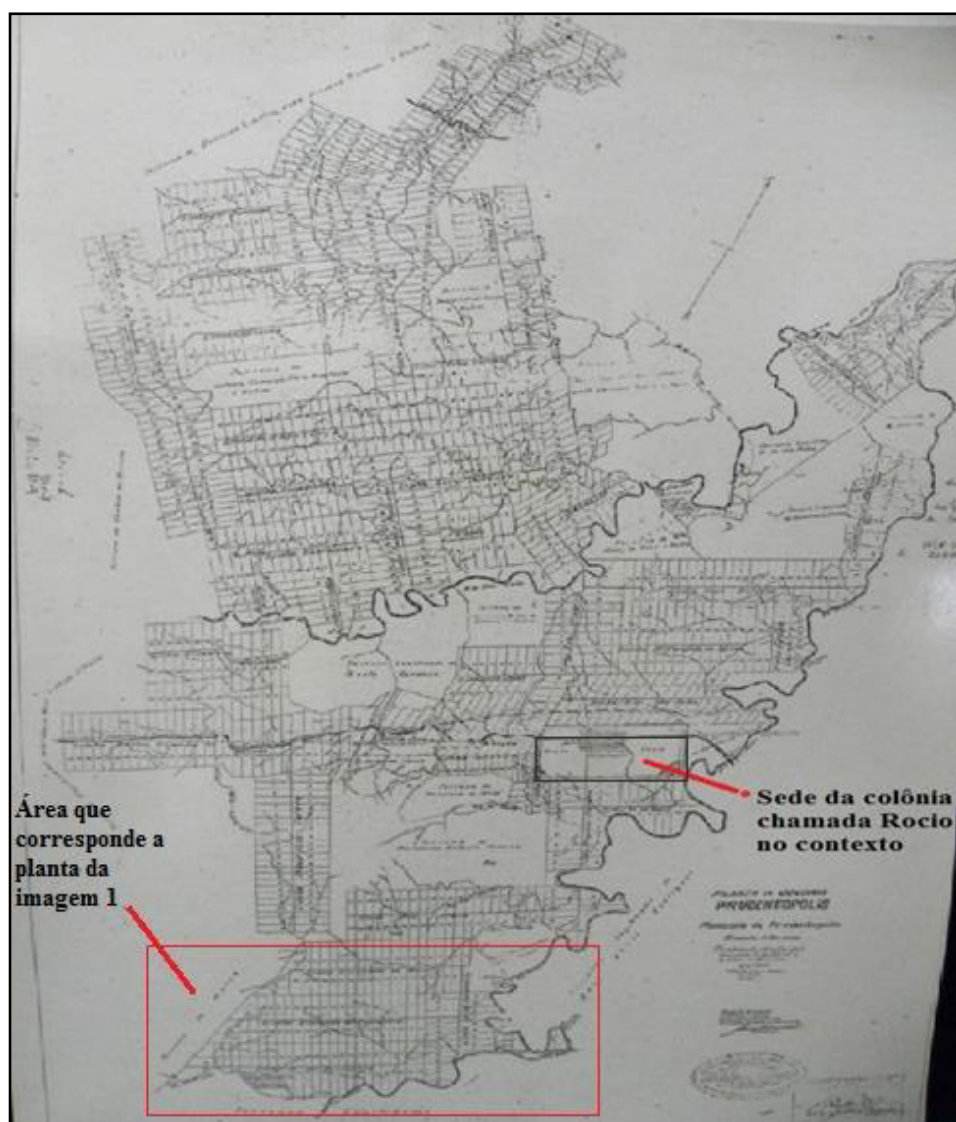


Fonte: Acervo Museu do Milênio.

Ao todo aparecem 100 lotes distribuídos entre essas quatro linhas. Essas informações encontram-se situadas no lado esquerdo superior das plantas. As linhas aparecem demarcadas por um tracejado mais forte.

Essa planta que corresponde às linhas permite que se tenha uma visão detalhada dessa distribuição dos lotes em uma parte da colônia, e juntamente com outras plantas que a complementa culmina para uma percepção mais definida da Colônia Prudentópolis, com essas linhas encaixadas e a distribuição dos lotes numa dinâmica mais complexa.

IMAGEM 2 – Planta da Colônia Prudentópolis em 1897



Fonte: Acervo Museu do Milênio.

Observamos a organização dos lotes retangulares distribuídos proporcionalmente nas linhas por praticamente toda extensão da colônia Prudentópolis. O nome Rocío marca o local

aonde os imigrantes chegavam permaneciam em abrigos temporários e depois eram distribuídos às suas linhas.

O lote era recebido pelo imigrante e deveria ser quitado por um preço módico à medida que fosse prosperando economicamente. Os terrenos tinham que ser desmatados por eles mesmos e cercados quando possível. Casas provisórias eram erguidas com madeira local para abrigo das famílias.

IMAGEM 3 – Casas improvisadas por imigrantes em 1896



Fonte: Acervo do Museu do Milênio.

Nota: Vila de São João do Capanema (1896) - atualmente Prudentópolis - PR.

Instalados em seus lotes os imigrantes passavam a viver em áreas cobertas de araucárias, muitas vezes com topografia desfavorável à agricultura o que impôs um processo de adaptação às novas condições de vida, trabalho e até mesmo de alimentação. Conforme explicita Zaroski (2001),

Devido ao fato de terem sido instalados em terrenos acidentados, tiveram que fazer adaptações na utilização de instrumentos agrícolas, o arado de disco utilizado por eles na Galícia tornara-se ineficaz em grande parte das terras prudentopolitanas. O arado utilizado nas planícies da Galícia revolvía a terra em quadros. A aplicação do arado na área a ser plantada se dava em quadro, ou seja, tomava um ponto de partida na extremidade para o centro, seguiam-se a sequência dos pontos até fazer o fechamento de todos os lados. Em diversas colônias de Prudentópolis o imigrante era obrigado a plantar somente com cavadeira em roças de toco queimadas, por ainda não conhecer o arado utilizado na região [...] Em relação à colheita, muitos imigrantes as faziam utilizando-se de cestos nas próprias costas ou no lombo de animais. Esta dificuldade fez com que ainda seja comum nessa região o dito popular: “Plantar com espingarda e colher com laço” (p.19-20).

Muitas vezes sob ocultação de realidades como essa que o sul do Brasil recebeu esses imigrantes. Suas terras eram apresentadas pela propaganda das autoridades brasileiras como bem diferentes e promissoras. “Os camponeses que vieram da Galícia em busca de terras para cultivar e ganhar seu sustento defrontavam-se com uma realidade menos paradisíaca do que a relatada nos boletins, veiculados na Europa” (ANDREAZZA, 1999, p. 50). O ideal do imigrante era ser dono de um pedaço de terra. Esse era o ideal do camponês europeu livre que “tirava da terra o sustento da família vendendo parte da produção. Emigrava com a firme disposição de se tornar proprietário fundiário [...] A procura de terra era uma constante na tradição cultural de muitos imigrantes” (PETRONE, 1982, p. 51-52). Somado a esse ideal, a propriedade fundiária também era um negócio promissor para o capitalismo em expansão.

Grande parte das linhas demarcadas se situava no interior do município de Prudentópolis e passaram a ser chamadas comumente de colônias pelos habitantes. Segundo Batista (2009) “A distribuição de pequenos lotes aos imigrantes, formando colônias próximas, favoreceu a formação de uma nova classe social, a de pequenos proprietários de terras” (p.32). Além disso, de acordo com Hanicz (2010), ao receberem esses lotes os ucranianos passaram a demarcar seus limites territoriais e simbólicos, o que pressupunha a organização das propriedades, do mundo religioso e cultural. “É no interior desse espaço que o imigrante vai viver a sua religião, falar a língua materna, preparar alimentos da culinária tradicional, ornamentar a casa com os seus santos e decorá-la com elementos de sua cultura” (HANICZ, 2010, p. 4).

Esse sistema de linhas utilizado em Prudentópolis, em que eram divididas em lotes formando colônias ocorreu também no Rio Grande do Sul nas áreas de imigração italiana e alemã.

Ao estudar o processo de colonização italiana no Rio Grande do Sul, Maestri (2001), verificou que as primeiras colônias utilizaram o sistema de demarcação de lotes ao longo de linhas. Na década de 1870 no Rio Grande do Sul a medição, demarcação e administração das colônias e dos lotes eram realizadas pela Inspetoria Geral de Terras e Colonização, ligada ao Ministério da Agricultura. Além disso, havia de dois a seis fiscais por colônia, escolhidos entre os imigrantes mais cultos, que haviam quitado a dívida colonial, eram também chamados pejorativamente pelos colonos de *chefe de linha* ou *chefe de quarteirão*. As medidas das colônias eram determinadas por lei, como de légua, travessão e lote rural.

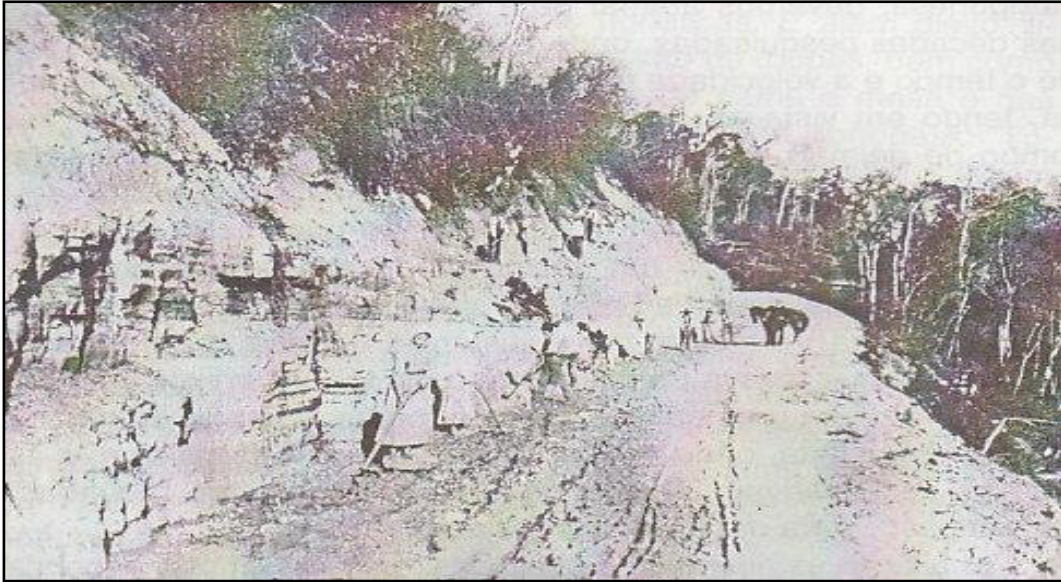
A légua era um quadrilátero de 5500 m de lado, cortado no sentido longitudinal, por caminhos estreitos e irregulares de uns 6 a 13 km, abertos nos meios das matas – os travessões, linhas ou picadas. Em média cada légua tinha 132 lotes. Também em média, 32 lotes localizavam-se à direita e à esquerda das linhas. A administração colonial encarregava-se da demarcação e distribuição dos lotes e do gerenciamento geral das colônias até a sua emancipação, quando passavam a gozar os direitos e deveres municipais comuns (MAESTRI, 2001, p. 64).

Empresários particulares passaram a adquirir medir, demarcar e vender terras a imigrantes. O processo de colonização no sul do Brasil teve peculiaridades quanto às formas de divisão e organização dos lotes distribuídos aos imigrantes (COSTENARO, 2013). Isso correspondeu aos interesses políticos de povoamento com europeus de diferentes etnias.

O cargo de inspetor de quarteirão era um cargo público, como de camarista e juiz distrital. Em Prudentópolis uma das pessoas que ocupou esses cargos no distrito Patos Velhos de Prudentópolis foi o Capitão Domingos Vieira Lopes. Cidadão natural de Ponta Grossa. No ano de 1894 ele comprou 738 alqueires de cultura e faxinais (CAMARGO, 1929). Faxinais, na época correspondiam às terras ocupadas por erva-mate nativa largamente negociada nas casas comerciais. Os ucranianos foram incorporados no sistema de produção de erva-mate por esses latifundiários. A partir da década de 1930, integraram-se na extração da madeira. Porém, essas atividades não significaram uma fonte de renda expressiva para o colono cuja produção agrícola destinava-se basicamente à subsistência, portanto, não havendo diferenciação socioeconômica significativa entre as famílias dos colonos. Todos tinham uma vida muito simples, marcada pelas dificuldades do isolamento, estradas ruins e pobreza (ANDREAZZA, 1999).

Em 1896 foram iniciados os trabalhos de abertura de estradas e demarcação de lotes em Prudentópolis. Os colonos eram instalados em ranchos provisórios e se mudavam para os lotes quando possível, conforme a imagem 3 apresentada acima. Os imigrantes participavam da instalação da colônia. Abriam caminhos, estradas e ajudavam na medição dos lotes tendo a contribuição ativa das mulheres nesses trabalhos.

IMAGEM 4 - Mulheres atuando na abertura de estradas em 1896



Fonte: Acervo do Museu do Milênio.

Essa imagem, captou um momento dos trabalhos de abertura da estrada que ligou a localidade do Rio dos Patos à outra, chamada Relógio, em um trecho que atualmente corresponde a BR 373, visualizar no mapa 1 o trecho em destaque. Conforme Zaroski (2001) a falta de estradas e as más condições das poucas existentes dificultavam a vida econômica dos imigrantes. Isso foi comum nas áreas coloniais no sul e sudeste. Era comum, para não dizer necessário, que os próprios colonos abrissem as estradas e se incumbissem de conservá-las. Além de participarem dos pesados trabalhos de instalação nos lotes como roçar mato e abrir caminhos, as mulheres trabalhavam nas roças.

FIGURA 1 - Trecho da BR 373 - Prudentópolis-PR



Fonte: DNIT

Adaptado de MAPA MULTIMODAL - PARANA (2009)

A imagem 5 registra mulheres posando diante da câmera durante um mutirão na roça. Elas participavam ativamente dos trabalhos agrícolas e cuidavam dos animais. Não ficavam restritas aos trabalhos domésticos e ao cuidado dos filhos. O aprendizado feminino do trabalho agrícola iniciava ainda na infância, quando as meninas acompanhavam os pais na lavoura. A dupla jornada de trabalho das mulheres se estabelecia quando se casavam.

IMAGEM 5 - Mutirão de mulheres na roça em 1920



Fonte: Arquivo dos Padres Basilianos - Prudentópolis, 1920.

O mutirão ou puxirão, chamado em algumas regiões do país que designava aos trabalhos realizados no campo, era uma forma de trabalho agrícola coletivo baseada na ajuda mútua e voluntária em favor de alguém ou família da comunidade. Era uma prática frequente e envolvia homens e mulheres: homens no campo e mulheres na retaguarda preparando a refeição servida aos trabalhadores no campo. Por vezes, as mulheres participavam diretamente com a enxada na mão.

A distribuição das atividades no cotidiano das colônias, desde a instalação dos imigrantes, onde mesmo havendo serviços que seriam específicos do homem, não houve muita separação entre as atividades do homem e da mulher, principalmente no início, onde ambos foram empregados em todas as atividades, desde a abertura de estradas, construção de moradias, cuidados com os animais, trabalho na lavoura, onde a figura feminina se fazia presente (ZAROSKI, 2001, p. 41).

Além disso, ocorreram situações em que os imigrantes enfrentaram fome e mortalidade elevada, consequências diretas das más condições nas quais se estabeleceram. Especialmente entre aqueles estabelecidos em locais distantes, com relevo acidentado e com densa floresta (GUERIOS, 2007). Houve relatos dos imigrantes que exprimiam em cartas enviadas à Galícia, a situação de miséria e abandono que vivenciaram nos primeiros anos. A alimentação restrita refletia a situação.

Nós, pobres e abandonados imigrantes, ficávamos em pequenos ranchos cobertos com palmeira ou folhas de árvores, alimentando-nos como que e da maneira pela qual cada um podia; às vezes com frutos das florestas, às vezes com feijão preto sem gordura alguma; pão víamos somente poucas vezes durante o ano e às vezes passávamos fome de verdade [...] ¹⁰ (apud ANDREAZZA, 1999, p. 89-90).

Nas regiões do Paraná, cobertas pelas matas de araucárias, os ucranianos aprenderam com os moradores locais o uso do pinhão, até que iniciassem o cultivo de centeio e trigo, cereais que cultivavam na Ucrânia e outros alimentos, como o feijão e o milho. O pinheiro fornecia seu fruto, além de madeira para construção das casas, cercas, gamelas e demais utensílios de uso cotidiano.

O pinhão, como grande fonte de alimentação da região, determinava as migrações da caça de pelo: antas, capivaras, cotias, porco do mato, que na época da “saída do pinhão” – meses de maio e junho, - acorriam aos capões e matas ciliares dos rios em busca dessa farta alimentação. Assim, o pinhão, enquanto chamariz de caça ajudava o homem se manter [...] Os primeiros imigrantes europeus que aqui chegaram não sabiam como preparar o pinhão, então tomavam o caldo desse alimento e o achavam horrível. Mas com o passar do tempo, aprenderam a utilizá-lo e ele se tornou seu principal meio de subsistência (GOMES, *et. al*, 1972, p. 59).

Não há como afirmarmos até que ponto o pinhão se tornou o principal meio de subsistência para o imigrante. Apenas entrou em seu cardápio pela abundância, ao menos em certa época do ano. Zaroski (2001) afirma que,

Descendentes dos primeiros imigrantes relataram que colhiam os pinhões e os transformavam em farinha nas *jornas*, pequenas mós utilizadas para moer grãos como trigo, centeio e milho. Com esses moinhos caseiros se fazia farinha e fubá em casa com os cereais colhidos na propriedade. Utilizavam também a *stupka*, pilão que servia para descascar arroz e fazer quirera. A farinha de pinhão substituíra as farinhas de trigo e centeio quando faltavam (p. 15).

As farinhas às quais os ucranianos estavam habituados eram as de trigo e centeio. Sementes desses cereais chegaram na bagagem dos imigrantes, mas em pequena quantidade de maneira que seu cultivo efetivo nos lotes coloniais ocorreu somente quando estavam definitivamente instalados e com as terras em condições para isso.

¹⁰ CORRESPONDÊNCIA DOS IMIGRANTES, 1922. Arquivo Provincial da Ordem Basiliiana. Prudentópolis. (Tradução livre).

O cultivo desses cereais importantes na cultura alimentar ucraniana aparece em 1921. Segundo Camargo (1929),

Os agricultores de Prudentópolis puderam ao menos verificar que era possível colher anualmente o trigo bastante para o consumo local. Bastava que houvesse moinho capaz de moer todo trigo das colheitas [...] atualmente existem 30 moinhos [...] As padarias compram o trigo e levam ao moinho, este troca pelo grão a mesma quantidade, ou a mesma medida de farinha, ganhando somente a casca e o farelo, que representam seu lucro. Os colonos procedem do mesmo modo, tendo assim a farinha de trigo para o consumo (p. 26).

Este surgimento não ocorreu antes, pois, os imigrantes não conseguiam produzir esses cereais logo que se estabeleceram na nova terra. Então, os armazéns e as bodegas da região Centro-Sul do Paraná cumpriram esse papel fundamental de abastecer as colônias com alimentos e mercadorias das mais variadas e que os colonos não produziam em fins do século XIX e início do século XX.

Ao longo das cinco primeiras décadas do século XX, a diversificação de produtos industrializados e a facilidade de transporte através da ferrovia permitiram aos bodegueiros iratienses oferecer aos seus fregueses da cidade e do campo, uma grande variedade de mercadorias, de outras regiões do país, importadas [...] Uma complexa teia comercial se estabeleceu entre comerciantes locais e comerciantes do litoral e da capital e também com comerciantes estabelecidos ao longo da Ferrovia São Paulo – Rio Grande que tinha relação com o Uruguai. Isso permitiu que produtos de diferentes procedências chegassem às estações ferroviárias de Irati de onde seguiam em carroças e carroções para bodegas da cidade, do interior e municípios vizinhos (TELEGINSKI, 2012, p. 18).

Prudentópolis era um desses municípios vizinhos a Irati que integravam essa rede de comércio preponderante nesse contexto. Essas bodegas e armazéns pela força da necessidade funcionavam sem o uso de capital pecuniário, baseando-se na troca de produtos entre os indivíduos. Quando precisavam de algo, os consumidores se dirigiam para os armazéns levando o que tinham ou seus excedentes, além da difundida erva-mate, funcionavam como moeda: galinhas, ovos, milho, porco, feijão, balaios, batatinha, arroz, e muitos outros produtos, trocavam com o dono da venda por aquilo que precisavam (TELEGINSKI, 2012). Os carroceiros eram os responsáveis pelo transporte dessas mercadorias na época. Encarregavam-se de transportá-las e barganhá-las entre as bodegas mais longínquas e estações ferroviárias. Esses sujeitos provinham em grande parte, das colônias formadas a partir da imigração. Além disso,

Se constituíram em peças chave para o desenvolvimento do comércio paranaense. Com suas carroças e muare, estes agentes do comércio penetravam mata adentro e interligavam as esparsas colônias de imigração a centros consumidores maiores tais como Curitiba e Ponta Grossa. Vendiam o excedente da produção agrícola e outros artigos produzidos nas colônias, proporcionando a oferta e a diversificação de

mercadorias em muitas casas comerciais. Dessa forma, trabalhavam dentro do que as políticas migratórias almejavam: a diversificação da economia, o aumento de gêneros alimentícios agrícolas e o desenvolvimento do mercado interno (KOSS, 2013, p. 73).

Os colonos que produziam mercadorias diversas, os bodegueiros, donos de armazéns e os carroceiros constituíam uma rede de relações comerciais que foi imprescindível não só para a sua sobrevivência, mas para toda a dinâmica de mercado que a conjuntura da época exigia entre os centros comerciais de colônias há pouco formadas e cidades. A respeito dessa produção agrícola das colônias.

No relatório sobre os núcleos coloniais instalados em Irati e Prudentópolis de 1921, o inspetor da Delegacia do Serviço de Povoamento do Solo no Paraná indicava as principais atividades desenvolvidas nos núcleos Iraty, Itaparã e Jesuíno Marcondes. Informava que os imigrantes produziam gêneros agrícolas como milho, feijão, batatas inglesas e doces, trigo, centeio, aveia, cevada, “fagopyro” (trigo-sarraceno), mandioca, cebolas, alhos, fumo, linho, vinha, frutas e legumes (TELEGINSKI, 2012, p. 96).

Logo, os produtos alimentícios como esses, entre outros, constituíram a alimentação dos ucranianos e compuseram ingredientes básicos para a alimentação da família e a comercialização dessas variedades, suprimindo a demanda existente.

Até aqui discutimos as circunstâncias que envolveram a chegada dos imigrantes sobre tudo ucranianos, no Paraná e Prudentópolis. Após sua instalação nas colônias e experimentarem dificuldades também relacionadas à alimentação, tanto pelo estranhamento quanto por sua escassez, incluindo ainda, as dificuldades de produção de alimentos para o suprimento das famílias dos agricultores.

Além da ocupação territorial é importante salientar o aspecto cultural, já que este reforça a maneira como os imigrantes e os descendentes ucranianos recriaram o seu mundo de origem. Porém, nesses termos é pertinente evidenciar o que se entende por cultura. A cultura pode ser entendida como um sistema simbólico, ou seja, um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras e instruções que governam o comportamento humano (GERRTZ, 1979).

No tocante ao aspecto cultural, destaca-se aqui, a religiosidade que corresponde a um componente cultural importante aos descendentes de ucranianos. Se expressa na arquitetura das mais de trinta igrejas construídas no município de Prudentópolis e que chegou a se constituir em patrimônio histórico. O mundo de origem dos ucranianos recriado em terras estranhas concretiza-se por meio da construção dos templos religiosos que possuem a espacialidade e a simbologia de suas tradições, que em sua maioria, se ligam à prática

religiosa. “A construção da igreja, então, materializava e marcava a cultura ucraniana, definindo o limite entre a tradição ucraniana e brasileira” (BATISTA, 2009, p. 25).

Deste modo, as igrejas destacam-se na paisagem, na medida em que resultam de valores, significados e práticas sociais. Estes edifícios representam a relação do homem com o seu mundo e são carregados de afetividade e de sentido.

IMAGEM 6 - Igreja de São Josafat em Prudentópolis-Pr



Nota: Igreja do rito ucraniano católico. Tombada pelo Patrimônio Histórico. Construída em 1922.

A igreja geralmente é construída em terreno elevado. Ao lado exterior e separado dela é erigido o campanário e o cruzeiro. Fechando o conjunto eleva-se uma cerca ou um muro que tem a função de separar o espaço sagrado e o espaço profano. Além das igrejas abarcarem práticas, cultura, suscitam também identidade, pois, se tratam também da afirmação de etnia ucraniana no território brasileiro.

A identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da idéia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade e estabelece a diferença (PESAVENTO, 2003, p. 90).

As igrejas são, portanto, referências culturais, estabelecem elos entre a história, a cultura e a atualidade dos seus fiéis. A prática religiosa possibilita uma intensificação das relações sociais, pois é na igreja que os indivíduos, praticamente isolados durante a semana por estarem dedicados ao trabalho, nas pequenas propriedades de sua colônia, encontram-se, conversam, celebram. Assim, constata-se que a religião tem o papel fundamental na organização da vida social dos imigrantes ucranianos, aglutinando de forma eficiente o

arcabouço cultural. A igreja nas comunidades, principalmente rural se torna um projeto prioritário, por simbolizar a concretização de uma das principais características da cultura ucraniana, a religiosidade. Além disso, a construção da igreja também é fato marcante na posse do território: a religiosidade nas diversas culturas se trata de um aspecto fundamental da identidade e por isso a concretização do templo é tão simbólica.

Para a construção não só das igrejas, mas também das casas e cercas, o elemento surpresa aos olhos do imigrante foi o pinheiro, sua madeira destacou-se na arquitetura bizantina das primeiras igrejas de Prudentópolis, atualmente ainda podem ser notadas nas casas e igrejas, sobretudo, na zona rural do município, conforme apresenta a imagem 7.

IMAGEM 7 - Construções típicas de imigrantes em Prudentópolis-Pr



Casa típica de descendentes ucranianos
Linha Marcondes

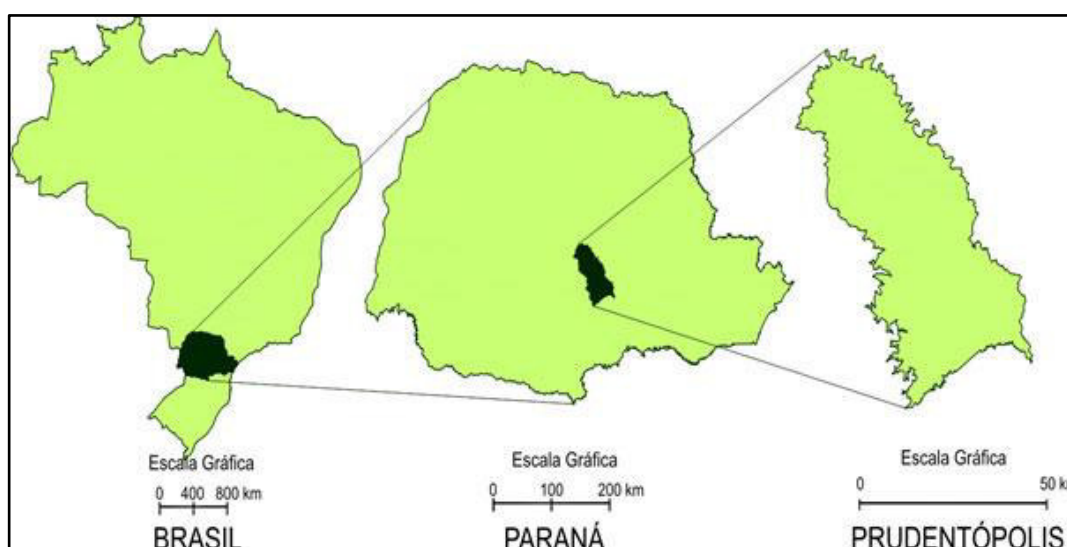
Igreja de São Miguel de Arcanjo
Nova Galícia

Além dessas tábuas lascadas do pinheiro, as paredes das casas também eram de madeira lascada. Isso quer dizer que o pinheiro envolvia o imigrante por todos os lados. Não é por acaso que o pinheiro se tornou o símbolo do Paraná, suas apropriações são múltiplas, pois, não só fomentou a economia paranaense, já que a madeira de pinheiro se destacava no início do século XX, assinalando até o movimento nas exportações (LAVALLE, 1981). Como também tem uma importância cultural, pois, seus elementos foram incorporados a diversas práticas locais, como, na alimentação com o pinhão e no modo de se construir as casas e as cercas, com a madeira.

2.2 ASPECTOS ATUAIS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DE PRUDENTÓPOLIS

O município de Prudentópolis atualmente ocupa uma área de aproximadamente 2.308.505 km², localizando-se ao lado da BR-373 entre Ponta Grossa e Guarapuava, pertencendo à mesorregião geográfica Sudeste do Paraná, e incorporando a microrregião geográfica de Prudentópolis, abrangendo os seguintes municípios: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Ipiranga, Ivaí, Prudentópolis e Teixeira Soares (IBGE, 2010). Fica a uma distância de aproximadamente 230 quilômetros da capital paranaense e tem como maioria de sua população 48 mil habitantes, descendentes de ucranianos.

FIGURA 2 - Localização do município de Prudentópolis - PR - Brasil



Fonte: www.prudentopolis.pr.gov.br/cidade/geofisicos. Acesso em 18/12/13.

Os estabelecimentos agrícolas do município de Prudentópolis junto ao contexto do Território Centro-Sul¹¹, no qual está inserido, segundo IPARDES (2007), soma cerca de 23.781 estabelecimentos rurais, com predominância do modelo familiar que corresponde em torno de 74,8% do total. O município de Prudentópolis apresenta 7.810 estabelecimentos agropecuários respectivamente (SISTEMA IBGE DE RECUPERACAO AUTOMATICA – SIDRA, 2012).

¹¹ “O Território Centro-Sul está localizado no segundo planalto paranaense e abrange uma área de 10.659,79 km², que corresponde a cerca de 5,3% do Território estadual [...] faz divisa, ao norte, com o Território Caminhos do Tibagi; a oeste, com o Território Paraná Centro e Cantuquiriguaçu, ao sul, com o Território União da Vitória; ao sudeste, com Grande Lapa; e a leste, com Ponta Grossa. [...] é constituído por 13 municípios: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Ipiranga, Irati, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, São João do Triunfo e Teixeira Soares” (IPARDES, 2007. p. 11).

O Censo Agropecuário de 2006 encontrou 6.980 estabelecimentos familiares em Prudentópolis, à agricultura familiar corresponde a 89,37% dos estabelecimentos de Prudentópolis, demonstrando sua importância neste município, percentual acima dos 74,8% encontrado no Território (SIDRA, 2012).

Outro fator preponderante é quanto ao percentual de agricultores. O Território formado pelos 13 municípios soma 23.781 estabelecimentos agropecuários, enquanto que Prudentópolis concentra 33% dos estabelecimentos agropecuários de todo o Território Centro-Sul. Dentro deste percentual, além das atividades agrícolas, lavouras e pastagens o quadro 2 demonstra outros tipos de ocupação do solo nas área dos estabelecimentos agrícolas.

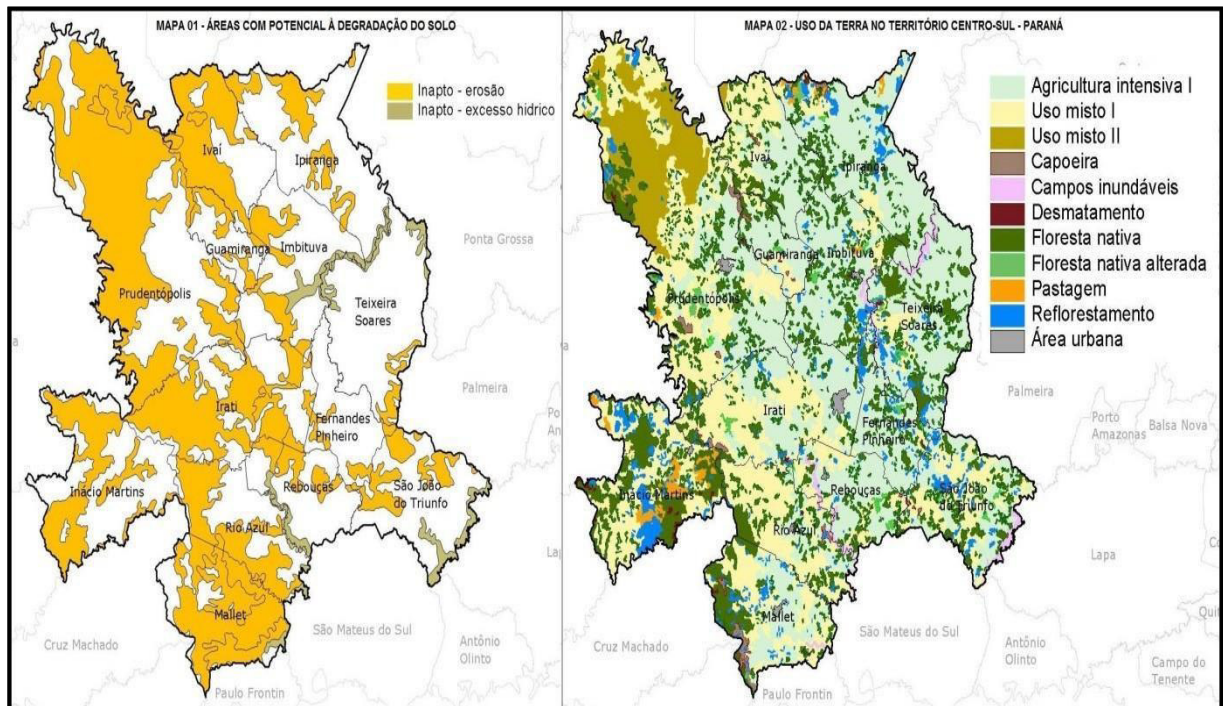
QUADRO 2 - Ocupação do solo na área rural de Prudentópolis

Tipos de ocupação	Área (ha)
Lavouras anuais	71.000
Lavouras permanentes	265
Pastagens cultivadas	11.000
Pastagens naturais	8.000
Reflorestamento	10.000
Matas naturais - Preservação Permanente	43.300
Matas naturais - Outras	20.500
Outras áreas	76.153
TOTAL	240.218

Fonte: Adaptado de EMATER, 2010.

A expansão da agricultura familiar neste município e mesmo no Território esbarra no problema da ocupação dos solos para as práticas agrícolas, pois toda a região apresenta grandes áreas inaptas à agricultura, assim, 43,7% do total da área é avaliada com potencial para a degradação, e 2,6% com excesso hídrico (IPARDES, 2007). Ver Figura 3.

FIGURA 3 – Áreas no contexto do Território Centro-Sul do Paraná de acordo com o tipo de solo e forma de ocupação.



Fonte: IPARDES (2007).

As áreas com potencial de erosão e excesso hídrico estão representadas na Figura 03 no Mapa 01, considerando que do total da área do território, descontadas as áreas com potencial para erosão e excesso hídrico, no mínimo 46,3% deveriam ser áreas preservadas ou inaptas à agricultura sob-risco de elevar os impactos ambientais. Dados do IparDES (2007) apontam que entre 1980 a 2001 a agropecuária exerceu pressões consideráveis, passou a ocupar em torno de 75,4% da área do Território, inclusive áreas com potencial de degradação.

O uso dos solos com as diferentes formas de agricultura está representado na Figura 3 no Mapa 02. É possível verificar que a agricultura intensiva, visando o aproveitamento do solo em um tipo de cultura, ocupa um percentual considerável das áreas, mas não possui grandes extensões. Outro uso que abrange um percentual mais elevado é o uso misto I e uso misto II, que permite intercalar as culturas agrícolas e criação de animais. Ainda há outras formas de uso encontradas na região, como a capoeira, campos inundáveis, desmatamento, floresta nativa, floresta nativa alterada, pastagem, reflorestamento, área urbana. Conforme observado, os relevos mais acidentados de algumas regiões coibiram um avanço maior na agricultura, mas não dificultaram a utilização do solo com as demais formas de uso.

O emprego inadequado das áreas impróprias à atividade agrícola são abordadas em estudos de Radomski, *et al* (2006) e Ahrens, *et al* (2010), suas conclusões indicam que municípios como Prudentópolis apresentam áreas com 25 graus de declividade, consideradas impróprias para a atividade agrícola.

Os solos, de acordo com Radomski, *et al* (2006), além da declividade que gera as erosões, são caracterizados pela baixa fertilidade natural e agravada com o manejo inapropriado, contribuindo ainda mais para a degradação. Os relevos irregulares não permitiram o avanço da agricultura intensiva, abriram espaço para os sistemas de faxinais desenvolvidos na região como forma de ocupação econômica e modelo de organização social.

O Decreto Estadual nº. 3.446/97 considera os faxinais como um sistema de uso comum da terra, tanto para a produção agrícola, criação coletiva de animais e para o extrativismo florestal de baixo impacto. Radomski, *et al* (2006), apontam que os faxinais sofreram forte degradação a partir da década de 1970, com o uso das áreas para a agricultura, mas mesmo assim ainda são encontrados no município de Prudentópolis¹² e região.

As práticas de cultivo com sistemas de pousio, (roça de toco), comuns na região, diminuem, em parte, os impactos com o uso inapropriado dos solos. De acordo com Siminski e Fantini (2007), este modelo de produção se baseia na derrubada da mata existente, seguida da queima da vegetação e do plantio, com o declínio natural da fertilidade do solo a área é deixada em pousio para que ocorra a restauração de sua fertilidade, ver Figura 4.

¹² No município são encontrados 8 faxinais organizados junto das comunidades rurais:

Faxinal de Guanabara
Faxinal de Taboãozinho
Faxinal de Marcondes
Faxinal de Tijuco Preto
Faxinal de Papanduva de Baixo
Faxinal de Ivaí Velho
Faxinal de Paraná Anta Gorda.

FIGURA 4 – Uso de áreas com elevado grau de declividade – Prudentópolis – PR.



Fonte: a autora, 2012.

Os cultivos no sistema de roça de toco estão apresentados na Figura 04, Imagens 01 e 02. Na Imagem 01 verificam-se as porções de áreas plantadas e áreas em sistema de pousio, na Imagem 02 é possível constatar uma área onde a vegetação foi queimada seguida do plantio do milho, ambas com grau de declividade acentuado.

As investigações de campo revelaram que mesmo áreas com alta declividade são utilizadas. As Imagens 03 e 04 apresentam áreas com declividade muito acentuada e que vem sendo exploradas. A Imagem 03 demonstra que recentemente a área foi utilizada para alguma prática agrícola ou pastagem, o que pode ser verificado em sua vegetação ainda em princípios de formação, e na imagem 04 fica claro o uso deste tipo de terreno, neste caso para a prática da pecuária.

O avanço da agropecuária sobre as áreas consideradas de risco para as práticas agrícolas, conforme apresentado em IPARDES (2007), não elevou o contingente populacional, a quadro 3, demonstra que ocorreu uma elevação na proporção da população urbana em relação à rural entre os anos de 2000 à 2010.

QUADRO 3 – Evolução do contingente populacional por tipo de domicílio, 2000 – 2010.

Unidades Federativas	2000			2010		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Prudentópolis	18276	28070	46346	22463	26329	48792
Território	112792	119972	232764	134350	116073	250423
Paraná	7786084	1777374	9563458	8912692	1531834	10444526
Brasil	137953959	31845211	169799170	160925792	29830007	190755799

Fonte: Adaptado de IBGE/CIDADES (2012) e IPARDES (2007).

O Censo Populacional de 2010 demonstrou que o conjunto dos municípios que formam o Território Centro-Sul, representam aproximadamente 2,4% da população total e a 7,5% da população rural, ambos percentuais em relação ao contexto paranaense, já o contingente rural corresponde a 46,4% do contingente total do Território. Entre 2000 e 2010 o crescimento foi positivo para as regiões apresentadas no quadro 3.

O maior crescimento percentual no contingente populacional foi verificado entre as populações urbanas. Já as populações rurais apresentaram reduções para quase todas as realidades, os extremos são dados para o Paraná, com redução de 13,81% do contingente rural.

O grau de urbanização em 2000 do Território era de aproximadamente 48,5% em relação ao total populacional, para o ano de 2010 ocorreu uma inversão, aumentando para 53,6% e superando o contingente rural. Os mesmos movimentos populacionais ocorrem na realidade brasileira, paranaense e no município de Prudentópolis, embora em percentuais diferentes. Conforme o quadro 4, o Paraná em 2010 atingiu 85% de urbanização e no comparativo Prudentópolis está na marca dos 46%, ou seja, baixo grau de urbanização em relação à população rural, apesar da taxa de crescimento ao longo das duas décadas não ser expressivo, não aumentou a população rural, apenas manteve-se.

QUADRO 4 – Grau de Urbanização e Taxa anual de crescimento geométrico populacional

Estado/ Município	Grau de urbanização (2010) (%)	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO POPULACIONAL (%)					
		Urbana		Rural		TOTAL	
		1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010	1991-2000	2000-2010
PARANÁ	85,33	2,59	1,36	-2,61	-1,48	1,40	0,89
Prudentópolis	46,04	5,44	2,08	-2,64	-0,64	-0,16	0,52

Fonte: Adaptado de IBGE – Censo Demográfico; IPARDES (2010) Anuário estatístico do estado do Paraná.

O município de Prudentópolis em 2010 correspondia a 20% da população total do Território. A maior concentração de pessoas está nas áreas rurais, representando 23% da população rural do Território e acompanham a tendência dos demais quanto às reduções no contingente populacional rural.

O censo demográfico 2010 mostrou que o número de pessoas que moram em áreas rurais continua diminuindo no país, porém num ritmo menor que em décadas anteriores. A população rural no país perdeu 2 milhões de pessoas entre 2000 e 2010, o que representa metade dos 4 milhões que foram para as cidades na década anterior. No último censo, a média de habitantes que deixavam a zona rural era de 1,31% a cada ano, enquanto na atual amostra a média caiu para 0,65%.

Com isso, constatou-se que o movimento de pessoas que saem da zona rural para as cidades, teve início na década de 1970-1980, os grandes movimentos migratórios ocorriam em função da mecanização da agricultura e a consequente expulsão da mão de obra. Agora, esse movimento continua ocorrendo, porém em uma intensidade menor.

Conforme o quadro 5, visualizamos a diferença populacional entre o urbano e rural, das últimas quatro décadas, inclusive a perda destes habitantes no município de Prudentópolis que também sofre o impacto em relação ao país, mas não foi tão significativo. A população se manteve rural, superando a população urbana, mesmo atualmente. Com isso o município se destaca por representar sua estrutura demográfica com base na população rural e principalmente a dos agricultores familiares.

QUADRO 5 – Censo Populacional

PRUDENTÓPOLIS	1980	1991	2000	2010
População Censitária - TOTAL	39.723	47.014	46.346	48.792
População Censitária – URBANA	8.738	11.392	18.276	22.463
População Censitária – RURAL	30.985	35.622	28.070	26.329

Fonte: Adaptado de IBGE – Censo Demográfico; IPARDES (2012) Banco de Dados do Estado.

Porém, mesmo com esta perda populacional ao longo dos anos, e a evasão rural, Prudentópolis ainda é marcado pela agricultura, como principal fonte da economia e considerado um município com um baixo grau de urbanização. Diferenciando-se de outras

regiões, pelo maior número de habitantes ocuparem a zona rural, apesar de atualmente essa diferença não estar tão marcante.

2.3 PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE PRUDENTÓPOLIS JUNTO AO TERRITÓRIO RURAL CENTRO-SUL

A formação da renda não deve ser entendida como exclusivamente agrícola. Schneider (2010), aponta a diversificação das fontes de renda como uma alternativa, caracterizada nas diferentes relações criadas pelo agricultor no contexto rural que levariam a diferentes rendas, tanto de caráter agrícola como não agrícola.

A diversificação das fontes de renda minimiza os riscos das oscilações dos mercados e proporcionam as famílias rurais maior segurança frente às incertezas produtivas e, de acordo com Perondi e Schneider (2012, p. 20), representa “uma alternativa viável para a saída da pobreza ou vulnerabilidade em que se encontram”. O modo como as unidades de produção diversificam está relacionado ao acesso, às potencialidades e aos recursos de meios de vida.

As políticas direcionadas à formação dos capitais reduziram as incertezas, riscos e sazonalidades do meio, potencializando os resultados. O montante de capitais disponíveis nos estabelecimentos é responsável em gerar novas opções, ou sua falta pode fechar portas, acessar determinadas atividades requer certo tipo de capital, e investir na formação destes expande as opções e reduz as vulnerabilidades enfrentadas.

A produção de *commodities* alimentares e não alimentares e a maior integração do estabelecimento rural com o mercado, contribui para as quedas dos rendimentos nos momentos de oscilações mercadológicas, reduzindo, de certa maneira, o padrão de vida das populações. De fato é evidente a existência da extrema pobreza que se encontram algumas regiões, principalmente aquelas que apresentam um contingente populacional rural elevado.

Algumas economias crescem mais rapidamente e outras simplesmente encontram-se estagnadas, sendo que este fator reflete nas grandes desigualdades sociais. No contexto das desigualdades, o Território Centro-Sul figura-se em destaque, pois todos os municípios apresentam Índice de Desenvolvimento Humano – IDH abaixo da média brasileira, ou seja, 36,7% das famílias são consideradas pobres, índice superior à média paranaense de 20,9%, e expressa níveis alarmantes de qualidade de vida (IPARDES, 2007),

De modo geral, todos os municípios apresentavam taxas de pobreza extremamente elevadas, que chegaram a ultrapassar o dobro da média estadual [...] Em termos absolutos, os municípios de Prudentópolis, Irati e Inácio Martins abrigavam maior número de famílias pobres no território. A forte presença de municípios com predominância de população rural contribuiu para maior concentração de famílias pobres nestas áreas. Com grandes proporções, destacam-se: Ipiranga, Guamiranga, Fernandes Pinheiro e São João do Triunfo, nos quais mais de 75% das famílias pobres eram rurais. (IPARDES, 2007, p. 33).

A concentração populacional nas áreas rurais do Território é um dos fatores que contribui para a pobreza, com exceção de Imbituva e Irati, com população urbana maior que a rural, em todos os demais municípios as taxas de pobreza rural são mais elevadas que as taxas urbanas, a taxa de pobreza é maior quanto menos urbanizada é a cidade. (IPARDES, 2007, p. 24 e IBGE, 2012).

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2012) a região apresenta níveis de extrema pobreza no meio rural, considerando as categorias mensuradas no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH: saúde, educação e a renda. O IDHM-R apresenta o pior resultado dentre os três indicadores que formam o IDH-M¹³, ver quadro 6.

QUADRO 6 – Índice de Desenvolvimento Humano, Brasil, Paraná, Território e Município 1991-2000.

	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM-R 1991	IDHM-R 2000	IDHM-L 1991	IDHM-L 2000	IDHM-E 1991	IDHM-E 2000
Prudentópolis	0,65	0,733	0,531	0,598	0,683	0,776	0,757	0,824
Território	0,64	0,720	0,549	0,615	0,639	0,711	0,743	0,834

	IDH 1991	IDH 2000	IDH-R 1991	IDH-R 2000	IDH-L 1991	IDH-L 2000	IDH-E 1991	IDH-E 2000
Paraná	0,65	0,740	0,588	0,652	0,666	0,736	0,722	0,832
Brasil	0,61	0,699	0,548	0,604	0,641	0,712	0,644	0,781

Fonte: Adaptado de PNUD (2010), Atlas do Desenvolvimento.

O Brasil apresentou, conforme quadro 6, o aumento de 14,48% no IDH entre 1991 a 2000, seguindo este crescimento apresentado no contexto brasileiro todas as demais regiões apresentaram evoluções positivas. A educação (IDHM-E) e a longevidade de vida ou saúde

¹³ O IDH ou IDHM quando referente aos municípios compõe-se de três critérios para a sua mensuração, ou seja, envolve o cálculo do IDHM-L que diz respeito a longevidade de vida ao nascer, reflete as questões de saúde, salubridade e mortes precoces, o IDHM-E que é a dimensão da educação avaliando a taxa de alfabetização e de escolaridade e o IDH-R calculado para medir o nível de renda.

(IDHM-L) apresentaram índices mais elevados se comparados ao IDHM-R responsável em medir a renda.

O IDH paranaense cresceu abaixo dos percentuais apresentados pelo contexto brasileiro, entre 1991 e 2000 foi de 12,32%. Algumas regiões apresentaram evoluções ainda menores, como o contexto territorial como um todo, com evolução do IDHM de 11,98%, já o Município de Prudentópolis obteve a menor evolução do IDHM entre 1991 e 2000, que foi de 11,57%.

Os setores econômicos que formam o Produto Interno Bruto – PIB estão ligados ao IDHM-R. Estes setores são significativos em determinar o crescimento do índice. Segundo IPARDES (2007), entre 1999 e 2004, cresceu a participação da agropecuária na formação do Produto Interno Bruto do Território Centro-Sul do Paraná, totalizando de 38,1% para 46,6 %, indicando um declínio dos demais setores. No quadro 7 os resultados do valor adicionado por setores econômico no ano de 2009 no comparativo do município e do estado.

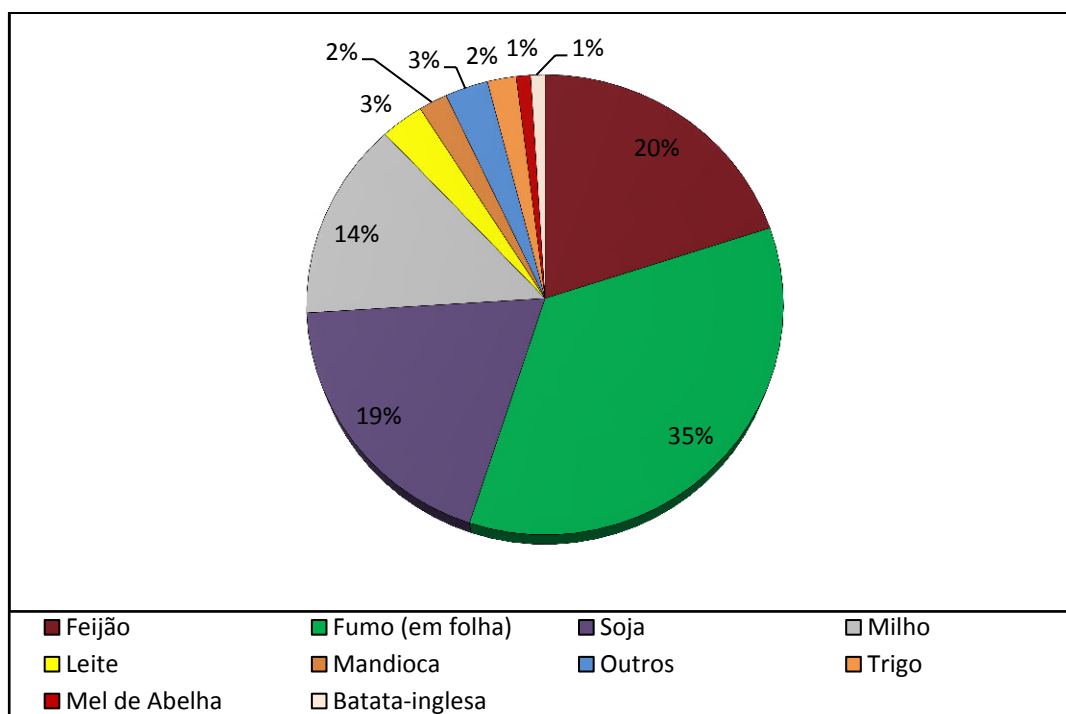
QUADRO 7 – Valor adicionado por setores econômicos – 2009

Setor	Prudentópolis		Paraná	
	Mil R\$	(%)	Mil R\$	(%)
Agropecuária	115.127	27,91	12.816.893	6,75
Industria	35.579	8,63	46.858.018	24,66
Serviços	237.699	57,62	106.694.466	56,16
Impostos produtos líquidos de subsidio	24.099	5,84	23.622.577	12,43
PIB a preço corrente	412.504	100	189.991.954	100

Fonte: IBGE (2012).

A participação dos setores na formação do PIB apresenta significativa contribuição da agropecuária em relação aos serviços, estes também estão ligados em parte ao setor agropecuário. Os dados do quadro 7 demonstram o baixo percentual de participação da indústria no município foco do estudo. A dependência da economia ao setor primário é agravada quanto da especialização de Prudentópolis na produção de produtos de baixo valor agregado, fator relacionado ao peso da agropecuária em detrimento do industrial responsável pela agregação de valor. As atividades que compõem o PIB agropecuário estão detalhadas no Gráfico 3.

GRÁFICO 3 – Percentual da produção agropecuária de Prudentópolis



Fonte: IPARDES (2012).

A produção do município se dá principalmente em torno de produtos *in natura*, dentre as *commodities* alimentares como milho, a soja e o feijão. É destaque a produção de *commodities* não alimentares, neste caso o tabaco em folha, que corresponde a 35% do percentual de Prudentópolis. Tanto as *commodities* alimentares como não alimentares são vendidas *in natura* e apresentam baixo valor agregado.

A produção de *commodities* e seu alto percentual de representatividade na formação dos valores do PIB agropecuário condicionam os baixos índices de desenvolvimento da região. Esta relação é verificada no comparativo entre o gráfico 3 e o quadro 6, que apresenta ainda o peso de cada atividade na composição do PIB agropecuário.

Em média no município de Prudentópolis 65% da renda advém do cultivo de grãos e 35% do cultivo do tabaco, ou seja, as oportunidades de renda estão ao encargo de *commodities* agrícolas que dependem de muitos insumos e resultam em uma margem pequena de remuneração. A atividade leiteira que resultaria numa maior autonomia de renda representa 3% do valor da produção do município. Porém, a produção agrícola de Prudentópolis não se restringe as culturas mencionadas, o quadro 8 revela outras lavouras, produtores, área plantada, rendimento médio. Contribuindo na diversificação da produção agrícola do município e na renda do agricultor.

QUADRO 8 – Produção agrícola de Prudentópolis

Lavouras	Produtores (números)	Área (ha)	Rendimento Médio (kg/ha)
Algodão	5	5	
Amoreira	15	30	300
Arroz de sequeiro	5.000	800	1.300
Cana-de-açúcar	230	125	50.000
Cevada	12	250	
Feijão das águas	8000	30000	850
Feijão das secas	4000	20000	1.000
Mandioca	2.000	350	21.000
Milho	6500	24500	2.000
Milho safrinha	100	2.300	1.700
Soja	400	15500	2.400
Soja safrinha	30	1800	1.600
Trigo	90	1.200	2.300
Fumo	1730	3850	1.950
Aveia	500	1.200	1.200
Camomila	3	6	1.200
Triticale	10	150	2.300
Amendoim	150	15	1.600
Centeio	30	110	

Fonte: Adaptado de EMATER, 2010.

Uma agricultura nestes moldes, baseada em atividades de baixa remuneração do trabalho resulta em uma sociedade de baixo nível de consumo. Para que os agricultores possam vencer estas barreiras carecem do amparo do Estado, coordenando políticas de diversificação e agregação de valor, como, por exemplo, incentivar grupos a produzir e vender localmente, como forma de alterar os índices de pobreza e melhorar as estratégias de sobrevivência das famílias.

2.4 - OS DESAFIOS NO MEIO RURAL: A POBREZA E A FALTA DE ALTERNATIVAS DE RENDA

A pesquisa baseada nos estabelecimentos rurais do município de Prudentópolis buscou caracterizar também os estabelecimentos quanto as suas peculiaridades. O olhar qualitativo permite demonstrar a diversidade dos meios de vida existentes, nas mais variadas cadeias.

O referencial teórico desenvolvido caracterizou as formas de agricultura e apresentou a importância da diversificação dos meios de vida na redução dos riscos e das vulnerabilidades. Avançar em questões quantitativas sem conhecer propriamente os modos de vida é desconsiderar todo um contexto repleto de explicações que poderão fundamentar o quantitativo. Um exemplo é a ocupação dos solos como consequência das variações de relevo e microclimas, que determinam as atividades a serem desenvolvidas nos estabelecimentos rurais.

A formação geográfica do meio rural fundamenta e distingue as possibilidades de práticas agrícolas, conforme demonstrado na Figura 05. Em decorrência do relevo acidentado, é frequente a adoção do sistema de pousio e os plantios em roça de toco. A área de roçado é queimada e posteriormente será plantada, conforme se observa na Imagem 01 da Figura 5, a área apresentada estava sendo preparada para o plantio do feijão preto. Vale destacar que, de acordo com dados da SEAB (2011) e de Salvador (2011), o município de Prudentópolis é um importante produtor de feijão, principalmente o feijão preto, e encontra-se entre as sete maiores cidades brasileiras na produção.

A grande parcela da produção do feijão preto da região é cultivada nos sistemas de roça de toco, com áreas alternadas entre pousio e cultivo. O uso das técnicas de pousio e roça de toco estão diretamente relacionadas com agricultura familiar, uma vez da impossibilidade do avanço das grandes propriedades sobre os relevos acidentados, este fator corrobora com os dados sobre o percentual de estabelecimentos familiares apresentados anteriormente e o tamanho das propriedades, ver anexo 1. As investigações de campo, quanto ao uso dos solos, possibilitaram a percepção de riscos ambientais, relacionados às discussões de Foster (2005) em relação aos limites do processo de regeneração do ecossistema. O uso dos recursos naturais deve se manter dentro de certo equilíbrio, segundo Foster (2005), do contrário seriam rompidos os limites do processo de regeneração deste ecossistema.

FIGURA 5 – Formas de uso do solo em Prudentópolis – Safra agrícola 2011/2012.



Fonte: a autora, 2012.

Os cultivos de roça de toco podem de certa forma contribuir para restabelecer a relação harmoniosa homem natureza, desde que empregados de forma correta. Para Foster (2005) existe um equilíbrio dinâmico nos processos de organização e reprodução do ecossistema e esta característica auto regulatória faz com que o ecossistema entre em equilíbrio. Explorações em demasiada e elevada amplitude comprometeriam toda a capacidade de auto regeneração do ecossistema.

A agricultura familiar seria apontada, segundo Foster (2005), como uma das vias que levaria ao processo de regeneração, permitindo a recomposição do ecossistema. O uso em desacordo de algumas áreas, como no detalhe apresentado na imagem 02, pode comprometer o processo de regeneração.

A imagem 02 apresenta uma área que mesmo com declividade elevada, a terra foi arada e o solo exposto e vulnerável a problemas de fertilidade em decorrência da falta de cobertura, reflete o mau uso por parte do agricultor. O manejo inadequado resulta em erosão, incorrendo em falhas no processo de regeneração deste ecossistema, conforme exposto em Foster (2005). Mas vale destacar que este é um caso isolado de mau uso do solo e se refere a um percentual baixo na região, apresentado somente para demonstrar as possíveis falhas nos processos de regeneração.

Nos estabelecimentos agrícolas a prática do uso de roça de toco é comum e em sua maioria dentro dos limites de regeneração do ecossistema, não incorrendo em riscos ambientais, são sistemas com uma alta viabilidade econômica uma vez que reduzem o uso de adubação e defensivos. Segundo a EMATER (2010), verifica-se a lucratividade deste sistema para os agricultores que o empregam, tanto via redução de despesas com insumos, bem como elevação da produtividade média por área cultivada, além de possibilitar o uso dos solos com relevos acidentados, sem que necessariamente ocorram os impactos ambientais.

O município não é formado somente por relevos acidentados, é possível perceber o uso do solo em planícies, a Imagem 04 da Figura 5 demonstra o uso de uma área com cobertura verde. Os mais variados modos de utilização do solo são encontrados na região em estudo, algumas áreas naturalmente apresentam fertilidade mais elevada, outras com fertilidade natural menor, mas existem aquelas áreas onde a redução da fertilidade está ligada ao manejo incorreto dos solos. As variações na fertilidade refletem em custos diferenciados com os insumos, estando relacionadas aos diferentes níveis de produtividade.

As formas adotadas de cultivo, desde o emprego da mão de obra, emprego de máquinas e equipamentos, do capital ao uso do solo, conhecidos como fatores de produção, influenciam diretamente na formação dos custos, condicionando a elevação ou redução dos montantes de renda agrícola dos estabelecimentos rurais.

O emprego eficiente dos fatores de produção e o fator diversificação das fontes de renda estão relacionados a obtenção dos rendimentos. O uso ineficiente de recursos ou de fatores produtivos geram reduções nos níveis de renda decorrente da elevação dos custos.

Os ganhos de capital estão refletidos diretamente na estrutura dos estabelecimentos, tanto sobre as construções físicas, das moradias, das condições de quantidade e qualidade dos equipamentos ou da disponibilidade de terras, mas também em outros capitais como o financeiro, humano, social e ambiental. A Figura 6 apresenta algumas destas características.

FIGURA 6 – Estabelecimentos com renda total elevada.



Fonte: a autora, 2013.

A Figura 6 apresenta estabelecimentos rurais com proporções de renda total significativas, a Imagem 01 da Figura 6 retrata um estabelecimento com estratégias diversificadas. O estabelecimento com característica pluriativa produz para o autoconsumo, destina para a venda grãos e produtos de transformação caseira, neste caso o vinho, e conta com rendas não agrícolas de trabalhos para fora da unidade de produção.

O estabelecimento representado na Imagem 02, também pluriativo, conta para a formação da renda agrícola com a venda de tabaco, de leite, produtos de transformação caseira e venda de produtos de extrativismo vegetal (erva mate), além do autoconsumo. A renda é complementada com as atividades agrícolas para fora da unidade de produção, com a prestação de serviços, e com rendas não agrícolas, e por fim, soma-se a renda total receitas de transferências sociais.

A característica do estabelecimento, ainda expresso na Imagem 01 da Figura 6, se resume na produção de grãos, feijão, milho e soja, como também rendas de extrativismo vegetal (erva mate), transformação caseira e o autoconsumo, estão incluídas rendas de recebimentos de transferências sociais.

As unidades apresentadas resumem em parte as características de alguns grupos de estabelecimentos encontrados no município de Prudentópolis, neste extremo é possível notar estabelecimentos com certa diversificação de atividades agrícolas, bem como diversificação das fontes de renda.

A característica comum a quase todas as propriedades fica por conta da produção de *commodities* alimentares resumidas nos grãos e *commodities* não alimentares expressa na produção do tabaco.

Em outro extremo estão alguns estabelecimentos agrícolas com proporções de renda muito inferiores, alguns apenas produzem para o autoconsumo e dependem de transferências sociais para agregar a renda total. Outras famílias contam apenas com rendas de atividades agrícolas, muitas vezes, provenientes de uma única cultura. Existem ainda, alguns que diversificam as fontes de renda, mas a diversificação é insuficiente para que a formação da renda total seja considerada satisfatória.

As disparidades de renda e de condições de vida são observadas na maioria dos contextos sociais, a existência de famílias muito ricas e em outro extremo, famílias muito pobres são realidades comuns no rural brasileiro. A Figura 7 demonstra estabelecimentos rurais que chamam a atenção por apresentarem condições opostas ao exemplo anterior. Estabelecimentos com proporções de renda inferior ou em condições precárias com relação aos diferentes tipos de capitais podem ser facilmente encontrados na população rural do município.

FIGURA 7 – Estabelecimentos com renda total baixa.



Fonte: a autora, 2013.

As fontes de renda destes estabelecimentos vêm da venda de grãos, embora em percentual muito baixo, e do autoconsumo. As garantias de renda estão em trabalhos agrícolas para fora da unidade de produção. O estabelecimento conta com o recebimento de transferências sociais que formam a maior parcela da renda total.

As estratégias adotadas pelas famílias rurais são as principais responsáveis em determinar as proporções de rendas recebidas, estratégias estas tomadas a partir da condição de vida da família. Assim, a Imagem 01 na Figura 7 neste caso o agricultor é dono das terras e dos bens imóveis, a renda é obtida exclusivamente com a venda do tabaco, além de um percentual baixo de autoconsumo. Complementa a renda total os trabalhos agrícolas para

fora da unidade de produção que garantem ao estabelecimento a característica pluriativa. A residência do agricultor no primeiro plano e ao fundo a estufa para o tratamento do tabaco, são evidentes as condições precárias de moradia, inferiores até se comparadas com a estufa de tabaco.

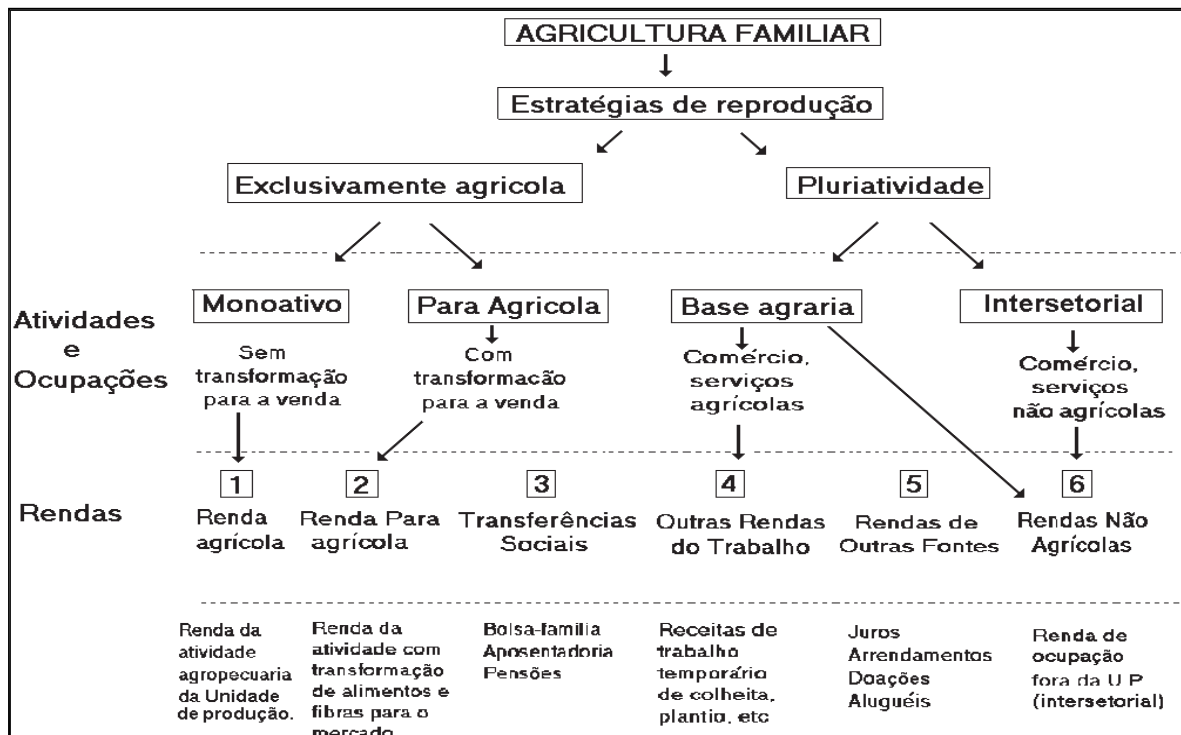
O estabelecimento retratado na imagem 02 da Figura 7 apresenta característica pluriativa, mas a diversificação das fontes de renda ainda é incipiente para a constituição de uma renda satisfatória. O estabelecimento produz grãos para a venda (feijão), tabaco, leite, uma fração de produtos para o autoconsumo e a venda de produtos de transformação caseira. Complementa a renda os trabalhos agrícolas para fora da unidade de produção. Mesmo com certa diversificação das fontes de renda, os agricultores enfrentam dificuldades em realizar investimentos. Neste caso a imagem apresenta à estrebaria usada para a ordenha das vacas, com condições precárias que se apresentam nos demais imóveis e demonstram a descapitalização deste agricultor.

Os casos apresentados com as Figuras 6 e 7 demonstram os extremos encontrados nos estabelecimentos agrícolas, propriedades monoativas e pluriativas que apresentam altos rendimentos, como também estabelecimentos monoativos e pluriativos com baixos rendimentos e em alguns casos condições precárias de moradias, até mesmo em relação às questões básicas sanitárias. O complemento da renda é dado por transferências sociais e recebimento de outras fontes de renda. Os reflexos do nível mais elevado de renda, conforme apresentado nas Figuras 6 e 7, estão também evidentes nos bens materiais, tanto em máquinas e equipamentos como nas construções. Porém, parte dos investimentos realizados pelos agricultores mais capitalizados tem sua origem em créditos agrícolas, microcréditos, até mesmo pequenos financiamentos rurais ou parceria com agroindústrias, exemplos da cultura do fumo que veremos a seguir.

2.5 DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: O CULTIVO DO TABACO

A diversificação dos meios de vida contribui para diferenciar o modo de vida de um estabelecimento rural, quanto mais diversificada as fontes de renda dos estabelecimentos, menores as incertezas e as vulnerabilidades. Schneider (2010) apresenta um diagrama que pode ser visualizado na Figura 8, demonstrando as diversas fontes de renda na agricultura familiar.

FIGURA 8 – Organograma de tipificação das rendas



Fonte: Schneider (2010, p. 97)

A formação das rendas não decorre somente das atividades agrícolas, conforme Figura 08, mas também de rendas não agrícolas. O acesso às diferentes fontes depende dos capitais ou das capacidades que a família detém, e que influenciam nas opções disponíveis.

As possibilidades de rendas, não agrícolas ou mesmo agrícolas, que se originam de fora do estabelecimento produtivo, são fortemente influenciadas pelo montante de capital que a família possui não que as rendas agrícolas também não sejam, mas as opções de trabalhos externos dependem muito das capacidades dos indivíduos.

O processo de diversificação, de acordo com Perondi e Schneider (2012), pode “representar uma alternativa viável para saída da pobreza ou vulnerabilidade em que se encontram as populações. A diversificação das rendas minimiza os riscos das oscilações dos mercados e proporciona ao estabelecimento maior segurança frente às incertezas” (p. 20).

A diversificação está relacionada às estratégias pluriativas adotadas nos estabelecimentos. Schneider (2010) considera que as estratégias exclusivamente agrícolas podem ser tanto monoativas, sem que ocorra a transformação para a venda e a geração de rendas, como também para-agrícolas, em que ocorre a transformação para a venda e a geração de renda, ambos os casos, o estabelecimento trabalha exclusivamente em atividades agrícolas.

A pluriatividade faz com que os indivíduos de um estabelecimento rural passem a se dedicar a outras atividades que não são cotidianas fora do seu estabelecimento. Segundo Baumel e Basso (2004), a pluriatividade deve ser encarada como a “emergência de situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a dedicar-se ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas” (p.144).

Nas estratégias de meios de vida pluriativos, além das estratégias já mencionadas, a família pode contar com rendas de base agrária, formada pelo comércio de serviços agrícolas e venda do trabalho, como também intersetorial, com o comércio de trabalho não agrícola, isto é, quando membros do estabelecimento trabalham em atividades não agrícolas ou nos centros urbanos, mas residem no estabelecimento rural (SCHNEIDER, 2010).

O alto percentual de receitas resultantes do cultivo do tabaco, bem como o número de famílias produtoras, levantam a necessidade de investigar, esclarecer e demonstrar neste estudo, mesmo não sendo o objetivo, mas também faz parte das famílias rurais. O cultivo do tabaco na região requer a construção de estufas para a secagem, demandando elevadas proporções de investimentos para a construção dos imóveis, e para os respectivos equipamentos de secagem. Os bens imobilizados geram despesas com a manutenção destes imóveis, e com a depreciação das máquinas e equipamentos, estes fatores requerem a descrição das formas de produção do tabaco na região.

Os modelos mais comuns das estufas de secagem do tabaco partem desde construções mais simples, e com menor nível tecnológico e maior necessidade de mão de obra, até edificações mais aperfeiçoadas, que contam com equipamentos que facilitam o trabalho do agricultor. Modelos mais aperfeiçoados demandam percentual menor de mão de obra para os trabalhos de colheita, carga e descarga do tabaco na estufa.

As edificações adotadas para a secagem do tabaco estão diretamente relacionadas aos custos de produção, em relação ao fator trabalho, ao consumo de lenha e ao consumo de energia elétrica, os custos para as instalações também estão diretamente relacionados com o modelo adotado. A pesquisa identificou alguns modelos comuns, ver Figura 9.

Estufas semelhantes às apresentadas na Imagem 01 da Figura 9 representam modelos com menor nível tecnológico, são edificações construídas a partir de uma planta que demanda do agricultor um percentual de mão de obra elevada. O sistema para a secagem requer que o agricultor costure todas as folhas em um cabo de madeira, popularmente denominado de “cabinho”, o mesmo é pendurado em estaleiros que vão deste a parte superior da edificação até a parte inferior.

FIGURA 9 – Modelos de instalações para secagem do tabaco em Prudentópolis.



Fonte: a autora, 2013.

O tamanho das edificações é resultado dos “cabinhos” ocuparem volumes maiores, e não permitirem que o tabaco seja acondicionado muito próximo exige um espaçamento entre os “cabinhos” para que ocorra a passagem do ar quente, e assim acontece a secagem das folhas. O processo de costurar as folhas, e de carga e descarga da estufa, eleva a quantidade de mão de obra necessária em comparação aos demais modelos de estufas.

O estabelecimento retratado na Imagem 01 trabalha somente com a produção de tabaco, e alguns produtos para o autoconsumo, conta com rendas da venda de animais e produtos de origem animal, com rendas de atividades não agrícolas e atividades agrícolas fora da unidade de produção, além de rendas de transferências sociais.

O agricultor relatou que deixou o leite por falta de estrutura, investiu no modelo de estufa elétrica e em um trator, na tentativa de substituir o sistema descrito por um sistema mais eficaz na utilização dos fatores de produção. Algumas adversidades climáticas levaram o estabelecimento a sofrer com quebras da produção, refletiram na condição financeira e nos empréstimos, que acabaram atrasando. O agricultor está endividado e seus familiares buscaram rendas não agrícolas, no centro urbano, para suprir a renda do estabelecimento.

Os modelos convencionais de estufa podem ser adaptados para modelos elétricos, a Imagem 02 da Figura 9, apresenta um destes casos. O modelo de estufa elétrica, como é conhecido entre os agricultores, conta com um sistema de ar forçado que espalha o ar quente do forno por toda a edificação.

A diferença fundamental do sistema elétrico para o convencional, é que as folhas do tabaco são colocadas soltas na estufa, em grades de madeira, dispensam a costura e podem ser acondicionadas bem próximas, uma vez que os motores forçam a passagem do ar. A dispensa da costura do tabaco simplifica a carga e a descarga, reduzindo o percentual de mão de obra, o sistema se torna mais eficaz tanto para a secagem, quanto no uso dos fatores de produção.

A adaptação em virtude da altura do modelo convencional, demanda a construção de uma rampa lateral para permitir o acesso do agricultor, ver detalhe na Imagem 02 da Figura 9. A proprietária deste estabelecimento mudou-se com a família para o centro urbano, arrendando o estabelecimento, o arrendatário produz unicamente o tabaco, e um percentual muito baixo de produtos para o autoconsumo, arrendam todos os imóveis, desde a estufa, o paiol e até mesmo a moradia, uma vez que o mesmo não dispõe de bens imóveis.

A Imagem 03 da Figura 9 apresenta um estabelecimento com os dois modelos, um convencional adaptado, e outro propriamente no sistema de ar forçado, ou estufa elétrica. A propriedade trabalha com altas quantidades de tabaco, o agricultor é representante de vendas de estufas elétricas, são produzidos ainda grãos (feijão e soja), produtos para o autoconsumo, venda de produtos de origem vegetal, bem como a família conta com rendas de atividades agrícolas fora da unidade de produção, e com atividades não agrícolas.

O estabelecimento apresentado por meio da Imagem 04 da Figura 9 possui unicamente o tabaco como fonte de renda, produz ainda alguns produtos para o autoconsumo. A imagem retrata no detalhe uma estufa de ar forçado, é possível verificar que o tamanho das edificações é bem menor se comparado ao convencional, em decorrência da redução dos espaçamentos para o acondicionamento das folhas de tabaco.

Além das maiores facilidades nos processos de carga e descarga, segundo relatos dos agricultores, o sistema de ar forçado reduz o tempo entre uma colheita e outra, ligado ao menor tempo de cura das folhas. O sistema é eficiente no uso da lenha, reduzindo a quantidade em comparação ao convencional, no entanto, as despesas com energia elétrica são mais elevadas, a soma destes fatores está diretamente ligada aos custos do cultivo. A Figura 10 apresenta alguns detalhes a respeito do cultivo do tabaco.

FIGURA 10 – Plantação e modo de secagem do tabaco em Prudentópolis.



Fonte: a autora, 2013.

As imagens retratadas na Figura 10 demonstram as características do plantio do tabaco e o processo de secagem. No detalhe da Imagem 01 da Figura 10 é possível perceber um cabinho sendo secado no modelo convencional, a costura do tabaco é feita em cabos de madeira que ficam pendurados nos estaleiros. A Imagem 02 apresenta o conjunto dos cabos pendurados, verifica-se com as imagens que a secagem do tabaco está em fase final.

A costura do tabaco é feita através de máquinas, a Imagem 03 da Figura 10 apresenta um dos modelos mais comuns encontrados, já a Imagem 04 demonstra uma plantação de tabaco. A diferença entre o modelo convencional e o elétrico, é que no convencional o tabaco fica pendurado pelos cabinhos, demandando espaçamento maior, e no elétrico, os espaçamentos são menores, as folhas ficam em pé sobre uma grade, e mesmo que as folhas estejam bem próximas o ar forçado dos motores permite a secagem.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O PRONAF

3.1 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RURAIS NO BRASIL

Um dos objetivos deste trabalho é analisar o histórico das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, mais especificamente, o caso do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) no que tange a sua consolidação como uma importante política pública voltada para a agricultura de base familiar. Sendo assim, faz-se necessário uma contextualização histórica do momento em que foram pensadas novas políticas públicas para o país.

Com a redemocratização do Estado brasileiro na década de 1980, diversos setores da sociedade que, anteriormente foram excluídos dos processos de gestão, ganharam voz através de movimentos sociais que buscavam uma maior participação nos debates e na elaboração de políticas públicas brasileiras. Segundo Silva e Marques (2004), nessa época é transferida para a sociedade civil organizada a possibilidade de transformar a realidade política do país. A participação popular representou parte fundamental nos discursos e nos planos políticos democratizantes das décadas de 1980 e 1990, lutando pela descentralização do poder por meio de políticas que garantissem maior autonomia aos governos locais, visto que estes estavam mais próximos da realidade e, conseqüentemente, das necessidades de seus cidadãos: “a participação e a descentralização se colocavam como instrumentos centrais na democratização da relação entre Estado e sociedade civil” (SILVA; MARQUES, 2004, p. 10).

Segundo Silva e Schneider (2004), os debates sobre a participação social na formulação das políticas públicas brasileiras no final da década de 1970 e durante toda a década de 1980 estabelecem uma comunicação entre as discussões sobre os movimentos sociais e suas possibilidades como instrumentos de democratização, porquanto discutiam os agentes políticos tradicionais – aqui representados pelos partidos políticos que reproduziam as formas de autoritarismo e dominação política e que pouco representava os interesses da sociedade – e entusiasmavam-se com a criação de novos mecanismos institucionais que tornariam possíveis transformações no campo da representação social em um âmbito mais democrático, concedendo o direito a opinião àqueles até então excluídos dos processos decisórios de formulação das políticas públicas nacionais. Dessa maneira,

Na conjuntura da abertura política brasileira, as propostas de participação encontravam-se diretamente associadas às noções de democratização e de aumento da eficiência/eficácia (dentro de uma ótica universalista e redistributiva) das políticas públicas (SILVA; SCHNEIDER, 2004, p. 151).

Como pudemos verificar, na década de 1980 foram grandes as expectativas produzidas pelo processo de redemocratização brasileira, no que se refere ao aumento da participação e do controle social na formulação de políticas públicas.

Depois de uma ditadura militar e com o crescimento econômico, sem distribuição de renda, eclodem discussões essencialmente democráticas tanto no âmbito social quanto no econômico, sendo a década de 1980 que apresenta maiores manifestações referente a essa busca democrática, oficializando-se na CF, que é a sétima constituição do Brasil, sendo a primeira efetivamente democrática, incluindo vários direitos, sobretudo buscando praticá-los, através do foco em políticas públicas (LEITÃO, 2009, p. 12).

Buscava-se, neste momento, uma descentralização do poder, que durante todo o período da ditadura militar, esteve centrado no Estado Nacional. Ou seja, fazia-se necessária uma redistribuição do poder – de planejar, gestar e até mesmo, em algumas matérias, legislar – possibilitando aos estados federativos e os municípios maior autonomia para definir suas políticas públicas que desencadeariam ações voltadas para o atendimento da realidade local.

No que se refere às políticas públicas rurais, Mattei e Cazella (2004), apontam que as orientações dessas políticas que ordenavam a agricultura brasileira até por volta de 1980, privilegiaram as áreas mais desenvolvidas do país e a produção voltada para a exportação, favorecendo fortemente os grupos de grandes latifundiários através de incentivos a modernização agrícola. Este fato gerou, conseqüentemente, uma maior acumulação de capital por parte desses grandes produtores em detrimento daqueles pequenos produtores familiares, que além de possuir menores porções de terras, ficaram excluídos do processo de modernização agropecuária incentivada pelo governo.

É principalmente a partir de 1990 que, de acordo com Mattei e Cazella (2004), o cenário da agricultura brasileira começa a se alterar, pois foi nesse período que as discussões sobre este setor da economia passam a destacar a agricultura familiar, devido a sua relevância socioeconômica, como parte central, que deve ser priorizada e fortalecida, na elaboração de novas políticas públicas agrícolas do país. Nessa época, o país atravessava um período de agitação socioeconômica que contribuiu para que o governo examinasse e implantasse novas possibilidades para a agricultura nacional, como o incentivo ao desenvolvimento dos agricultores de base familiar e sua fixação na terra. Estas agitações podem ser entendidas como consequência do aumento da crise econômica pela qual o país atravessava e com os

elevados índices de desemprego que afetavam parte da população. Como resultado destes fatos, ocorreu um,

Aprofundamento político dos movimentos social e sindical no campo; ampliação do número de estudos relativos à unidade familiar de produção agrícola e, finalmente, a implantação de um programa de política agrícola diferenciado para as distintas categorias de agricultores familiares (MATTEI; CAZELLA, 2004, p.175).

Dessa forma, segundo Steinberger (2006), desde o princípio do século atual, o Estado brasileiro vem recuperando sua função de gestor/elaborador de políticas públicas, sem deixar de lado a nova realidade social e política brasileira, representadas pelos recentes sujeitos sociais, pois

Surge levar em conta que o Estado de agora não pode ser mais aquele que desconhecia a existência de poderes plurais, sejam os federativos ou dos interesses contra-hegemônicos de novos sujeitos sociais como os movimentos populares urbanos e rurais. O planejamento de agora não pode mais ser aquele, normativo e tecnocrático, em que alguns planejavam para muitos e justificavam necessidades criadas a priori [sic]. As políticas públicas de agora não podem mais ser aquelas que definiam autoritariamente metas e recursos para sujeitos tomados como público-alvo, como se não tivessem projetos próprios. Enfim, a expectativa é que se adote um planejamento compartilhado entre o Estado e a Sociedade, por meio da construção de pactos e compromissos enunciados em políticas públicas nacionais, cuja finalidade última seja promover transformação social (STEINBERGER, 2006, p.30).

Segundo Leitão (2009), com a Constituição Federal de 1988, agricultores familiares adquiriram o direito a previdência rural, além do direito institucional a “dinamização econômica desse segmento, com participação política, e de políticas públicas referentes à reforma agrária, à segurança alimentar, ao desenvolvimento dos territórios rurais, aos créditos rurais” (2009, p.13). Ainda no âmbito da redemocratização do Brasil, a Constituição Federal de 1988 garante direito de participação social de produtores rurais nas políticas agrícolas, como mostra o Art. 187: “A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais” (BRASIL/CF, 1988, p. 32). Porém, na realidade esta participação social não se efetiva. Apenas pequenos grupos sociais organizados em sindicatos de trabalhadores rurais mantêm uma participação assídua.

Dentro do contexto da nova configuração social da agricultura brasileira é relevante analisar a influência positiva do Convênio FAO/INCRA que aprofundou o conhecimento sobre a agricultura familiar no Brasil, identificando os obstáculos e as potencialidades dentre os seus principais sistemas de produção. Os trabalhos desenvolvidos por tal convênio forneceram as bases para a formulação do PRONAF, porquanto “definem com maior precisão

conceitual a agricultura familiar e, [...] estabelecem um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos grupos de agricultores familiares” (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2009, p. 23). Os resultados obtidos por estes estudos apontam que em todas as grandes regiões brasileiras, os agricultores familiares exploram os recursos de forma intensiva, indicando a possibilidade de aumentar a renda desse segmento para além do nível de subsistência das famílias. No entanto estes agricultores necessitam de uma rede interligada de assessoramento, abarcando diversos níveis não somente o financeiro e ainda de forma superficial. O Estado precisa passar a criar políticas públicas voltadas aos interesses da sociedade, deixar de minimizar ou mudar o enfoque, apenas com o objetivo do assistencialismo, deixando os verdadeiros problemas de lado.

Dessa forma, percebemos ser imprescindível a atuação do poder público na instituição de políticas que alcancem suas necessidades de capital de giro e de investimentos, para que ocorra “[...] o fortalecimento, acompanhado de desenvolvimento sustentável, do segmento da agricultura familiar, com equidade socioeconômica e busca de gestão social” (LEITÃO, 2009, p. 14).

3.2 PRONAF- PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: CONTEXTO HISTÓRICO

Os movimentos sociais rurais começam a se mobilizar de maneira decisiva e através de suas reivindicações em 1994, o então presidente da república, Itamar Franco, fundou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) – o programa disponibilizava crédito aos pequenos produtores rurais, contudo apresentou poucos resultados devido às dificuldades e exigências impostas pelas instituições financeiras aos produtores rurais. A importância do PROVAP para a categoria dos agricultores familiares “consiste na transição que ali se inicia em direção a uma política pública diferenciada por categorias de produtores rurais” (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2009, p.23).

Em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o PROVAP foi reformulado em relação a sua área de alcance e planejamento, culminando na implantação, em âmbito nacional, do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), no ano de 1996 através do Decreto n. 1.946/96. Com este programa, o estado buscou através de uma série de critérios, despertar maior participação e consciência política nos agricultores

familiares que poderiam interferir nos rumos das políticas de desenvolvimento do meio rural. De acordo com Silva e Schneider (2004) o PRONAF,

Em larga medida foi formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural, realizadas desde o início dos anos 90, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijadas das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades para manter-se na atividade (p. 147).

Ainda segundo Silva e Schneider (2004), o PRONAF pode ser entendido como uma política pública que favorece a gestão local concedendo aos municípios e a sociedade civil organizada – como os sindicatos de trabalhadores rurais, as associações, as cooperativas, dentre outros – destaque nos debates e na formulação de políticas públicas para o desenvolvimento rural local, além de contribuir para a aclamada relação democrática de gestão das ações do governo, ainda que de forma rudimentar, pois mostram a necessidade de um fortalecimento da efetiva participação social neste processo. Porquanto “obviamente que este processo ainda é embrionário e, em muitas situações, seu entendimento, por indivíduos e instituições, limita-se a vagas impressões sobre suas orientações genéricas” (SILVA; SCHNEIDER, 2004, p. 148).

Schneider, Cazella e Mattei (2009) apontam que as principais mudanças institucionais ocorridas no PRONAF podem ser percebidas a partir de 1999, quando o programa é desvinculado do Ministério da Agricultura e incorpora-se ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), criada em substituição a Secretaria de Desenvolvimento Rural. Essa nova secretaria se responsabilizaria com a gestão das diversas linhas do programa e de políticas relacionadas à agricultura familiar. No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, a SAF passou por novas reformulações institucionais e o MDA criou a Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT) que gerenciaria a modalidade PRONAF - Infraestrutura e serviços municipais. Além disso, as condições de financiamento do programa sofreram alterações referentes aos encargos financeiros e as formas e prazos para pagamento dos empréstimos, fato que proporcionou uma expansão no número de agricultores beneficiados, garantindo ainda uma maior influência da categoria dos agricultores familiares nas discussões referentes ao setor agropecuário no Brasil.

Corroborando para o desenvolvimento da agricultura familiar, o PRONAF abriu um espaço institucional que vai além da participação das entidades de classe envolvidas através da formação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), que não se limitam a áreas de negociações políticas dessas entidades, tendo como objetivos primordiais

“a de ser uma estrutura institucional com poderes para legitimar a condução das iniciativas locais, administrar os recursos existentes e zelar pela sua correta aplicação” (SILVA; SCHNEIDER, 2004, p. 148). De acordo com Silva e Schneider (2004), na prática a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural é um dos pré-requisitos para que um município obtenha a liberação e possa aplicar os recursos fornecidos pelo programa nacional. A funcionalidade do PRONAF segue algumas especificações que vão além da criação obrigatória do CMDR, como, por exemplo, a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), espaço físico para o funcionamento e encontro dos conselhos, dentre outros.

Outra mudança ocorrida no PRONAF que merece destaque, ainda no governo Lula, pode ser percebida na linha de Infraestrutura e Serviços Municipais que teve sua escala de atuação alterada do enfoque local/municipal para o territorial, compondo a pauta da então criada Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), com o objetivo de alcançar a gestão e uma participação social mais ampla (LEITÃO, 2009). A decisão do governo de implementar uma mudança de enfoque da escala de atuação dos programas de desenvolvimento rural, pode ser justificada por uma busca em estimular e fortalecer a coesão social e territorial, e ainda, a descentralização das áreas de influências que interferem na eficácia das políticas públicas. “O enfoque territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção. Busca a integração interna dos territórios rurais e destes com o restante da economia nacional” (BRASIL/MDA, 2003, p. 26).

Como territórios rurais, podemos entender “onde os critérios multidimensionais que os caracterizam bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial, apresentam, [...], a predominância de elementos rurais” (BRASIL/MDA, 2003, p. 34). As políticas públicas, dentro desta abordagem territorial, têm como foco principal os territórios, aqui entendidos como sendo,

Mais do que simples base física. Eles têm vida própria, possuem um tecido social, uma teia complexa de laços e de relações com raízes históricas, políticas e de identidades diversas, que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transporte e de comunicações, e que desempenham função ainda pouco conhecida no próprio desenvolvimento econômico (BRASIL/MDA, 2003, p. 03).

Para além, é importante ressaltar a busca do governo em favorecer e implementar políticas públicas de desenvolvimento rural articuladas com a demanda social, intensificando o ordenamento/arranjo territorial, a autogestão, a descentralização e o controle social das políticas públicas rurais (BRASIL/MDA, 2003).

Pensando ainda no contexto da territorialização das políticas públicas de desenvolvimento rural, o governo federal criou o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), sob a responsabilidade do SDT/MDA, que utiliza o recorte territorial para a elaboração/efetivação de seus projetos. Os objetivos a serem alcançados com a utilização desse enfoque político territorial são:

- a) fortalecer a gestão social e a formar redes de cooperação social;
- b) dinamizar a economia dentro dos territórios rurais;
- c) articular instituições (LEITÃO, 2009).

“A preocupação de reequilíbrio social e territorial faz com que o PDSTR se ancore tanto nas políticas de redução de pobreza rural quanto nas políticas de desenvolvimento territorial.” (BONNAL; MALUF, 2009, p. 98).

O PDSTR pode ser percebido, portanto, como uma política complementar que se apoia na identidade territorial e na participação popular, buscando maior discussão entre os atores sociais e, para que dessa forma, possibilite ações conjuntas e de fortalecimento territorial.

3.3 O PRONAF E OS TERRITÓRIOS RURAIS: O CASO DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL

No momento que se destacam as políticas públicas, de maneira geral podemos ressaltar que estas, vêm atreladas ao desenvolvimento, quando empregadas corretamente, pois o desenvolvimento pode abranger o econômico, social e cultural.

Quando se reconhece, em primeiro lugar que todo desenvolvimento é social, quando aplicado à sociedade alteram suas condições de existência, então desenvolvimento é mudança social. De acordo com Beduschi Filho e Abramovay (2004), no Brasil, a adoção da concepção de desenvolvimento territorial inicia timidamente, na década de 1990, através de três modalidades básicas: 1) ação governamental pautada em programas de natureza multissetorial, envolvendo diversos segmentos da administração pública e da sociedade civil na execução; 2) fortalecimento de organizações locais; 3) novos recortes do território nacional por meio dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas e do Zoneamento Econômico Ecológico.

Para Gómez (2006), essas mudanças não representam inovações, mas apenas continuidades. Defende que, apesar da adoção de novas nomenclaturas “local ou territorial”,

ou da incorporação de mecanismos de participação, mantém-se um desenvolvimento economicista e mercantil. Julga que, as políticas públicas elaboradas desde o início do governo de Fernando Henrique Cardoso, visam atender as recomendações ao relatório nº 1783-BR, de 1994, do Banco Mundial, promovendo “as relações capitalistas, no meio rural, sem considerar a pobreza existente nem a pobreza futura que mais mercado e mais concorrência provocam” (GOMEZ, 2006, p. 69). Ao afirmar que em nenhum momento,

Os investimentos na agricultura familiar e no desenvolvimento rural estiveram articulados estrategicamente em ações voltadas para a diminuição de desigualdades ou para a dinamização das economias rurais, nem houve tentativa de superar a dicotomização ascendente-descendente que marca a orientação das políticas nas últimas décadas (FAVARETO, 2010, p. 308).

Portanto, na concepção dos autores as políticas públicas – por exemplo, PRONAF, PRONAT e Banco da Terra entre outras – objetivam transformar o pequeno produtor em pequeno empresário.

Já, Beduschi Filho e Abramovay (2004), defendem que a profusão dos conselhos gestores, pelo fato de abrirem o caminho para certo controle social dos investimentos, como no caso dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), representa uma evolução significativa.

O PRONAF foi lançado em 1996, mas ainda em 1995 a política pública já estava em vigor, porém ainda tímida e com outro tema, conhecido por Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PLANAF. No decorrer dos anos sofreu várias alterações, mas, de acordo com Shneider (2004) a partir de Novembro de 2001 começa a delinear uma tendência mais territorialista, a partir da Resolução nº 27, que previa o emprego de 5 a 10% do valor da cota de cada estado para apoio a projetos de desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar apresentados por organizações intermunicipais.

Em 2003 é criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao MDA, a qual passa a ser responsável pela gestão do PRONAF Infraestrutura, focando no desenvolvimento territorial (SHNEIDER, 2004). Em Outubro desse mesmo ano, o MDA em conjunto com o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura – IICA desenvolveu o documento: “Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável”¹⁴, a partir do

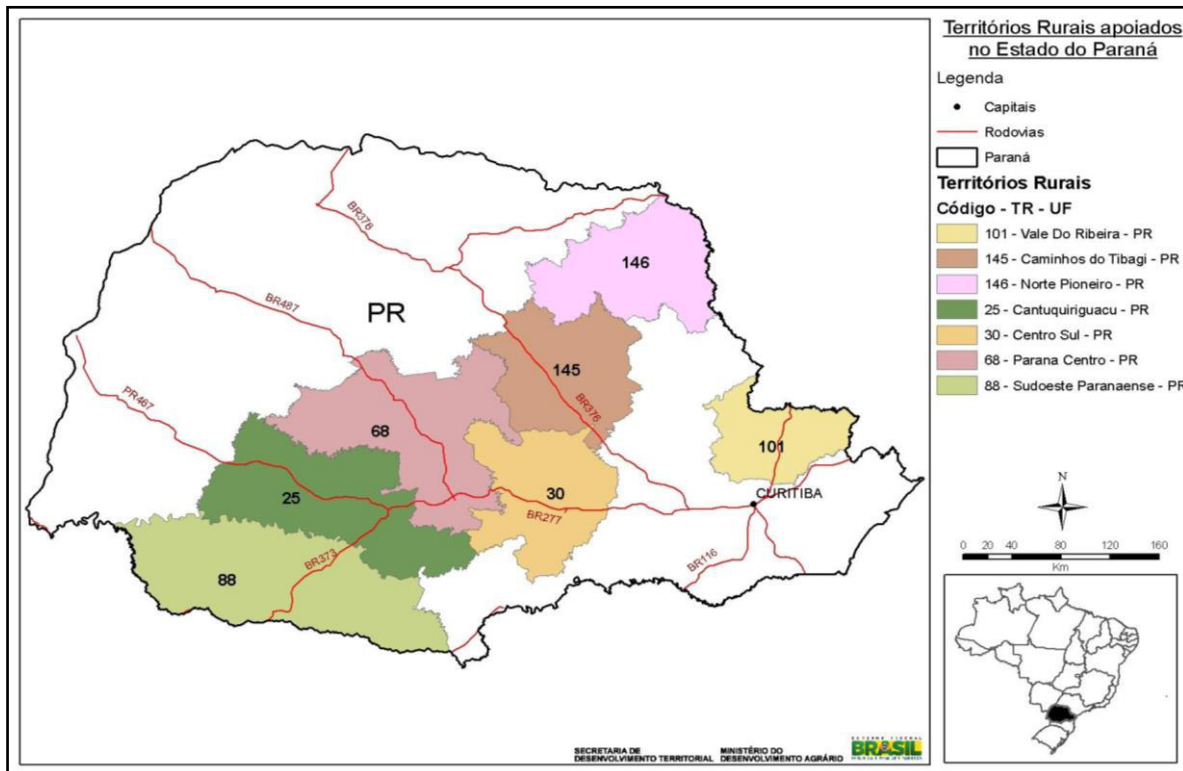
¹⁴ *Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável* – publicado em outubro de 2003, como Texto para Discussão número 4 do NEAD/MDA, pelo CONDRAF, e posteriormente revisado e republicado pela SDT/MDA em março de 2005 (MDA, 2005, p.2). Foi elaborado durante o início primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para estabelecer um processo de discussão de uma proposta de trabalho a ser implementada pela nova Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA (MDA, 2005a, p.5).

qual posteriormente foi elaborado o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, o PRONAT (GÓMEZ, 2006, p.72).

Assim, o PRONAT surge como uma proposta de continuidade e aprimoramento de algumas estratégias governamentais brasileiras (MDA, 2005a, p.4), como no PRONAF, através dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, os atores sociais passam a ter “algum tipo de controle social sobre os investimentos fundamentais de que depende a vida dos cidadãos” (BEDUSCHI FILHO e ABRAMOVAY, 2004, p. 16), e da necessidade em incorporar ações de descentralização da gestão e de participação social, adotadas por vários governos do mundo e apoiadas por bancos e organizações internacionais e não governamentais (MDA, 2005a).

Implantado em 2003, começou a operar em 2004 em 65 territórios, sendo que atualmente conta com 164 territórios rurais, abrangendo um total de 2,5 mil municípios, na Figura 11 a representação do estado do Paraná com a criação de sete Territórios Rurais abrangendo diversas regiões e realidades.

FIGURA 11 – Localização dos Territórios Rurais no Estado do Paraná



Fonte: SIT (Sistema de Informações Territoriais) – MDA, 2013.

Os Territórios Rurais são formados por aglutinação de municípios de forte perfil rural, geralmente contínuos e pertencentes a um mesmo estado da Federação (GOMEZ, 2006).

A criação de territórios rurais segue alguns parâmetros de priorização, quais sejam: a) os municípios com até 50 mil habitantes; b) municípios com densidade populacional menor que 80 habitantes/km²; c) maior concentração de agricultores familiares, famílias assentadas por programas de reforma agrária, famílias de trabalhadores rurais sem terra, mobilizados ou não (LEITE e DELGADO, 2011).

O PRONAT apresenta quatro objetivos específicos, a saber:

- A gestão, a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais dos territórios rurais, especialmente daqueles que atuam na representação dos agricultores familiares, dos assentados da reforma agrária e de populações rurais tradicionais;
- O planejamento e a gestão social dos territórios, tendo por referência os critérios do desenvolvimento sustentável, a autonomia e a participação social;
- Iniciativas territoriais que contribuam para a dinamização e diversificação das economias territoriais tendo por referências a valorização dos recursos locais, a competitividade territorial, o crescimento e a distribuição da renda com o incremento de empregos;
- A implementação e integração de políticas públicas visando à redução das desigualdades sociais e regionais e à geração de riquezas com equidade social (MDA, 2005b, p.7).

Para atingir esses objetivos, o mesmo documento do MDA (2005b) estabelece um total de onze diretrizes gerais para o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, das quais se destacam as seguintes:

- I. Promoção do desenvolvimento rural através de uma abordagem territorial;
- II. Desenvolvimento sustentável dos territórios entendidos como um processo de articulação que integra as dimensões socioculturais, político-institucional, econômica e ambiental;
- III. Incentivo a participação de diversos atores sociais nos processos de elaboração, planejamento, implementação e gestão do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais;
- IV. Descentralização de políticas públicas e estímulo à autogestão dos territórios;
- V. Atuação prioritária em espaços de elevada concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e acampados;
- VI. Buscar o fortalecimento da participação dos diversos atores nas instâncias colegiadas consultivas e deliberativas dos territórios.

Gómez (2006) destaca que a SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial) propõe a implantação de alguns instrumentos, para dar curso ao programa, sendo:

1. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), construído com a participação da maioria dos atores sociais, para gerir o desenvolvimento territorial de forma multidimensional e multissetorial e com mecanismos contínuos de revisão, amadurecimento e aperfeiçoamento.
2. Projetos específicos do Território: infraestrutura e serviços territoriais (através do Programa PRONAF Infraestrutura e Serviços Municipais); capacitação de atores territoriais, gestores e agentes de desenvolvimento; apoio às entidades associativas e cooperativas, para acesso a serviços que lhes permitam agregar valor à produção; apoio às iniciativas de comércio e desenvolvimento de negócios que complementem ou substituam a especialização agropecuária habitual; cooperação horizontal e institucional entre territórios e com instituições (GOMEZ, 2006, p. 356).

Após esse primeiro momento, mediado por negociações entre a Federação e os Estados, a proposta da formação efetiva desses Territórios é levada para uma reunião específica com os atores sociais dos municípios que devem compor cada Território. São realizadas oficinas para apresentar os conceitos e metodologias que sustentam a iniciativa de desenvolvimento territorial, levantamento de informações básicas do Território (GOMEZ, 2006). A proposição de novos territórios ou a modificação de territórios já estabelecidos deve ser remetida aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) ¹⁵ para análise e manifestação, o qual posteriormente as encaminha à SDT para homologação (DELGADO e LEITE, 2011, p. 434).

O PRONAT é composto por seis modalidades de intervenções: I) Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF) - II) Capacitação de Agentes de Desenvolvimento - III) Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentáveis (PTDRS) - IV) Gestão Administrativa do Programa - V) Apoio a Gestão de PTDRS, Fomento aos Empreendimentos Associativos e Cooperativos da Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária - VI) Fortalecimento e Valorização de Iniciativas Territoriais de Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade. As duas primeiras proveem, respectivamente, do desmembramento das modalidades “Infraestrutura e Serviços Municipais” e “Capacitação dos Agricultores Familiares”, do PRONAF. As demais vão sendo criadas para atender as necessidades de estruturação e qualificação do processo de planejamento dos territórios rurais, e de apoio à agricultura familiar e manejo sustentável da agrobiodiversidade (LEITE e DELGADO, 2011). Paralelamente a essas linhas de intervenções foram juntadas, mesmo que indiretamente, ações de “Assistência Financeira Mediante Emendas Parlamentares” e “Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) - Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semiárido do Nordeste” (LEITE e DELGADO, 2011, p. 170).

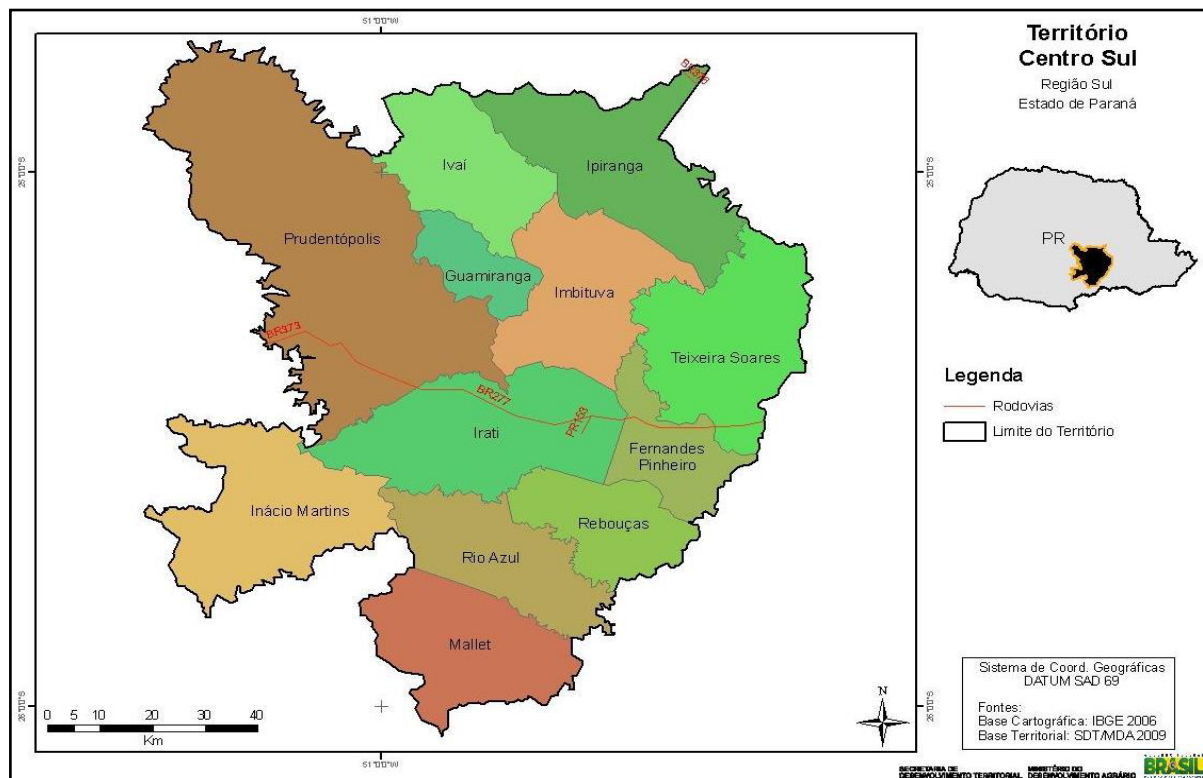
¹⁵ No Estado do Paraná é o Conselho Estadual de Desenvolvimento e Agricultura Familiar (CEDRAF).

Os fundos do PRONAT são destinados basicamente à organização dos territórios rurais e capacitação dos atores envolvidos. Os projetos de infraestrutura são vinculados às verbas do PRONAF-infraestrutura (GOMEZ, 2006).

Portanto, o território é um processo de articulação do desenvolvimento sustentável que envolve municípios da região Centro-Sul do Paraná caracterizado por critérios multidimensionais: econômico, sociocultural, político, institucional e ambiental. Conduzido de forma participativa buscando sua autonomia, ou seja, capacidade para definir seus horizontes e a possibilidade real de impulsionar suas próprias políticas.

Sendo assim, dos territórios rurais existentes no estado, conforme figura 11, será dada ênfase especificamente ao Território Rural Centro Sul, visualizado na figura 12.

FIGURA 12 – Território Centro Sul



Fonte: SIT (Sistema de Informações Territoriais) – MDA, 2013.

Em 2005, o território Centro Sul do Paraná e o Conselho Gestor foram formalmente reconhecidos, constituindo-se num fato histórico de grande relevância para o desenvolvimento dos doze municípios integrantes, conforme quadro 9, com a composição municipal do território centro sul do Paraná, abarcando informações e dados particulares dos respectivos municípios integrando o todo da formação do território. Sendo assim, a soma dos dados gerais vislumbra a importância da criação e formação deste território, pois, conforme esmiuçado

anteriormente a grande característica dos territórios rurais é a presença fortemente marcada da agricultura familiar, dos pequenos estabelecimentos rurais entre outras.

Portanto, estas características são especialmente marcantes no Território Centro Sul, justificando a análise particular deste. Em dados gerais o território em questão conta com o expressivo número de 21.920 estabelecimentos familiares, 532 famílias assentadas, 2 quilombolas, 4 terras indígenas abrangendo uma área total de 9.879 km² e uma população estimada em 236.719 habitantes, destes um percentual de 55% são moradores da zona urbana contra 45% da zona rural, portanto, é o território com o maior número de habitantes na zona rural, ou seja, demonstrando que tanto as relações sociais, quanto econômicas são de base rural. Mas, também realça outros dados como a situação de extrema pobreza envolvendo 14.573 pessoas e a quantidade de 35.378 bolsas família, na forma de transferência de renda (SIT, 2013).

QUADRO 9 – Composição Municipal do Território Centro Sul-PR

Município	Área (km ²)	População	População Urbana	População Rural	Estabelecimentos da Agricultura Familiar	Extrema Pobreza
Fernandes Pinheiro	414,6	5.932	2.094 (35,30%)	3.838 (64,70%)	472	731
Guamiranga	216,1	7.900	2.236 (28,30%)	5.664 (71,70%)	1.053	567
Imbituva	805,5	28.455	17.888 (62,86%)	10.567 (37,14%)	1.841	1.201
Inácio Martins	923,4	10.943	6.288 (57,46%)	4.655 (42,54%)	428	923
Ipiranga	907,6	14.150	4.889 (34,55%)	9.261 (65,45%)	1.483	617
Irati	998,3	56.207	44.932 (79,94%)	11.275 (20,06%)	2.588	1.495
Ivaí	597,2	12.815	4.629 (36,12%)	8.186 (63,88%)	1.641	1.181
Mallet	766,1	12.973	7.570 (58,35%)	5.403 (41,65%)	1.267	599
Prudentópolis	2.280,10	48.792	22.463 (46,04%)	26.329 (53,96%)	6.980	4.135
Rebouças	482,2	14.176	7.505 (52,94%)	6.671 (47,06%)	1.512	1.537
Rio azul	594,2	14.093	5.012 (35,56%)	9.081 (64,44%)	1.787	1.022
Teixeira Soares	893,7	10.283	4.796 (46,64%)	5.487 (53,36%)	869	565
TOTAL	9.879,00	236.719	130.302 (55,05%)	106.417 (44,95%)	21.920	14.573

Fonte: Adaptado de SIT (Sistema de Informações Territoriais) – MDA, 2013.

Através das informações expostas anteriormente, dos dados numéricos e raciocínios teóricos dos pesquisadores e autoridades governamentais, vislumbramos a importância e efetivação dos territórios rurais e principalmente a participação dos envolvidos e principais atores que compõe o Território Centro Sul. Esta população predominantemente rural conta com iniciativas governamentais, ou seja, créditos rurais – necessários para manutenção e

ampliação de projetos e custos operacionais, tanto coletivos quanto individual - estes sujeitos detentores dos meios de produção – a terra – também necessitam de capital para subsidiar/financiar as safras (adubos, sementes e plantação), pois, apesar de estarem à margem do sistema capitalista, fazem parte dele. E como tudo o capital exige cada vez mais investimentos e inclusive modernização.

No quadro 10 os dados relacionados aos incentivos agrícolas e crédito rural tais como o PRONAF e o PROINF¹⁶ - dados referentes a 2012, ou seja, os últimos dados atualizados da situação do crédito rural pelos municípios do Território Centro Sul, considerado pela pesquisa relevante fontes de análise. Para tal, foi considerado dado comparativos referente ao Plano Safra 2011/2012, que abrange as culturas de julho/2011 a junho/2012, subsequência ao Plano Safra 2012/2013, estes relacionados ao PRONAF, para as informações do PROINF foi considerado todo o período 2004-2012. Nesta tabela, observa-se o número de operações/contratos realizados pelos agricultores familiares e o total do montante adquiridos por município.

QUADRO 10 – Crédito rural adquirido pelos municípios do Território Centro Sul

Município	PRONAF 2011/2012		PRONAF 2012/2013		INVESTIMENTO PROINF 2004-2012
	Contratos	Valores (R\$)	Contratos	Valores (R\$)	
Fernandes Pinheiro	179	2.755.655,95	157	2.364.586,20	R\$ 204.590,00
Guamiranga	92	796.759,67	98	977.805,08	R\$ 828.398,94
Imbituva	726	6.466.075,04	715	6.992.077,18	R\$ 202.000,00
Inácio Martins	201	1.490.407,99	96	788.466,89	R\$ 421.815,60
Ipiranga	1.018	10.330.137,62	895	8.979.094,93	R\$ 129.008,05
Irati	1.035	14.552.583,91	1.038	15.398.879,94	R\$ 427.197,63
Ivaí	1.022	10.706.083,76	862	8.383.348,88	R\$ 67.368,70
Mallet	591	6.572.748,65	568	5.983.047,91	R\$ 476.208,88
Prudentópolis	1.075	9.806.834,58	1.107	10.784.762,07	R\$ 216.573,44
Rebouças	745	6.925.409,27	713	5.977.141,95	R\$ 136.215,80
Rio azul	886	5.728.635,54	1.161	9.224.711,58	R\$ 288.870,78
Teixeira Soares	395	5.749.455,15	460	7.261.101,31	R\$ 67.368,70

Fonte: MDA, 2013.

Org: SENETRA, A.

Complementando os dados já expostos, o quadro 11¹⁷, refere-se ao financiamento rural, programação e aplicação de recursos, agora em nível nacional. Abrangendo os períodos de 2010/2011 e 2011/2012 (últimos dados), neste comparativo utilizaram-se especificamente

¹⁶ PROINF= Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios

¹⁷ Os valores destacados no quadro 11 estão na casa dos milhões de reais em todos os segmentos.

as fontes de recurso ou programas destinados a duas categorias do agronegócio: 1) Agricultura Empresarial e 2) Agricultura Familiar, tendo em vista a programação dos recursos, ou seja, o valor destinado a todas as modalidades de crédito rural – empresarial e familiar – a aplicação destes recursos nos setores citados, os valores reais que cada categoria adquiriu para financiar suas operações agrícolas, completando com o percentual de desempenho dos valores adquiridos.

Deste modo, os valores demonstrados revelam que a agricultura empresarial utiliza nos anos de 2011 e 2012 em média quarenta por cento dos valores destinados ao setor contando com todas as modalidades disponíveis, contudo, já houve anos anteriores que o agronegócio (empresarial) utilizou mais de cem por cento do capital disponível, mas que neste trabalho não foi exemplificada por não tratar especificamente dos objetivos pesquisados, apenas consta como um dado comparativo. Em relação à agricultura familiar e o montante disponível nos créditos rurais – PRONAF, também em todas as modalidades¹⁸ dos recursos destinados são utilizados em torno de trinta e cinco por cento, e este mesmo percentual se estende a pelo menos uma década, porém, aqui foi considerado os últimos plano safra, atualizando estes resultados. Portanto, mesmo com a disponibilidade dos valores destinados e em escala nacional, os agricultores familiares utilizam um valor ínfimo e em percentuais razoavelmente estáveis desde a criação do programa.

QUADRO 11 - Financiamento Rural - Programação e Aplicação de Recursos – Brasil

Fontes de recursos ou programas	2010/2011			2011/2012		
	Programação	Aplicação	Desempenho (%)	Programação	Aplicação	Desempenho (%)
Agricultura Empresarial	100.000,0	43.202,5	43,2	107.238,0	44.670,2	41,7
Agricultura Familiar (PRONAF)	16.000,0	5.510,4	34,4	16.000,0	6.094,0	38,1

Fonte: Adaptado de MAPA/SPA/DEAGRI, 2012.

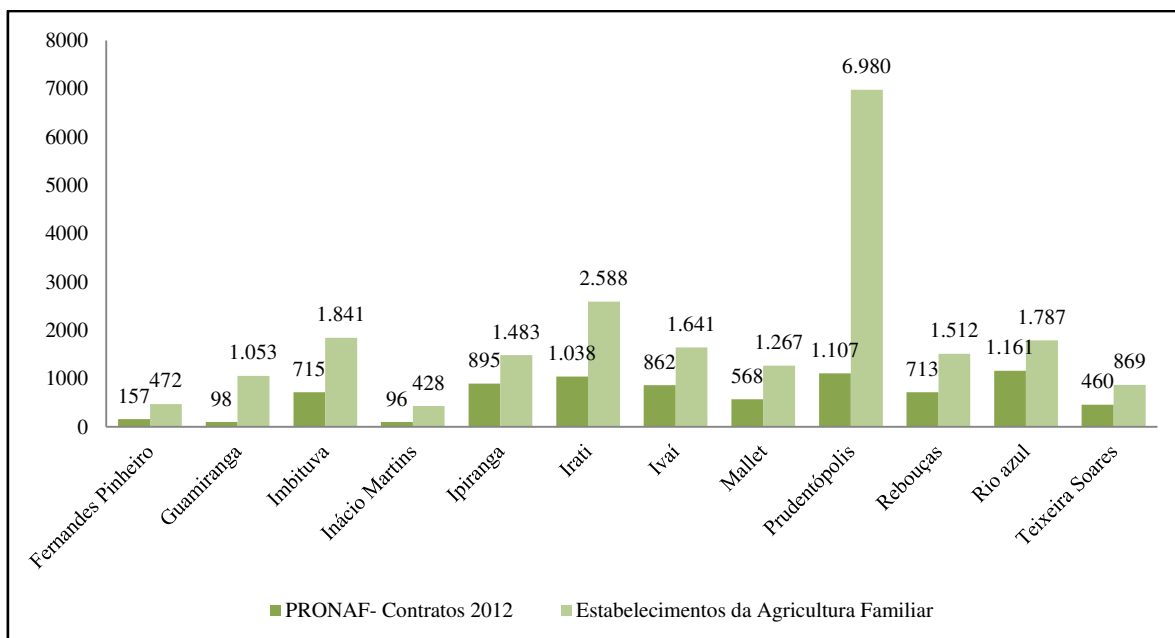
Corroborando com o exposto anteriormente o que se visualiza no gráfico 4, são os dados compilados já apresentados, agora com a ênfase cometida se tornam mais expressivos

¹⁸ O Programa Nacional da Agricultura Familiar atualmente dispõem das seguintes linhas/modalidades:
 PRONAF A: Investimento
 PRONAF B: Microcrédito
 PRONAF C: Custeio (mais utilizados entre os agricultores)
 PRONAF A/C: Custeio e Investimento

ao trabalho, os municípios realçados no gráfico, todos compõe o território rural Centro Sul do Paraná.

Neste momento, destacamos apenas os dados referentes ao número de estabelecimentos da agricultura familiar em cada município e as operações realizadas através do PRONAF por esses agricultores. Evidentemente o gráfico nos apresenta que em relação ao número de agricultores e o número de contrato há uma diferença significativa, ou seja, num total de 21.920 agricultores familiares inseridos no território rural Centro Sul são contratados apenas 7.870 operações, 30% do total de agricultores contrataram o PRONAF. O restante dos agricultores (70%) financiam suas culturas com seu próprio capital, correndo inúmeros riscos inclusive intempéries que causa a perda total em alguns casos das lavouras, então a perda de todo o investimento. Já para os que contratam os créditos rurais, caso aja intempéries há o seguro agrícola que ao acionado cobre as despesas do financiamento e da produção. Dentre os municípios, Prudentópolis contém a marca mais significativa, apenas 16% dos agricultores adquirem o PRONAF, e em outras safras este valor era ainda menor, tendo uma elevação ínfima nos últimos planos safra (2011-2012), um pequeno aumento nos contratos realizados no município.

GRÁFICO 4 – Relação de contratos do PRONAF e Estabelecimentos Familiares



Fonte: Adaptado de MDA (2012), Banco Central do Brasil (BCB, 2012).

Dos dados analisados até o presente momento, todos compõem os números relacionados às políticas públicas destinadas a população rural, as operações de crédito

obtidas pelos agricultores nos 12 municípios também pertencentes a uma política pública (PRONAT). Não por acaso a realidade destes municípios configuram da mesma forma, pois, isto se deve ao processo de ocupação desses territórios, da estrutura econômica social e cultural, da qual se arrola historicamente.

Porém, as intervenções governamentais são recentes se comparar a da criação dos municípios. O PRONAT, por exemplo, que visa o desenvolvimento rural com enfoque territorial, começou a ser delineada ainda na década de 1990, quando a necessidade de repensar a concepção de desenvolvimento é amplamente discutida por diversos pesquisadores. Existindo ainda certa pressão de instituições internacionais, como o relatório do banco mundial em 1996.

Essa nova concepção de desenvolvimento, como apresentado, entende o território como agente do desenvolvimento, um desenvolvimento que ocorre de dentro pra fora, como explanado por Cunha (2003), um desenvolvimento sustentado pela base sólida das tramas construídas pela interação dos atores sociais com o seu meio físico, econômico e político, com o local e com o global. Nesse sentido, o rural deixa de ser sinônimo de atraso e pobreza, e passa a ser visto como um lugar de oportunidades, de aconchego, de proximidade com a natureza.

No entanto, essas ações voltadas ao meio rural com a intenção de promover o desenvolvimento e inserir os produtores num mercado competitivo não agradam a todos os principais interessados, que devido a burocracias, falta de diálogo não participam dos projetos destinados a eles mesmos, e acabam promovendo suas culturas com suas próprias maneiras, sem capital conforme exemplificado no gráfico 4. Mesmo as políticas públicas criadas há quase duas décadas, suportam poucas operações e muito do capital destinado, não é utilizado. Com isso, os valores destinados aos agricultores familiares sempre será uma pequena parcela do que os governantes podem disponibilizar, mas como não há grandes demandas, não há grandes investimentos. Mas, esse é um processo complexo, construído continuamente, assim como o território é construído e reconstruído permanentemente.

3.4 A ESPACIALIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO PRONAF PELAS GRANDES REGIÕES DO BRASIL

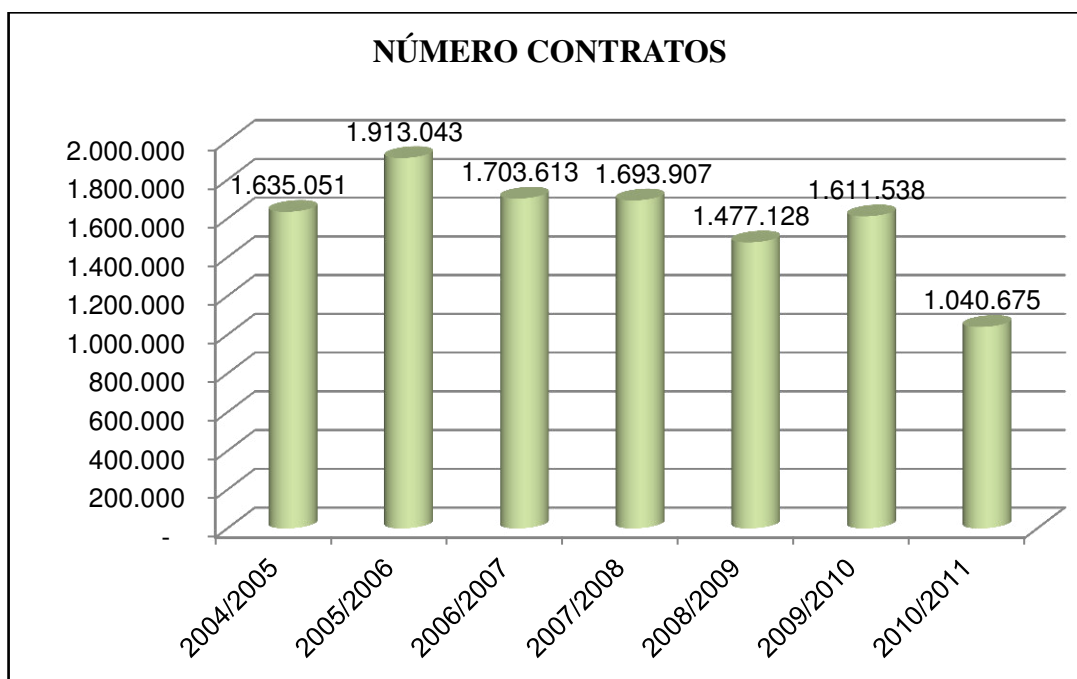
Examinando a espacialização dos recursos creditícios do PRONAF ao longo de seu desenvolvimento, Mattei (2007) revela que na primeira fase do programa houve um enorme desequilíbrio em sua distribuição entre as cinco grandes regiões brasileiras, fato que pode ser explicado pela importância econômica e, conseqüentemente, por meio da influência exercida pelas agroindústrias sulistas, a um melhor nível de organização dos agricultores familiares da região sul do país, devido a um histórico de lutas e reivindicações por crédito rural, a limitação do poder reivindicatório dos agricultores familiares da região nordeste, ocasionada pela restringida organização desses sujeitos, dentre outros. Podemos confirmar tais afirmações ao analisarmos os percentuais de participação e de distribuição dos recursos do PRONAF no ano de 1999: a região sul possuía 60% dos contratos que representavam 49% dos recursos disponibilizados pelo programa; a região sudeste deteve 13% dos contratos e 18% dos recursos; a região nordeste participava com 22% dos contratos e 25% dos recursos; a região norte limitou sua participação em 2% dos contratos e apenas 3% dos recursos disponibilizados pelo programa no ano de referência; e a região Centro-Oeste, também com uma pequena participação no que se refere à captação de recursos do PRONAF, com apenas 3% dos contratos e 5% dos recursos (MATTEI, 2007).

Mattei (2007) classifica ainda, o pós-1999 como a segunda fase do referido programa, vinculando a este período a criação de categorias que diferenciavam os agricultores familiares permitindo à adaptação dos condicionamentos creditícios a realidade desses sujeitos. Apesar da gradativa queda de concentração regional dos recursos do PRONAF ocasionadas por novas condutas dos gestores do programa, “a trajetória do Crédito Rural do PRONAF ainda continua fortemente concentrada na Região Sul do país” (MATTEI, 2007, p.150).

Mesmo atualmente se compararmos os percentuais de contratos adquiridos pelos agricultores familiares do estado do Paraná em relação aos outros estados e regiões, o Paraná ainda lidera os montantes de contratos do PRONAF, porém, não mantém uma regularidade nos números de contratos ou mesmo um crescimento significativo, conforme gráfico 5, os dados são a partir do ano agrícola 2004/2005 até 2010/2011, sendo possível a observação do número de contratos por período, a maior diferença esta em 2010/2011 onde foi registrada a menor quantidade de contratos aprovados, cerca de 1 milhão, entre os períodos destacados no gráfico, e o maior número de contratos aprovados esta no ano de 2005/2006, registrando perto

de 2 milhões de contratos adquiridos pelos agricultores familiares. Constatase com esta informação que mesmo com o aperfeiçoamento do Programa, a divulgação das informações, a quantidade de contratos registra baixas.

GRÁFICO 5 - Contratos aprovados para aquisição do PRONAF - PARANÁ



Fonte: Adaptado de SAF/MDA – Plano Safra, 2012.

Esta população ainda não está atraída aos créditos agrícolas (PRONAF) oferecidos, que apesar das inúmeras contratações também se verifica a queda no percentual, no decorrer dos anos. Dando-nos a dimensão real de que mesmo com estas iniciativas a população rural se evade do campo, sendo assim, o montante de contratos também decresce. Apesar de haver, segundo os próprios agricultores familiares inúmeras burocracias que os impedem de expandirem os contratos e valores financiados, que os mesmo acabam abandonando os financiamentos, e calçando suas produções com as próprias economias.

3.5 ATUAL ESTRUTURA DO PRONAF

Atualmente, a responsabilidade de operacionalização do PRONAF é da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que adota como política de execução do programa a descentralização com o apoio dos governos em esfera estadual e municipal, além de cooperativas de crédito e de produção, de agentes financeiros que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), de

organizações governamentais e não governamentais, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), entre outros (BRASIL/MDA/SAF, 2011).

Segundo a Secretaria da Agricultura Familiar (BRASIL/MDA, 2010) o PRONAF possui como objetivo geral o fortalecimento da agricultura familiar e consequentemente, a garantia e a ampliação da renda agrícola. Os objetivos específicos do programa são:

Disponibilizar linhas de crédito adequadas às necessidades dos agricultores familiares; disponibilizar mecanismos de seguro para a produção da agricultura familiar; estimular a agregação de valor aos produtos e serviços das unidades de base familiar; contribuir para a inserção deste segmento nos mercados e a ampliação da renda familiar; negociar e articular políticas e programas junto aos órgãos setoriais dos Governos Federal, Estaduais e Municipais que promovam a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e suas famílias (BRASIL/MDA/SAF, 2010, p.19).

Para ser um beneficiário do programa os pequenos produtores rurais devem se enquadrar em um dos grupos de agricultores, além de apresentar a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Segundo informações obtidas na Cartilha de Acesso ao PRONAF 2011/2012 – válida até 30 de junho de 2012, devido à mudança anual de regras para financiamento publicadas pelo governo federal por meio do Plano Safra – para ter acesso aos recursos disponibilizados pelo programa, o agricultor deve:

- trabalhar na terra em condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário (assentado) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);
- residir na propriedade rural ou em local próximo;
- dispor de área inferior a quatro módulos fiscais¹⁹. O módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectare fixada para cada município. Varia de 5 a 110 hectares [...];
- ter renda bruta anual do grupo familiar entre R\$ 6 mil e R\$ 110 mil com pelo menos 70% provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, ou abaixo de R\$ 6 mil com pelo menos 30% provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- ter, no máximo, dois empregados, sendo que a mão de obra deve ser prioritariamente familiar. Eventualmente, em épocas de plantio e colheita, pode ter mão de obra temporária, devendo essa mão de obra ser predominantemente familiar (BRASIL/MDA/SAF, 2011).

Além dos agricultores familiares, também compõem o público assistido pelo programa os pescadores artesanais, os extrativistas, os silvicultores, os aquicultores, maricultores, os piscicultores, as comunidades quilombolas, os indígenas e os criadores de animais silvestres (BRASIL/MDA/SAF, 2011).

¹⁹ No município de Prudentópolis os quatro Módulos Fiscais (MF) representam:

1 MF = 16 ha

4 MF = 64 ha

De maneira geral, podemos dizer que no que se refere ao apoio financeiro aos grupos assistidos pelo PRONAF, o programa disponibiliza crédito rural que se destina a três modalidades básicas:

- a) Custeio;
- b) Investimento;
- c) integralização de cotas-partes de agricultores familiares em cooperativas de produção (BRASIL/CONTAG, 2011).

E a essas modalidades são atribuídos os seguintes critérios:

- Os **créditos de custeio** destinam-se ao financiamento das atividades agropecuárias, não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no PRONAF, exceto para aqueles classificados nos Grupos "A" ou "B", de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento.
- Os **créditos de investimento** se destinam ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não-agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos.
- Os **créditos para integralização de cotas-partes** dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção de produtores rurais deve observar o disposto na seção 10-12 (BRASIL/CONTAG, 2011).

Com o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012, o governo federal disponibilizou R\$16 bilhões para os agricultores familiares junto as três grandes linhas do PRONAF: custeio, investimento e comercialização. É importante frisar que os limites de financiamento, além dos juros, prazos e carências dos empréstimos mudam anualmente, sendo anunciadas pelo governo federal por meio do Plano Safra da Agricultura Familiar. Dessa forma, utilizaremos as informações do Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012 e da Cartilha de Acesso ao PRONAF 2011/2012 para descrevermos os grupos básicos do PRONAF disponíveis atualmente:

Grupo A: Assentados da reforma agrária ou beneficiados pelo crédito fundiário, tais agricultores podem pedir um financiamento de até R\$ 21,5 mil com encargos de 0,5% ao ano. Prazo máximo de pagamento de 10 anos, com até 05 anos de carência.

Grupo B: Agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 6.000,00.

Limites de financiamento na modalidade investimento de até R\$ 2,5 mil por operação com encargos de 0,5% ao ano, com prazo máximo de 02 anos para pagamento. Quanto à

modalidade custeio, o limite de financiamento é de até R\$ 10 mil com juros de 1,5% ao ano, com o mesmo prazo para pagamento.

Grupo C: Agricultores familiares titulares de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) válida do Grupo C, emitida até 31/03/2008, que, até 30/06/2008, ainda não tinham contratado as seis operações de custeio com bônus. Estes agricultores podem adquirir um financiamento de R\$500 até R\$5 mil em uma única operação por ano agrícola, com juros de 3% ao ano, com prazo máximo de 02 anos para pagamento.

Grupo A/C: Assentados da reforma agrária pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou público-alvo do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que já tenham contratado a primeira operação no Grupo A. O limite de financiamento dentro da modalidade custeio é de até R\$5 mil, com encargos de 1,5% ao ano com prazo de pagamento máximo de até 03 anos para custeio agrícola e de 01 ano para custeio pecuário.

Grupo Agricultor Familiar: Agricultores familiares enquadrados no PRONAF, exceto nos grupos A, A/C e B, com renda bruta anual de R\$ 6 mil até R\$ 110 mil. O limite de crédito na modalidade custeio é de até R\$50 mil com juros que variam de 1,5% a 4,5% AA ano de acordo com o valor adquirido, com prazo máximo de 03 anos para custeio agrícola e de 01 ano de custeio pecuário.

O PRONAF possui ainda diversas linhas de crédito especiais e complementares, a saber: PRONAF Agroindústria; PRONAF Mulher; PRONAF Eco; PRONAF Mais Alimentos; PRONAF Semiárido; PRONAF Jovem; PRONAF Floresta; PRONAF Agroecologia; PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares; e PRONAF Cota-Parte.

Por meio da análise do surgimento e da implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil, podemos dizer que o PRONAF fortaleceu a agricultura familiar e abriu um espaço institucional que vai além da participação das entidades de classe envolvidas. Ou seja através da formação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), que não se limitam a áreas de negociações políticas dessas entidades, tendo como objetivos primordiais “[...] ser uma estrutura institucional com poderes para legitimar a condução das iniciativas locais, administrar os recursos existentes e zelar pela sua correta aplicação” (SILVA; SCHNEIDER, 2004, p. 148) ou, ainda, em âmbito territorial, dos Conselhos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CTDRS) em sua busca pela identidade coletiva e através da mobilização – referente à destinação de recursos – do conjunto de atores sociais.

Contudo, ainda que o PRONAF não tenha acabado com as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares brasileiros, ele “incluiu o segmento da agricultura familiar nas

pautas de políticas públicas, na condução participativa e democrática, pela primeira vez na história do país” (LEITÃO, 2009, p. 96).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O retrato que temos da realidade é sempre parcial, sendo necessário dar continuidade a outras pesquisas, uma vez que essas comunidades rurais oferecem um amplo campo de investigação, tanto nos aspectos econômicos, quanto políticos e culturais. Nesse sentido, durante a pesquisa, tiramos algumas considerações.

As pesquisas acerca da agricultura familiar brasileira aumentaram na década de 1990, contribuindo para o debate sobre as problemáticas que permeiam essas unidades de produção. Essas pesquisas concordam entre si no que tange à importância desse segmento de produtores na produção de alimentos básicos que atendem as populações urbanas, no que se refere à preservação dos recursos naturais e à preservação do patrimônio sociocultural presentes em várias regiões rurais do país. Alguns estudiosos acreditam, também, que o fortalecimento desses produtores pode diminuir as desigualdades sociais e os conflitos presentes no campo.

As transformações ocorridas no meio rural brasileiro no Pós-guerra agravaram ainda mais a situação dos agricultores familiares. Os projetos pensados para esse setor não foram suficientes para resolver os problemas presentes no campo, as políticas são pensadas a partir de outras experiências realizadas em outros países, não considerando as especificidades culturais presentes no campo brasileiro. Isso acarretou a concentração de terras nas mãos de uma minoria e a expulsão de parte desses agricultores. Os maiores problemas continuam relacionados à produção e à comercialização dos produtos, gerando uma dificuldade cada vez maior para as famílias continuarem no campo.

Para obter uma renda maior, esses produtores diversificam a produção e, às vezes, exercem outras atividades urbanas. A aposentadoria, por exemplo, também se apresenta como uma fonte de renda alternativa para a família, em alguns casos, maior do que o preço alcançado na produção. Nesse sentido, para a resolução dessas questões, alguns problemas precisam ser superados:

- a) Baixo nível técnico nas unidades familiares;
- b) Baixo preço dos produtos, que é determinado pelo mercado;
- c) Falta de projetos de inclusão social (saúde, educação e lazer);
- d) Qualidade e regularidade no processo produtivo;
- e) Políticas públicas adequadas às realidades da agricultura familiar;

- f) Altos preços dos produtos industrializados (insumos agrícolas, maquinários, etc.)
- g) Falta de acesso à informação (preços, produção, mercado);
- h) Assistência técnica;
- i) Baixo nível de instrução do agricultor.

Assim, é necessária uma valorização dos recursos territoriais (políticos, econômicos, culturais) desses agricultores, considerando suas potencialidades, para que os mesmos sejam envolvidos e não sujeitados. Para tanto, acreditamos na necessidade de políticas públicas com altos investimentos, não apenas no processo produtivo, mas também em educação, saúde, lazer. Que esses produtores sejam *sujeitos de si mesmos*, capazes de controlar sua produção, sua venda e consumo. Um desafio, nesse caso, é assegurar um rendimento suficiente para que os produtores consigam manter-se e assegurar as futuras gerações na propriedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 1992.

ABREU, M. P. A quem beneficiam as políticas públicas no Brasil? Uma visão de longo prazo. **Revista Economia**, Brasília (DF), v.8, n.4, p.1-23, dezembro 2007. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/html>. Acesso em: 10/05/12.

AHRENS, D. C. et al. **Diversificando Áreas com Cultivo do Tabaco**: uma experiência no Centro-Sul do Paraná. Londrina: IAPAR, 2010.

ARAUJO, F. G. B.; HAESBAERT, R. **Identidades e Territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

ANDREAZZA, M. L. **O paraíso das delícias: um estudo da imigração ucraniana 1895-1995**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

BAUMEL, A.; BASSO, L. C. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, G.; CAMARGO FILHO, M.; FÁVARO, J. L. (Org.) **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava – Paraná: Ed. Unicentro, 2004.

BALHANA, A.P. Política imigratória no Paraná. **Revista Parananense de Desenvolvimento**. Curitiba. N. 87, p. 39-50, jan./abr, 1996.

BATISTA, F. D. Et. al. *Igrejas ucranianas*: arquitetura da imigração no Paraná. Curitiba: Instituto Arquibrasil/Petrobrás Cultural, 2009.

BONNAL, P; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. **Agricultura Familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p.71-110.

BORUSZENKO, O. Os Ucranianos. **BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba: v. 22, n.108, out. 1995.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE): **Banco de Dados**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/html>. Acesso em 24/07/2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (INCRA). **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília: fevereiro de 2000.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para um programa o desenvolvimento territorial sustentável**. SDT/CONDRAF, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Cartilha de Acesso ao PRONAF**. Brasília/DF: SEBRAE, 2011. Disponível em:

[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/\\$File/NT00044052.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/$File/NT00044052.pdf)>. Acesso em: 04/04/13.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Série Textos para Discussão 4. Brasília: CONDRAF/NEAD, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Linhas de crédito**. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2258856>>. Acesso em: 17/11/13.

_____. Secretaria de Política Agrícola. **Manual de Crédito Rural** - Capítulo 10. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Brasília: SPA/CONTAG, 2011.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 04/11/13.

_____. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm>. Acesso em: 17/06/13.

_____. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 04/04/13.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório de Gestão – Secretaria de Agricultura Familiar**. Brasília, 2010.

CAMARGO, A. A. de. **Prudentópolis 1929**. Homenagem ao Município. Prudentópolis. Editora Olivero. 1929.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudos sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998.

CARNEIRO, M. J. Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade (versão preliminar). **II Seminário sobre o rural brasileiro**: a dinâmica das atividades agrícolas e não agrícolas no novo rural brasileiro. Campinas: NEA/UNICAMP, 2001. p. 1-16.

CORBUCCI, R. Agricultura familiar e crise: quadro contemporâneo. In: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO PROJETO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL EM AGRICULTURA – APIPSA, 5., 1995, Goiânia. **Anais...** Goiânia: APIPSA, UFG, 1995. p. 39-43.

COSTENATO, E. C. L. **Para a dona de casa**: comida e identidade entre descendentes de ucranianos em Prudentópolis, PR, 1963-1976. (Dissertação de Mestrado em História). Irati: UNICENTRO, 2013.

CUNHA, L. A. G. **Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Territorial: o caso do Paraná Tradicional**. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2003.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução de R. M. Rússovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHANG, M. Y. **Sistema Faxinal: uma Forma de Organização Camponesa em Desagregação no Centro-Sul do Paraná**. (Dissertação de Mestrado em Economia). Rio de Janeiro: UFRRJ, 1985.

DI GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. **Caderno de pesquisa**. n° 82, Unicamp: NEEP, 2009.

FAO/INCRA, **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável: resumo do relatório final do projeto UTF/BRA/036**. 2. versão, 1996.

FERNANDES, B. M. A questão agrária no limiar do século XXI. In:_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Tradução de Maria Tereza Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GOMES, N. D. (Org.). BARTCZCO, T. D.; DECZKA, N. M.; SAZATKOWSKI, D. **Prudentópolis, sua terra e sua gente**. Prudentópolis, 1972.

GOMEZ, J. R. M. Desenvolvimento em (des) construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: FERNANDES, B. M.; MERQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C., (org). **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GUANZIROLI, C. *et al.* **Agricultura familiar e reforma agrária no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUÉRIOS, P. R. **Memória, identidade e religião entre imigrantes rutenos e seus descendentes no Estado do Paraná**. (Tese de Doutorado em Antropologia) Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. As novas atividades no meio rural. In:_____. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2002.

_____. Uma década perversa: as políticas agrícolas e agrárias nos anos 80. In: GRAZIANO DA SILVA, J.. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Regional – Global:** dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (orgs). **Brasil século XXI por uma nova regionalização – agentes, processos e escalas.** São Paulo: Max Lomonad, 2004.

HAM, C.; HILL, M. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno.** Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). Capítulos 2 e 3 (p. 39-91). Disponível em: http://www.ige.unicamp.br/gapi/HAM_HILL_PROCESSO_DE_ELABORACAO_DE_POLITICAS.pdf. Acesso em: 17 jun. 2012.

HEIDRICH, A. L. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (orgs). **Território e Desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Edunioeste, 2004.

HESPANHOL, R. A. M. **Produção familiar:** perspectiva de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente. 354 f. (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

HORBATIUK, P. **Imigração ucraniana no Paraná.** 1ª Ed. UNIPORTO. Porto União, 1989.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE/CIDAES.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 14/04/12.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico socioeconômico do Território Centro-Sul.** Curitiba: IPARDES, 2007.

_____. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico Município de Prudentópolis.** Curitiba: IPARDES, 2012.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** Tradução de C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980 (Coleção Proposta Universitária).

KOSS, L. **Comércio & sociedade:** As múltiplas funções dos armazéns de Ivaí-PR na primeira metade do século XX. 2013. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar:** comparação internacional. Tradução de A. M. N. Tijiwa. Campinas: UNICAMP, 1993, v. 1 (Coleção Repertórios).

LEITÃO, A. L. E. **Política Pública para a agricultura familiar: O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PROINF) no território do Caparaó-ES.** Rio de Janeiro: UFRRJ, 2009.

LÊNIN, V. I. **Desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** 3. ed. Tradução de J. Paulo Netto. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LIPIETZ, Alain. **Audácia: uma alternativa para o século 21.** São Paulo: Editora Nobel, 1991.

LUPEPSA, E. C. Organização sócioespacial por faxinalenses e agricultores na região de Jesuino Marcondes – Prudentópolis (PR), 1987-2007. **Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)** – Revista eletrônica de História. V.1, n.3, p.11-41, set./dez. 2010.

MAESTRI, M. **Os senhores da Serra: A colonização italiana no Rio Grande do Sul, 1875-1914.** Passo Fundo: UPF Editora, 2001.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura familiar na realidade brasileira. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MATTEI, L. Políticas de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil: O Caso Recente do PRONAF. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, nº 1, jan-mar. 2007.

MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Planejamento e gestão do Pronaf Infra-estrutura e Serviços: evidências a partir do Estado de Santa Catarina. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural.** 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão (GO).** 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano.** 458 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra.** 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1976.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas.** Tradução de M. J. da S. Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOTA, L. T. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924).** Maringá: EDUEM, 1994.

NADALIN, S. O. **O Paraná: ocupação do território, populações e migrações.** Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, A. V. de. Agricultura Brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S (org). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

PARANÁ (Estado). Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). **Perfil da realidade agrícola 2009**. Prudentópolis/PR, 2010.

PARANÁ (Estado). Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **População e Grau de Urbanização segundo os municípios do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2010. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/html>. Acesso em 20/06/12.

PESSÔA, V. L. S. Alternativas econômicas para a agricultura familiar: uma reflexão sobre as “novas” atividades (agrícolas e não agrícolas). In: MENEZES, A. V. C. de et al. (Org.). **Organização e dinâmica do espaço agrário regional**. São Cristóvão: NPGeo, UFS, 2003.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. Ivanete Boschetti et al (orgs.) São Paulo: Cortez, 2008.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S. Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. **Revista Redes**, Vol. 17, n. 2, 2012.

PETRONE, M. T. S. **O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PIRES, E. L. S. As lógicas espaciais e territoriais o desenvolvimento: delineamento preliminar dos aspectos históricos, teóricos e metodológicos. In: FERNADES, B. M; MERQUES, M. I. M; SUZUKI, J. C, (orgs). **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007

PNUD – Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010**. A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf>. Acesso em: 23/06/13.

_____. Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 14/04/12.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1962.

QUEIROZ, P. V. S. Os territórios rurais do ministério do desenvolvimento agrário. **Geografia Ensino & Pesquisa**. v. 5 , n°2, p.117 – 128, maio/ago. 2011.

RADOMSKI, M. I. *et al*. Caracterização Regional. In: AHRENS, D. C. (org.). **Rede de Propriedades Familiares Agroecológicas: uma abordagem sistêmica no Centro-Sul do Paraná**. Londrina: IAPAR, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, O. F. **Ucranianos, poloneses e brasileiros: fronteiras étnicas e identitárias em Pudentópolis/PR**. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) – UNISINOS. 2006.

REIS, J. Uma epistemologia do território. **Estudos Sociedade e Agricultura**. v. 13, nº1, p. 51-74, abril 2005.

RUA, J. Urbanidades no rural: em um trecho da região serrana fluminense – a rodovia Teresópolis, Nova Friburgo. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, I, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

_____. Urbanidades e as novas ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Org.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook, 2002.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SALVADOR, C. A. **Análise da Conjuntura Agropecuária Safra 2011/2012**. Estado do Paraná, Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, Departamento de Economia Rural. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/feijao_2011_12.pdf>. Acesso em 07/03/13.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (orgs). **Território: globalização e fragmentação**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record. 2008.

SANTOS, C. R. A. dos. **Vida material vida econômica**. Curitiba: SEED, 2001

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

_____. **Colonização italiana e agricultura familiar**. Porto Alegre: Est Edições, 2002.

SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, Departamento de Economia Rural. **Levantamento da produção rural paranaense por município**. 2011. Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/relmun20112v.pdf>>. Acesso em: 07/08/13.

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp>>. Acesso em: 26/06/12.

SILVA, C. R. R.; LEDUR, F. A. P.; MILANI, M. L. A teoria de capital social para entender o controle social das políticas públicas. In: III CEPIAL - Congresso de Cultura e Educação para Integração da América Latina. **Anais**. Curitiba, p. 1-26, 2012. Disponível em: <http://cepiat.org.br/anais/trabalho/124//html>. Acesso em: 20/07/12.

SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. A participação dos agricultores nas políticas de desenvolvimento rural: uma análise do PRONAF Infra-estrutura e Serviços no Estado do Rio Grande do Sul (1997/2000). In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SIMINSKI, A.; FANTINI, A. C. Roça-de-toco: uso de recursos florestais e dinâmica da paisagem rural no litoral de Santa Catarina. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 37, n. 3, jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782007000300014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14/11/13.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrialização no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1999.

_____. Reflexões sobre diversidade e diversificação da agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **R U R I S**, Vol. 4, n.1, março 2010.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (1995-2003). In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOARES, A. C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Proposta**, Rio de Janeiro, n. 87, p. 40-49, dez. 2000/fev./2001.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro. (org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STEINBERGER, M. (Org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília, DF: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

TELEGINSKI, N. M. **Bodegas e bodegueiros de Irati - PR na primeira metade do século XX**. 250 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná (UFPR) Curitiba, 2012.

ZAROSKI, N. G. **A utilização do tempo pelos imigrantes ucranianos de Prudentópolis 1940-1960**. 50 f. T. C. C (Graduação em História) Curitiba: UFPR, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2000.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres:** herdeiros do sul e sitiante do nordeste. São Paulo: HUCITEC, 1995.

ANEXOS - Situação jurídica dos imóveis rurais do município de Prudentópolis - PR

CLASSES DE ÁREA (ha) CATEGORIA DE IMÓVEL CLASSES DE MF (ha)	PROPRIEDADE		PROPRIEDADE E POSSE		POSSE POR SIMPLES OCUPAÇÃO		POSSE A JUSTO TÍTULO		POSSE SIMPLES OCUPAÇÃO E JUSTO TÍTULO		SITUAÇÃO JURÍDICA NÃO INFORMADA	
	TOTAL IMÓVEIS	TOTAL ÁREA (ha)	TOTAL IMÓVEIS	TOTAL ÁREA (ha)	TOTAL IMÓVEIS	TOTAL ÁREA (ha)	TOTAL IMÓVEIS	TOTAL ÁREA (ha)	TOTAL IMÓVEIS	TOTAL ÁREA (ha)	TOTAL IMÓVEIS	TOTAL ÁREA (ha)
Mais de 0 a menos de 1	66	35,60	0	0,00	0	0,00	25	14,03	0	0,00	0	0,00
1 a menos de 2	192	278,07	2	2,90	2	2,80	83	118,70	0	0,00	2	3,20
2 a menos de 5	1294	4.785,71	10	36,34	18	73,70	386	1.408,79	0	0,00	2	9,60
5 a menos de 10	1796	13.276,27	44	352,00	27	197,66	435	3.173,36	3	24,00	1	5,20
10 a menos de 25	3307	53.831,82	110	1.876,29	43	736,80	618	10.203,59	3	37,50	3	50,30
25 a menos de 50	1041	36.138,36	51	1.845,60	14	563,40	153	5.578,85	0	0,00	1	43,50
50 a menos de 100	305	20.407,59	29	1.968,30	6	379,10	44	3.061,32	0	0,00	0	0,00
100 a menos de 250	90	12.365,59	11	1.631,00	2	324,00	16	2.285,30	0	0,00	0	0,00
250 a menos de 500	25	9.103,96	1	294,00	0	0,00	3	868,00	0	0,00	0	0,00
500 a menos de 1000	7	4.637,20	0	0,00	0	0,00	1	655,80	0	0,00	0	0,00
1.000 a menos de 2.000	2	2.925,30	1	1.053,60	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
2.000 a menos de 2.500	1	2.499,80	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
2.500 a menos de 5.000	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
5.000 a menos de 10.000	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
10.000 a menos de 20.000	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
20.000 a menos de 50.000	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
50.000 a menos de 100.000	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
100.000 e Mais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Minifúndio	5194	41.697,91	105	1.024,13	67	513,36	1252	8.805,20	6	61,50	7	43,70
Pequena Prop. Produtiva	488	13.498,80	34	988,20	1	16,90	84	2.378,50	0	0,00	1	24,60
Pequena Propriedade ***	1326	37.738,28	90	2.919,10	17	469,00	326	8.722,10	0	0,00	1	43,50
Pequena Propriedade	839	24.551,72	4	93,90	23	801,20	54	1.701,04	0	0,00	0	0,00
Média Prop Produtiva	91	9.225,99	10	1.256,60	1	173,80	13	1.398,00	0	0,00	0	0,00
Média Propriedade ***	140	14.075,81	13	1.184,40	3	303,20	27	2.829,60	0	0,00	0	0,00
Média Propriedade	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Grande Prop. Produtiva	15	7.120,30	2	1.299,70	0	0,00	1	299,30	0	0,00	0	0,00
Grande Propriedade ***	21	12.287,96	1	294,00	0	0,00	2	946,20	0	0,00	0	0,00
Grande Propriedade	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Não Classificada	12	88,50	0	0,00	0	0,00	5	287,80	0	0,00	0	0,00
N Classific. Art.7 Lei 8629 ¹	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Mais de 0 a 0,5 MF	2745	12.882,94	33	184,64	40	209,87	798	3.525,80	1	6,00	5	18,00
Mais de 0,5 a menos de 1	2472	29.068,97	72	839,49	27	303,49	460	5.320,90	5	55,50	2	25,70
De 1 a 2 MF	1902	43.316,17	77	1.698,60	24	528,20	348	7.747,17	0	0,00	1	24,60
Mais de 2 a 3 MF	490	18.846,50	33	1.292,50	10	386,60	72	2.835,65	0	0,00	1	43,50
Mais de 3 a 4 MF	250	13.460,62	18	1.010,10	7	372,30	42	2.186,82	0	0,00	0	0,00
Total até 4 MF	7859	117.575,20	233	5.025,33	108	1.800,46	1720	21.616,34	6	61,50	9	111,80

Fonte: Banco de dados do INCRA, 2012.

